

# SOCIOLOGIA

NÚMERO TEMÁTICO | 2017

Processos sociais e questões sociológicas

**Carlos Manuel Gonçalves**

**Naldeir dos Santos Vieira**

**Cristina Parente**

**Allan Claudius Queiroz Barbosa**

**Helena Vilaça**

**Natália Azevedo**

**Vanessa Marcos**

**Bruno Monteiro**

**Ester Silva**

**Idalina Machado**

**Luís Nuno Sousa**

# SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

# SOCIOLOGIA



**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

NÚMERO TEMÁTICO - Processos sociais e questões sociológicas

PORTO • 2017

**DIRETOR:**

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

**CONSELHO DE REDAÇÃO:**

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

**CONSELHO EDITORIAL:**

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lígia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Paula Silva, FMUP; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

**COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:**

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

**INDEXAÇÃO:**

*Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

EXECUÇÃO GRÁFICA - FLUP

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: 10.21747/08723419/soctem2017

---

**OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.**

**OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.**

---

## SUMÁRIO

EDITORIAL ..... 7

NOTA DE APRESENTAÇÃO ..... 8

**Bruno Monteiro, Ester Silva e Idalina Machado**

### ARTIGOS

A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação..... 12

**Helena Vilaça**

Artes e inclusão social: projetos e ações enquanto experiências metodológicas ..... 28

**Natália Azevedo**

Diplomados universitários e sobre-educação ..... 42

**Carlos Manuel Gonçalves**

Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho ..... 75

**Luís Nuno Sousa**

“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social .....	99
<b>Naldeir dos Santos Vieira, Cristina Parente, Allan Claudius Queiroz Barbosa</b>	
Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para a compreensão das ONGD portuguesas <b>Vanessa Marcos</b> .....	121
ESTATUTO EDITORIAL .....	143
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES .....	146
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS .....	149

## EDITORIAL

A partir de 2012, a *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* edita anualmente um número temático - “Imigração, Diversidade e Convivência Cultural”; “Envelhecimento Demográfico: percursos e contextos de investigação na Sociologia Portuguesa”; “Lógicas de desenvolvimento social inclusivo e sustentável”; “Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais”; “Práticas de consumo: valores e orientações”; “Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos”. O presente número, referente a 2017, intitula-se “Processos sociais e questões sociológicas”.

Dão-se a conhecer artigos, de autores nacionais e estrangeiros que, mobilizando perspectivas teóricas e temáticas diversas, detêm como denominador comum uma intensa atividade de pesquisa empírica sobre a realidade portuguesa contemporânea. Artigos que incorporam, de modo mais desenvolvido e aprofundado, intervenções realizadas nas Jornadas de Reflexão Científica do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), em janeiro de 2016. Fazemos votos que concorram para a difusão dos conhecimentos sociológicos, em especial os produzidos no âmbito da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A Direção da Revista agradece a Bruno Monteiro, Ester Silva e Idalina Machado a coordenação do número temático.

Boa leitura!

*Carlos Manuel Gonçalves*

## **Nota de apresentação**

### **Bruno Monteiro**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

### **Ester Gomes da Silva**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

### **Idalina Machado**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto  
Instituto Superior de Serviço Social do Porto

O presente número da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* reúne um conjunto de artigos apresentados no âmbito das Jornadas de Reflexão Científica do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), realizadas em janeiro de 2016. Refletindo o estreito relacionamento do IS-UP com a Revista, a presente publicação procura dar visibilidade aos trabalhos de investigação desenvolvidos pelos seus investigadores, potenciando a sua divulgação e concretizando, desta forma, um dos seus objetivos fundamentais.

Tratando-se de uma Unidade de Investigação eclética, que combina diferentes propostas paradigmáticas e teóricas da sociologia e assume uma forte vocação multidisciplinar, os trabalhos apresentados pelos seus investigadores apresentam uma grande diversidade temática. O conjunto de textos que agora é publicado ilustra bem esta diversidade, tendo como traço comum a reflexão, do ponto de vista sociológico, sobre processos sociais marcantes da contemporaneidade. O texto de Helena Vilaça reflete sobre o cruzamento entre território e religiosidade, assumindo a cidade como espaço privilegiado de observação do fenómeno religioso. Dando nota da reemergência da religião como força política e cultural, a autora reflete sobre a forma como a sociologia tem abordado o tema e sobre as insuficiências associadas a esta



análise, dedicando atenção particular a algumas das expressões atuais do cristianismo evangélico.

A relação entre inclusão social e a criação artística é abordada por Natália Azevedo, com base no trabalho PELE, sobre projetos de teatro em ambiente prisional. Neste texto são escrutinadas as virtualidades e as limitações de experiências metodológicas de observação, argumentando-se pela necessidade de construir uma relação multidisciplinar entre sociólogos, investigadores e criadores.

Os restantes textos contemplam os domínios do trabalho e das políticas sociais. O texto de Carlos Manuel Gonçalves aborda a incidência da sobre educação em Portugal, a partir de informação recolhida sobre os diplomados da Universidade do Porto. Referindo-se ao número crescente de diplomados em empregos não qualificados face à sua formação académica, o autor defende a consideração de aspetos de natureza qualitativa, para além de indicadores quantitativos, na avaliação das condições do mercado de trabalho nacional.

A situação do mercado de trabalho dos diplomados é também objeto de estudo por parte de Luís Sousa, que reflete sobre o impacto de programas que visam a integração laboral dos diplomados. Tomando em consideração o Programa Poliempreeende, adotado no âmbito específico do Ensino Superior Politécnico e visando a promoção do empreendedorismo, o autor reflete sobre o alcance relativamente limitado deste programa na promoção de estratégias de criação de emprego próprio por parte dos diplomados.

Naldeir Vieira, Cristina Parente e Allan Barbosa propõem uma discussão conceptual das abordagens sobre o “terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”. Na sua perspetiva, todos estes conceitos refletem a necessidade do desenvolvimento de inovações sociais para a resolução de problemas que não encontram resposta nos mecanismos tradicionais de mercado e Estado.

O último texto contribui para a discussão sobre a eficácia do trabalho desenvolvido por organizações não-governamentais de cooperação para o desenvolvimento (ONGD), através da avaliação do seu grau de profissionalização. Recorrendo a um conjunto de perfis de profissionalização e tendo por base as respostas de um conjunto de ONGD a um inquérito por questionário, Vanessa Marcos evidencia um perfil de profissionalização preponderantemente moderado. Na sua perspetiva, tais organizações apresentam uma orientação muito focada na gestão operacional quotidiana, o que constitui um entrave ao seu desempenho, condicionando a legitimação da sua ação.

Alinhadas ao longo dos dias 14 e 15 de janeiro de 2016, diversas sessões temáticas reuniram um conjunto alargado de investigadores do IS-UP, o que permitiu não só apresentar uma imagem atualizada da pesquisa a ser realizada por esta unidade de investigação, como

serviu para promover um intenso intercâmbio de visões analíticas. Enquanto membros da Comissão Executiva do IS-UP, naquela data, tivemos oportunidade de promover esta iniciativa de debate e partilha intelectual. Agora, a oportunidade de reunir nesta publicação uma parte dos contributos apresentados nestas sessões constitui uma outra maneira de criar memória e de manter animada essa troca intelectual.

**Idalina Machado.** Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) (Porto, Portugal). Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) (Senhora da Hora, Portugal). Endereço de correspondência: Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto. Portugal. E-mail: imachado@letras.up.pt; idalina.machado@issp.pt

**Bruno Monteiro (autor de correspondência).** Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia – Universidade do Porto. Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto. Portugal. E-mail: bjrmonteiro@gmail.com

**Ester Gomes da Silva.** Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) (Porto, Portugal). Centro de Economia e Finanças da Universidade do Porto (Cef-UP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto. Portugal. E-mail: esilva@letras.up.pt

## **ARTIGOS**

## A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação

**Helena Vilaça**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

### **Resumo**

A cidade foi sempre entendida como o suporte territorial da secularização. Só recentemente a sociologia começou a prestar atenção ao seu papel analítico no estudo da religião. A cidade tem albergado e moldado diferentes formas de cultura e de práticas religiosas. No seu espaço, as diversas mobilidades cruzam-se com vivências religiosas quotidianas e evidenciam o modo como os grupos incorporam ou rejeitam a modernidade. Isso acontece no próprio cristianismo e transversalmente aos seus vários ramos, embora seja particularmente observável no cristianismo evangélico.

Palavras-chave: religião; cidade; modernidade.

*Religion in the city: territories, materialities and communication*

### **Abstract**

The city was always understood as the territorial support of secularization. Only recently has sociology begun to pay attention to its analytical role in the study of religion. The city has housed and shaped different forms of culture and religious practices. In their space, the various mobilities intersect with everyday religious experiences and show how groups incorporate or reject modernity. This happens in Christianity itself and across its various branches, although it is particularly observable in evangelical Christianity.

Keywords: religion; city; modernity.

*Religion dans la cité: territoires, matérialités et communication*

### **Résumé**

La cité a toujours été comprise comme le soutien territorial de sécularisation. Récemment encore la sociologie a commencé à prêter attention à son rôle d'analyse dans l'étude de la religion. La cité a accueilli et forgé les différentes formes de la culture et des pratiques religieuses. A sa place, les différentes mobilités se croisent avec des expériences religieuses quotidiennes et montrent la façon

comment les groups incorporent ou de rejettent la modernité. Cela se produit dans le christianisme lui-même et à travers ses différentes branches, bien qu'il est particulièrement observable dans le christianisme évangélique.

Mots-clés: religion; cité; modernité.

### *La religión en la ciudad: territorios, materialidad y comunicación*

#### **Resumen**

La ciudad siempre ha sido entendido como el soporte territorial de la secularización. Sólo recientemente la sociología comenzó a prestar atención a su función analítica en el estudio de la religión. La ciudad ha recibido y forjado diferentes formas de la cultura y las prácticas religiosas. En su territorio, las diferentes movilidades se cruzan con las experiencias religiosas diarias, y muestran cómo los grupos incorporan o rechazan la modernidad. Esto sucede en el cristianismo en sí ya través de sus diversas ramas, aunque es especialmente observable en el cristianismo evangélico.

Palabras clave: religión; ciudad; modernidad.

#### **Introdução**

Na sociologia da religião, a cidade foi sempre entendida como o suporte territorial da secularização. De facto, o cristianismo moderno ocidental declinou especialmente em contextos sociais urbanizados. No entanto, as igrejas históricas europeias, tanto nos países de tradição católica, como protestante e ortodoxa, continuaram a ser importantes instituições nas cidades. Os seus edifícios sacralizam os espaços, fazendo parte de roteiros culturais, mais do que propriamente religiosos, atraindo turistas e residentes pela sua arquitetura e arte sacra, e pelos eventos culturais que acolhem, como os concertos de música clássica ou contemporânea. Além disso, as suas instituições estão fortemente envolvidas na educação. Em Portugal, por exemplo, uma boa parte dos colégios privados e com elevada reputação no ensino são católicos, tal como em Espanha ou até em França (Pérez-Agote, 2012). O mesmo se aplica às atividades e organizações religiosas vocacionadas para o serviço social, como é o caso da Caritas, e na recepção dos imigrantes, situação onde os Secretariados Diocesanos das Migrações da Igreja Católica (Vilaça, 2014) têm assumido um papel de relevância à semelhança – e em menor escala – de outras igrejas e grupos religiosos não cristãos.

A Europa, confrontada com o declínio ou mesmo o fim dos monopólios religiosos nacionais, apresenta hoje, a par do aumento dos sem religião (ateus, agnósticos, indiferentes e crentes sem identificação religiosa), e de religiões não cristãs, indícios de crescimento dentro do próprio cristianismo. Surgem novas igrejas, não necessariamente assentes numa base étnica, e

que em boa medida são não denominacionais. Isto é, igrejas preponderantemente evangélicas, mas que não se enquadram em nenhuma igreja histórica (luterana, anglicana, reformada, batistas ou pentecostais tradicionais). Paralelamente, são identificáveis casos de congregações (comunidades de igrejas locais) que pertencendo a um dos ramos tradicionais do protestantismo têm ensaiado novas formas de missão, apresentando discursos e performances capazes de interagir com uma modernidade secularizada. Não será despidendo notar, analogamente, aquilo que se está a passar com o catolicismo, pois algumas paróquias prefiguram dinâmicas semelhantes.

Não negando a importância que hoje ainda tem o Estado-Nação (Sobral, 2015), as sociedades ocidentais têm vindo a transformar-se progressivamente em espaços de diversidade e de globalização. Se a religião é uma das lentes para compreender a realidade social e respetivas metamorfoses, a cidade, enquanto inscrição espacial da sociedade, é um espaço privilegiado, contrariamente ao que aconteceu no passado, para observar o fenómeno religioso. É essa a reflexão que procurarei efetuar neste artigo, dando nota do modo como a sociologia tem cruzado cidade, modernidade e religião e dedicando, a título ilustrativo, um olhar mais atento a alguns sectores dinâmicos e inovadores do cristianismo evangélico.

## **1. Urbanização *versus* secularização**

Desde o advento da modernidade, observou-se uma erosão da religião nas cidades. Este facto foi um traço da história do cristianismo ocidental nos últimos séculos, mas com particular evidência empírica a partir da II Guerra Mundial. O declínio acentuado do cristianismo em meios urbanos é um dos pressupostos base da secularização. Este modelo teórico defende que urbanização, educação, mobilidade geográfica e as profissões nos sectores racionalizados da economia, têm um impacto negativo na religião tradicional e enfatizam a perda da importância social das instituições religiosas (Wilson, 1969; Dobbelaere, 1981). Também Pierre Bourdieu (1987) reconhece que as transformações económicas e sociais, inerentes à urbanização e à industrialização, originam um desenvolvimento do individualismo intelectual e espiritual que vai favorecer a racionalização das necessidades religiosas.

Na sequência disso, a religião passou a ser concebida como privatizada, individualizada e desinstitucionalizada. Efetivamente, a grande cidade foi o lugar onde se começou a encontrar menos pessoas com religião, mas simultaneamente, e no quadro da recente globalização, maior diversidade religiosa. O individualismo, o desenraizamento social e a ausência de um espírito de comunidade, típico de um meio social rural, contribuiu para que também fosse na cidade que a

privatização da religião mais se fizesse sentir. No seu famoso artigo de 1938, "*Urbanism as a way of life*", Louis Wirth teve a percepção, bem no legado da Escola de Chicago, que a dimensão, a densidade e a heterogeneidade da cidade produziam um tipo de organização social que promovia a diminuição dos vínculos sociais, o anonimato. Já anteriormente, tanto Weber, como Durkheim, tinham abordado esses problemas. Por essa razão, o conceito durkheimiano de anomia é algo indissociável de um modo de vida urbano, muito em especial das grandes cidades.

É, contudo, a sociologia de Georg Simmel, aquela que aprofunda mais a situação do indivíduo em contextos de urbanidade. Em "*The Metropolis and Mental Life*" (Simmel, 1971a), o autor mostra como a vida na metrópole moderna, caracterizada pela monetarização da economia, intensificação dos ritmos quotidianos e despersonalização das relações sociais produz o indivíduo *blasé*, o indivíduo exausto que só sobrevive se for suficientemente indiferente à multiplicidade de estímulos que recebe. Até certo ponto, o tema é retomado em "*The Stranger*" (Simmel, 1971b), pois a cidade é também o espaço de eleição do “estranho” – personagem que pode também coincidir com o estrangeiro. Seja a situação histórica dos judeus na Europa, que Simmel tem em mente, seja o imigrante nas sociedades contemporâneas, o estranho possui características de proximidade e de afastamento como em qualquer relacionamento humano: a distância significa que o estranho, estando perto, está longe e, ao mesmo tempo, ele que está longe, está realmente próximo (Simmel, 1971b). Além disso, o estranho – seja ele o migrante ou o imigrante – acumula todas as dimensões da alteridade: racial, étnica, religiosa e de classe social.

A realidade da cidade global observada, mas também antecipada por Simmel, é exponencializada na conjuntura urbana contemporânea, uma vez que põe em causa os vínculos comunitários das sociedades tradicionais, onde a religião funcionava como o fator de identidade coletiva e de coesão social. Tanto o individualismo, promotor de uma religião *à la carte*, como a simples desvinculação religiosa, ou a procura de comunidades de fé relacionadas com a etnicidade, ou ainda o sentimento de liberdade de escolha, desprendida de constrangimentos culturais e familiares, abalaram profundamente a *vicarious religion* (religião de paróquia) de que nos fala Grace Davie (2015). De facto, a paróquia foi secularmente o elemento estruturante do território e da cidade. Um lugar de encontro da comunidade, de memórias, de uma religião transmitida geracionalmente e cuja importância Davie afirma que tem vindo a declinar. Um fenómeno que inicialmente se operou em contextos urbanos e periurbanos, mas que nas décadas mais recentes se estendeu aos espaços rurais.

Apesar da cidade ocidental se ter tornado o lugar da diminuição e da privatização da identidade, crença e práticas religiosas, algo começou a mudar a partir das últimas décadas.

Hoje, as cidades globais são, acima de tudo, lugares de transnacionalidade de pessoas, mercados de trabalho e de fluxos de capital. São também espaços de polarizações económicas e sociais. Neste novo contexto, as migrações e as diversas mobilidades cruzam-se e interrelacionam-se com as vivências religiosas quotidianas.

## 2. A religião na cidade pós secular

O mapa político da Europa fez corresponder, a partir do século XVIII, com o Tratado de Vestefália, a cada Estado uma religião. Se a situação de proximidade do poder político e de monopólio do sagrado as colocou numa situação privilegiada, a prazo, as igrejas nacionais foram as mais afetadas pela secularização, pois se uma determinada religião historicamente dominante perde o seu impacto público e político, deixando de abarcar vários domínios da vida social, isso abrirá também espaços para que assumam visibilidade (real ou simbólica) tanto elites anticlericais e antirreligiosas, como grupos religiosos minoritários. O consequente pluralismo que daí advém foi entendido pelos autores da secularização como uma das facetas desse fenómeno (Berger, 1967; Luckmann, 1974; Wilson, 1969; Dobbelaere, 1981). Peter Berger (1999) acabou por rever a sua tese, identificando sinais de uma dessecularização do mundo, e Thomas Luckmann (1990) veio a enfatizar a dimensão da transcendência na religião, algo que nunca desaparece. Contudo, a interpretação do pluralismo como dimensão da secularização, enquanto processo inevitável, permaneceu inalterável nos trabalhos de Bryan Wilson, Karel Dobbelaere e subscrito por outros autores (Bruce, 2002; Voas e Crockett, 2005; Pickel, Pollack e Müller, 2012).

Sem pretender encetar um debate sobre a validade da secularização, na qualidade de paradigma dominante da sociologia da religião na segunda metade do século XX, importa chamar a atenção para outros enfoques teóricos. Nomeadamente, a tese defendida por Casanova (1994) acerca da reemergência global da religião como força política e cultural no domínio público, mesmo dentro do ocidente secularizado. O significado da religião na governação política aumentou, em parte relacionado com os novos padrões de imigração, e de modo muito particular pelos elevados fluxos de imigrantes muçulmanos que se têm vindo a deslocar para o continente europeu. A própria separação entre Estado e Igreja revelou-se mais ambígua do que aquilo que se esperava. Para José Casanova, a entrada em cena da religião operou-se num duplo sentido: entrou na esfera pública e passou a ser publicitada, adquirindo inesperadamente interesse por parte dos *media*, dos políticos e da sociedade em geral.



Os exemplos são infindáveis e Casanova (1994: 3) afirma mesmo que, ao longo dos anos oitenta, é difícil identificarmos conflitos políticos que não tenham na sua origem uma raiz religiosa. A Igreja Católica tem uma intervenção política em toda a América Latina que emerge sob o signo da Teologia da Libertação e se prolonga para além do fim do Bloco de Leste, mudança que não pode ser dissociada do papel do Papa polaco, João Paulo II. Mais recentemente, o facto de a Igreja de Roma ter escolhido um chefe do sul global, o argentino Papa Francisco, com uma capacidade de comunicação e uma expressão afetiva de proximidade, que colhe simpatias dos governantes políticos e dos meios de comunicação social, é outro exemplo da forte presença da religião no espaço público. Por outro lado, o protestantismo, na sua versão pentecostal, ramo do cristianismo que mais cresce a nível mundial, conhece uma expansão sem precedentes na América do Sul (muito em especial no Brasil) e em África. E mesmo a laicidade francesa pode, até certo ponto, ser entendida como uma religião cívica<sup>1</sup>.

A perspectiva habermasiana afigura-se singularmente útil para o debate sobre o pluralismo no campo sociológico. Desde a entrada no novo milénio, constatamos a existência e a coexistência de indivíduos assumidamente descrentes ao lado de outros com uma religiosidade intensa; ou indivíduos com uma identidade religiosa assumida e em extrema fidelidade à ortodoxia da crença e da ritualidade da prática, a par de outros que afirmam a mesma identidade mas com uma vivência religiosa pautada pela heterodoxia doutrinária e distanciamento institucional (Vilaça, 2006, 112); ou ainda seguidores das diferentes correntes do New Age, cujo traço comum é um profundo sincretismo e, em sentido contrário, sujeitos que aderem a correntes fundamentalistas<sup>2</sup> do cristianismo – nas suas vertentes católica, protestante ou ortodoxa – do judaísmo ou do islamismo.

Jürgen Habermas entende este novo tipo de presença da religião no domínio público como uma era pós secular (Habermas, 2009, 63-65) e alerta para o facto de muitos países europeus serem desafiados a lidar com a continuidade da existência de comunidades religiosas em ambientes cada vez mais secularizados, tema este escarpado por Calhoun et al. (2013) em *Habermas and Religion*, que na trilha daquele autor, procuram evidenciar que os conflitos sociais são cada vez mais de natureza religiosa e tornam gradualmente mais frágeis as dicotomias típicas da modernidade, entre o público e o privado, o secular e o religioso, o profano e o sagrado.

---

<sup>1</sup> Robert Bellah (1968) recupera a noção de religião civil de Rousseau para explicar os principais traços da religião nos EUA.

<sup>2</sup> O sentido de fundamentalismo aqui utilizado tem mais a ver com a fidelidade à ortodoxia da sua fé do que com radicalismo ou fanatismo.

Se a cidade é a imagética da sociedade no seu todo, também é, por excelência, o palco da pós secularidade. Beaumont e Baker (2011), ao editarem uma obra sobre a religião numa cidade pós secular, atribuem à cidade um lugar de proeminência no estudo da religião na sociedade contemporânea. Trata-se de abordar o religioso segundo uma nova territorialidade, do mesmo modo que Edward Soja (2000) o fez para a metrópole. Como refere Frédéric Dejean, refletindo sobre aquela obra, é premente examinar as transformações urbanas e as novas formas assumidas pelo fenómeno religioso nas sociedades, pois a cidade contemporânea é uma espécie de grande laboratório para o desenvolvimento de novas práticas religiosas (Dejean, 2011, 156) em conformidade com os modos e estilos de vida urbanos, e lugar de renegociação da religião na esfera pública.

De uma forma geral, ultimamente as ciências sociais começaram a prestar atenção ao papel analítico da cidade no estudo da religião. Em sociedades onde cada vez mais impera a diversidade, as religiões na cidade são vitais e moldadas por novos padrões de mobilidade e globalização. O número de muçulmanos tem aumentado no ocidente e a sua presença tem uma expressão pública clara nas grandes cidades e, em menor escala, o mesmo acontece com outros grupos religiosos não cristãos. Falo em expressão pública, porque as mesquitas, os templos hindus e as formas de vestir dos cidadãos e imigrantes islâmicos, siks ou hindus são algo de comum nas cidades globais. O thobe e o taqiya ou o hijab, o xador e o nikab islâmicos<sup>3</sup>, o turbante dos siks, o saree das hindus ou o kipá dos judeus, tal como os seus templos, os odores dos seus restaurantes, a música nas ruas onde estão mais concentrados, fazem parte das novas paisagens urbanas.

O interessante é que a diversidade se estendeu também ao cristianismo. Em 2010, 57% dos imigrantes na Europa ocidental eram cristãos<sup>4</sup>, oriundos principalmente de África e da América Latina, regiões onde o cristianismo tem imensa vitalidade. Isso produziu efeitos nas igrejas tradicionais que começaram a frequentar, nas novas igrejas que criaram, principalmente evangélicas de tipo pentecostal, e acima de tudo no desafio que lançaram aos europeus em termos da necessidade de recristianização do velho continente. Mesmo que se preveja que a população muçulmana, devido à taxa de natalidade<sup>5</sup> e à desfiliação das gerações mais novas das igrejas tradicionais, se aproxime à da população cristã, o certo é que o cristianismo começa a

---

<sup>3</sup> O thobe e o taqiya fazem parte da indumentária masculina islâmica e o hijab, o xador, nikab da feminina.

<sup>4</sup> Cfr. estatísticas de 2010 em <https://www.statista.com/statistics/221407/immigration-to-europe-by-religion/>

<sup>5</sup>O Pew Forum on Religion and Public Life realizou projeções relativamente ao crescimento das várias religiões no mundo até 2015. <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/04/15/europe-projected-to-retain-its-christian-majority-but-religious-minorities-will-grow/>

entrar mais numa lógica de mercado e a encetar diversas modalidades de relação com a modernidade.

### 3. “God loves the city” – breves ilustrações

Desde o início do milénio, e de modo mais evidente nos últimos anos, nas grandes cidades europeias têm sido iniciados, principalmente por igrejas protestantes e evangélicas, trabalhos de missão e de “plantação” de igrejas em contextos urbanos e periurbanos, junto de populações profundamente secularizadas e tendo como público-alvo os mais jovens. Trata-se de um fenómeno de sentido contrário àquele que o século XX europeu vivenciou e ainda vivencia – particularmente nas grandes urbes como Nova Iorque, Amesterdão, Berlim, Paris, Birmingham e muitas outras – no que respeita ao encerramento de igrejas. Com grande frequência são vendidas ao Estado ou a empresas privadas para voltarem a abrir como bibliotecas, galerias ou mesmo restaurantes e bares, ou então, as que não são vendidas, não raro são reconvertidas em espaços de assistência social e ou de múltiplas valências, que passam pela ocupação de grupos de ensaio de teatro, música ou prática de yoga. Os serviços religiosos desaparecem ou confinam-se a uma periodicidade alargada (quinzenal ou mensal) congregando no mesmo lugar pessoas idosas que anteriormente tinham frequentado diferentes denominações protestantes. Nestes casos, concilia-se a prática ecuménica com motivações de ordem utilitária, relacionadas com a sobrevivência de comunidades religiosas em decadência. Em *A House divided*, Steve Bruce (1990), explica claramente a precariedade deste tipo de protestantismo resultante de uma acomodação e de uma secularização interna.

As novas igrejas, que atrás mencionei e que importa abordar neste ponto, demarcam-se tanto dos protestantes históricos, orgulhosos da sua tradição, mas que se rotinizaram e burocratizaram, no sentido weberiano, como dos evangélicos tradicionais (também eles herdeiros da Reforma protestante), aprisionados numa linguagem hermética e funcionando dentro duma cultura guetizada. Wellman (2008) descreve os primeiros como internamente secularizados e com uma cultura letrada incapaz de comunicar com a contemporaneidade. Grande parte destes protestantes ocidentais (luteranos, presbiterianos/reformados, metodistas e anglicanos) prega uma teologia liberal e inclusiva; apresentando a fé como uma caminhada, em vez de um momento de transformação radical na biografia do convertido; os seus sermões refletem boa exegese, mas com pouca aplicação à vida quotidiana e evitam abordar temas que vão contra as ideias seculares dominantes. Relativizam o pecado, dão grande importância à identidade confessional e histórica, em grande parte mantendo as suas formas litúrgicas tradicionais, e comunicam sem o uso de novas tecnologias. Apesar de defenderem a inclusão, o

acolhimento aos visitantes e aos recém-chegados é quase inexistente, seguindo o princípio de que "a religião é, acima de tudo, um assunto privado", revelando assim a sua forte permeabilidade ideológica à secularização.

Embora vistos como mais conservadores, os evangélicos, em consequência de darem menos importância à tradição e de uma maior fragilidade institucional, revelam uma melhor plasticidade em termos de adaptação à modernidade. Se é certo que há muitas igrejas evangélicas que por cristalização e fechamento se encontram em crise, as gerações mais jovens, hoje também mais escolarizadas e com um capital cultural que lhes dá grande capacidade comunicativa, têm tendência a abrir novas igrejas, na sua maioria não denominacionais, isto é, consideram-se cristãos evangélicos, mas não estão presos (pelo menos aparentemente) à designação da sua denominação. Têm nomes mais neutros, como por exemplo, CCLX (Comunidade Cristã de Lisboa), Casa da Cidade, Hillsong/Centro Cristão da Cidade ou Surf Church. Através destas designações é difícil perceber se a sua origem é pentecostal, baptista ou dos Irmãos. Convém sublinhar que a bastante mediatizada Igreja Baptista da Lapa, liderada pelo Pastor Tiago Cavaco<sup>6</sup> (o músico Tiago Guilul), constitui uma exceção, no sentido em que a denominação (baptista) figura no nome da igreja, embora também recorrentemente refiram apenas Igreja da Lapa. Tal como Tiago Cavaco, Heber Marques, dos HMB<sup>7</sup>, é um conceituado músico e membro ativo da CCLX. Compõe música cristã, cada vez mais adotada pelas igrejas evangélicas. Outros nomes poderiam ser mencionados, destacamos apenas mais um: Samuel Úria, primo de Tiago Cavaco e evangélico Baptista. Nas letras das suas músicas surgem com regularidade referências cristãs mais ou menos implícitas.

Estas igrejas evangélicas enfatizam a conversão e o trabalho missionário. São bíblicistas e colocam a tónica na salvação pela graça através de Cristo, o que implica que o pecado tem de ser ultrapassado através de uma relação viva com Deus que restaura a alegria de viver e inspira a levar aos outros a mensagem de Jesus. Dão prioridade à experiência de adorar a Deus e à relação pessoal de intimidade com Ele. Tornaram-se menos sectários – no sentido de estarem em ruptura permanente com o mundo – e mais interessados em mudar a cultura: a projeção pública dos músicos evangélicos, acima referidos, é um exemplo disso. Traduzem a sua teologia

---

<sup>6</sup> Tiago Cavaco também tem um blogue bem conhecido “A voz do deserto” e é escritor. Apesar das suas posições assentes na ortodoxia bíblica, é respeitado pelas elites culturais do país, tanto católicas como seculares. Figuras como Pedro Mexia, João Miguel Tavares e Ricardo Araújo Pereira, do “Governo Sombra”, o humorista Nuno Markl, os políticos João Galamba, Assunção Cristas ou Zita Seabra, o teólogo e escritor José Tolentino Mendonça, entre muitos outros, já participaram no evento anual “Fim de semana cheio” na Lapa.

<sup>7</sup> Os HMB ganharam no dia 21 de maio de 2017, o Globo de Ouro para a melhor música do Ano, como “O Amor é Assim”, HMB featuring Carminho. Foram também nomeados para o Melhor Grupo, juntamente com os Dead Combo, Deolinda e Capitão Fausto (os vencedores).

e tradição evangélica em práticas estéticas contemporâneas e revelam grande sensibilidade pela cultura popular (Wellmann, 2008).

Os seus *sites* são vocacionados para potenciais primeiros visitantes, com links para download das pregações e serviços religiosos. Exibem uma excelente forma de estar nos *media*, evidenciando flexibilidade e imaginação para expressar a mensagem. Numa reportagem do Jornal Público, intitulada “Estas igrejas são um espectáculo”, a jornalista Joana Gorjão Henriques (2017) afirma que as novas igrejas evangélicas “[s]ão pop. São urbanas. Mobilizam milhares: de hipsters a jovens adultos com bebés. São as “novas” igrejas evangélicas, onde as celebrações parecem concertos”. Isto ilustra bem como os meios de comunicação social começam a deixar de ter uma visão uniformizada e estigmatizante dos evangélicos.

### Imagem 1

Samuel Úria e Tiago Cavaco na Consoada da FlorCaveira. Sabotage Club, 2015<sup>8</sup>



Foto: Ana Rute Cavaco

Muitas destas igrejas evangélicas emergentes têm sido influenciadas pelo *City to City*. Trata-se de um movimento fundado em Nova Iorque por Timothy Keller, pastor da Redeemer Presbyterian Church, em Manhattan, e autor de vários livros de apologética cristã. Incorporando a ideia de que o ser humano está destinado a viver em espaços cada vez mais urbanizados, defende que a cidade deve ser um lugar estratégico de evangelização (Keller, 2014). Recorrendo a uma base de sustentação bíblica e histórica, recorda que o cristianismo foi originalmente uma religião urbana pois expandiu-se, por

---

<sup>8</sup> Concerto de rock com a participa de mais de dez bandas (com músicos evangélicos, católicos e não cristãos) organizado pela FlorCaveira. Os lucros reverteram para o apoio aos refugiados.

regra, a partir da polis. Reconhece que ao longo dos tempos a religião cristã foi adotando uma relação complexa com as cidades, uma vez que enquanto alguns grupos religiosos viram as cidades como o lugar do pecado, a Sodoma bíblica, outros grupos imaginam as cidades como lugares naturais para o trabalho criativo de Deus. Os jovens estão na cidade, os artistas estão na cidade, a *gentry* está na cidade. Do mesmo modo que estão as vítimas das polarizações sociais, os sem-abrigo, os trabalhadores precários, os sós.

**Imagem 2**  
**Timothy Keller no City to City Berlin, 2012**



Segundo Keller, a igreja deve estar no centro (da cidade). Porque as cidades são crescentemente moldadas por forças urbanas e globais. Nessa medida, o autor defende que quando se forma uma visão teológica, tem de se entrar em linha de conta com a cidade. O mundo está a ficar 70% urbano e mesmo quando os pastores não vão para um ministério citadino, a cidade vai ao seu encontro. Defende a plantação de igrejas nas grandes sociedades contemporâneas, segundo modelos adequados aos respetivos contextos da vida urbana, tanto em termos dos espaços como na estratégia de chegar às pessoas que deve ser, antes de mais, relacional. Atribui uma importância vital à contextualização e especialmente da cultura urbana, esclarecendo que contextualização não significa dar às pessoas o que elas querem ouvir. Significa antes dar às pessoas as respostas da Bíblia (que às vezes as pessoas não querem ouvir) para questões

diretamente relacionadas com a sua vida pessoal. Mas essas respostas devem ser numa linguagem e segundo formas que elas entendam e através de apelos e argumentos bem sustentados que os ouvintes possam compreender, mesmo que os rejeitem.

**Imagem 3**  
**Berlinprojekt – Jobzeit. Berlim, 2016**



Para Timothy Keller (2014), contextualização implica adaptar o evangelho a uma cultura particular sem comprometer a sua essência e ortodoxia. O facto é que este pastor lidera uma igreja em Manhattan (em três locais diferentes *Downtown*, *East Side* e *West Side*) constituída pelos improváveis: jovens, urbanos, solteiros e escolarizados, artistas e a trabalhar em sectores dinâmicos e inovadores da economia – um público cujo perfil sociológico foi entendido pelos teóricos da secularização como na linha da frente da indiferença ou recusa da religião.

### **Nota conclusiva**

No mundo académico, várias gerações de investigadores viram a cidade como lugar de secularização mas a crescente pluralização revela a presença da religião na cidade. No caso da religião cristã, várias igrejas nos espaços urbanos mais cosmopolitas apresentam sinais de vitalidade e adaptam-se aos novos padrões de mobilidade: quer à imigração de longa duração, associada à etnicidade, quer às deslocações de curta e média duração, que englobam estudantes

e profissionais de vários ramos, quer o próprio turismo. Refiro-me concretamente, não aos espaços de peregrinação de que é exemplo Santiago de Compostela, mas ao turista que na semana em que está de férias procura cultuar numa igreja com a qual se identifica, ou ao estudante em situação de intercâmbio que também se vincula durante a sua estadia a uma determinada comunidade religiosa.

Este novo enfoque, procura evidenciar as novas sacralizações do espaço, as identidades religiosas a ele associadas, a capacidade dos grupos religiosos comunicarem com as múltiplas facetas da modernidade e as convergências e os conflitos de natureza política, cultural e doutrinária, que são inerentes a este processo.

Algo está a mudar no cristianismo, e a sociologia ainda está longe de produzir trabalhos empíricos que deem conta das novas realidades. Observamos formas ativas de experiência religiosa em igrejas tradicionais (Fonseca, 2015) ou mega igrejas, onde a *praise music* é central. Há uma nova sacralidade na igreja da era pós secular e isso está na vida de todos os dias. Como refere Michel de Certeau (1984) no capítulo “Waking in the City”, “[o]s praticantes fazem uso do espaço que não pode ser visto. Assim o conhecimento deles não pode ser visto” (Certeau, 1984, 94). A religião de todos os dias na cidade tem uma certa estranheza. Não está à superfície. É uma outra espacialidade.

### Referências Bibliográficas

- BEAUMONT, Justin e BAKER, Christopher (Ed.) (2011), *Postsecular Cities. Space, theory and Practice*, London, Continuum.
- BELLAH, Robert N. (1968), “Civil Religion in America”, in William McLoughlin & Robert Bellah (Eds.), *Religion in America*, Boston, Beacon Press, pp 3-23.
- BERGER, Peter L. (1967), *The Sacred Canopy: Elements of a Sociological Theory of Religion*, New York, Doubleday & Company.
- (Ed.) (1999), *The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics*, Washington DC, EPPC.
- BOURDIEU, Pierre (1987), “La dissolution du religieux”, in *Choses dites*, Paris, Éditions de Minuit, pp 117-123.
- BRUCE, Steve (1990), *A House Divided: Protestantism, Schism, and Secularization*, London and New York, Routledge.
- BRUCE, Steve (2002), *God is dead. Secularization in the West*. Oxford/Malden, MA, Blackwell.
- CALHOUN, Craig, MENDIETA and VANANTWERPEN Eduardo J. (Ed.) (2013), *Habermas and Religion*, Cambridge/Malden, Polity Press.



VILAÇA, Helena (2017), “A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Processos sociais e questões sociológicas, pp. 12-27

CASANOVA, José (1994), *Public Religions in the Modern World*, Chicago, The University of Chicago Press.

CERTEAU, Michel de (1984), *The Practice of Everyday Life*, trans. Steven Rendall. Berkeley, University of California Press.

DAVIE, Grace (2015), *Religion in Britain since 1945: A Persisting Paradox*, Oxford, Wiley-Blackwell.

DEJEAN, Frédéric (2011), ”Justin Beaumont, Christopher Baker (éd.), Postsecular Cities. Space, theory and Practice”, *Archives de sciences sociales des religions* [En ligne], 156 | octobre-décembre 2011, document 156-14, mis en ligne le 14 février 2012, consulté le 02 mai 2017. URL: <http://assr.revues.org/23436>

DOBBELAERE, Karel (1981), “Secularization: a Multi-Dimensional Concept”, *Current Sociology*, 29 (2). Número especial.

FONSECA, Pedro (2015), *Bancos de Igreja: de esquecidos, a estranhamente aquecidos: Uma comunidade protestante em mudança no coração do Porto*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).

HABERMAS, Jürgen (2009), “What is meant by a ‘postsecular society’? A discussion on Islam in Europe”, in Jürgen Habermas (Ed.), *Europe: The faltering project*, London, Polity Press, pp 59–77.

KELLER, Timothy (2014), *Center Church Europe: Doing Gospel-Centered Ministry in your Church*, Franeker, Uitgeverij Van Wijnen.

LUCKMANN, Thomas (1974) [1963], *The Invisible Religion – The Problem of Religion in Modern Societ*, York, Macmillan Publishing Co.

- (1990), “Shrinking Transcendence, Expanding Religion?”, *Sociological Analysis*, Vol. 51, No. 2, pp 127-138.

PÉREZ-AGOTE, Alfonso (Ed.) (2012), *Portraits du Catholicisme : une comparaison européenne*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

PICKEL, Gert, POLLACK, Detlef e MÜLLER, Olaf (2012), “Differentiated Secularization in Europe: Comparative Results”, in Detlef, Pollack; Pickel, Gert and Olaf, Muller (Ed.), *The Social Significance of Religion in an Enlarged Europe: Secularization, Individualization and Pluralization*, Farnham, Ashgate, pp 229-255.

SIMMEL, Georg (1971a) [1903], “The Metropolis of Modern Life”, in Levine, Donald (Ed.), *Georg Simmel: On individuality and social forms'*, Chicago University Press, pp 324-339

- (1971b) [1908], “The Stranger”, in Levine, Donald (Ed.), *Georg Simmel: On Individuality and Social Forms*, Chicago, Univ. of Chicago Press, pp 143–50.

SOBRAL, J. M. (2015), “State power and the genesis of Portuguese national identity”, in Denis Sindic, Manuela Barreto, Rui Costa-Lopes (Eds.), *Power and identity*, London and New York, Psychology Press, pp. 31-49.

SOJA, Edward W. (2000), *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*, Oxford, Wiley-Blackwell.

VILAÇA, Helena (2017), “A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Processos sociais e questões sociológicas, pp. 12-27

WUTHNOW, Robert (1988), *After Heaven: Spirituality in America after 1950*, Berkeley, University of California Press.

VILAÇA, Helena (2006), *Da torre de Babel às terras prometidas: pluralismo religioso em Portugal*, Porto, Afrontamento.

- (2014), “How Portuguese Catholic Church is dealing with Newcomers”, in Vilaça, Helena *et al.* *The Changing Soul of Europe: Religions and Migrations in Northern and Southern Europe*, Farnham, Ashgate, pp 89-107.

- (2016), “Territorialidades religiosas em Portugal”, in *Mediações – Revista de Ciências Sociais* (Dossiê Internacional *Contemporary Perspectives on the Lusophone World*), vol. 21, 2, pp 197-217.

VOAS, David and CROCKETT, Alasdair (2005), “Religion in Britain: Neither believing nor belonging”, in *Sociology*, Vol. 39, 1, pp 11-28.

WELLMAN, James K., Jr. (2008), *Evangelical vs Liberal: the Clash of Christian Cultures in Pacific Northwest*, New York, Oxford University Press.

WILSON, Bryan (1969), *Religion in Secular Society*. Harmondsworth, Penguin Books.

WIRTH, Louis (1938), “Urbanism as a Way of Life”, *American Journal of Sociology*, Vol. 44, 1, pp 1-24.

### Fontes das imagens

Imagem 1 – Samuel Úria e Tiago Cavaco na Consoada da FlorCaveira. Sabotage Club, 2015 | Foto: Ana Rute Cavaco [Consult. a 16.04.2017]. Disponível em [2.bp.blogspot.com/-3YFkrj0GqF4/VnQswlReuCI/AAAAAAAAAFmw/IW9VhTp6W1I/s1600/IMG\\_5447.jpg](http://2.bp.blogspot.com/-3YFkrj0GqF4/VnQswlReuCI/AAAAAAAAAFmw/IW9VhTp6W1I/s1600/IMG_5447.jpg)

Imagem 2 – Timothy Keller no City to City Berlim, 2012 [Consult. a 16.04.2017]. Disponível em [facebook.com/RedeemerCTC/photos/a.10150905518220226.768697.410118005225/10150905518885226/?type=3&theater](https://facebook.com/RedeemerCTC/photos/a.10150905518220226.768697.410118005225/10150905518885226/?type=3&theater)

Imagem 3 – Berlinprojekt – Jobzeit. Berlim, 2016 [Consult. a 16.04.2017]. Disponível em [facebook.com/Berlinprojekt.Kirche/photos/a.756926401075225.1073741864.288270791274124/756927257741806/?type=3&theater](https://facebook.com/Berlinprojekt.Kirche/photos/a.756926401075225.1073741864.288270791274124/756927257741806/?type=3&theater)

### Outras fontes

Henriques, Joana Gorjão (2017) “Estas igrejas são um espectáculo”, in *Jornal Público*, 15 de abril de 2017, [Consult. a 16.04.2017]. Disponível em <https://www.publico.pt/2017/04/15/sociedade/noticia/estas-igrejas-sao-um-espectaculo-1768665>

Statista, The Statistics Portal, [Consult. a 15.03.2017]. Disponível em <https://www.statista.com/statistics/221407/immigration-to-europe-by-religion/>

VILAÇA, Helena (2017), “A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Processos sociais e questões sociológicas, pp. 12-27

Pew Forum on Religion and Public Life, [Consult. a 15.03.2017]. Disponível em

<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/04/15/europe-projected-to-retain-its-christian-majority-but-religious-minorities-will-grow/>

**Helena Vilaça.** Docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal) e investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. Email: [hvilaca19@gmail.com](mailto:hvilaca19@gmail.com)

Artigo recebido em 14 de janeiro de 2017. Publicação aprovada em 15 de julho de 2017.

## **Artes e inclusão social: projetos e ações enquanto experiências metodológicas**

**Natália Azevedo**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

### **Resumo**

A sociologia e as artes configuram relações teóricas e processuais possíveis, necessárias e visíveis, nos campos científico, organizacional e comunitário. A circularidade entre projetos artísticos, atores sociais e territórios, com vista a discursos e práticas de inclusão social, mantém-se um pressuposto analítico e social sustentável. Interessa-nos confrontar virtualidades e limites das experiências metodológicas de observação desses parâmetros em relação. As que realizámos sobre o trabalho da PELE com comunidades locais em ação, a partir de projetos de teatro em prisões, sugerem-nos pontos de chegada possíveis e interrogações plausíveis.

Palavras-Chave: artes, inclusão social, processo metodológico, teatro nas prisões.

*Arts and social inclusion: projects and actions as methodological experiences*

### **Abstract**

Sociology and arts have theoretical and social relations, which are possible, necessary and visible in scientific, organizational and community fields. The circularity between artistic projects, social actors and territories is an analytical and social sustainable assumption, directed to speeches and social inclusion practices. Our aim is confronting advantages and limits of observation's methodological experiences about these parameters in relationship. The observations around PELE's work, with local communities in action (theatre projects in prisons), brings questions and results to discussion.

Keywords: arts, social inclusion, methodological process, theatre in prisons.

*Arts et inclusion sociale : les projets et les actions comme des expériences méthodologiques*

**Résumé**

La sociologie et les arts ont des relations théoriques et processifs possibles, nécessaires et visibles, dans le champ scientifique, les organisations et la communauté. La circularité entre projets artistiques, acteurs sociaux et territoires, en vue de discours et pratiques d’inclusion sociale, est un principe analytique et social durable. Nous cherchons confronter virtualités et limites des expériences méthodologiques d’observation de ces paramètres en relation. Les observations sur les travaux de PELE avec les communautés locales (projets de théâtre dans les prisons) nous montrent des questions et résultats possibles.

Mots-clés: arts, inclusion sociale, trajet méthodologique, théâtre dans les prisons.

*Artes y inclusión social: proyectos y acciones como experiencias metodológicas*

**Resumen**

Sociología y artes tienen relaciones teóricas y procedimentales posibles, necesarias y visibles en los campos científico, organizacional y comunitario. La circularidad entre proyectos artísticos, actores y territorios, con miras a discursos y prácticas de inclusión social, constituye una asunción teórica y social sostenible. Buscamos confrontar ventajas y límites de experiencias metodológicas de observación de estos parámetros en la relación. Las que hemos tenido en el trabajo de PELE con las comunidades locales en acción (proyectos de teatro en las cárceles) nos sugieren resultados y plausibles preguntas.

Palabras clave: artes, inclusión social, proceso metodológico.

**1. Nota introdutória**

Artes e inclusão social têm sido enquadradas como vetores possíveis de uma relação necessária e sustentável. Com o presente texto<sup>1</sup> pretendemos relançar questões que a nossa experiência metodológica em torno do trabalho cultural da associação PELE<sup>2</sup> acabou por nos suscitar (Azevedo, 2014; 2012).

---

<sup>1</sup> O artigo retém as dimensões tratadas na comunicação “Teatro comunitário nas prisões – uma experiência metodológica”, apresentada nas Jornadas do Instituto de Sociologia que tiveram lugar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) a 14 e 15 de janeiro de 2016. Enquadramos no presente texto os objetivos e as circunstâncias de discussão das temáticas na altura tratadas.

<sup>2</sup> PELE, Espaço de Contacto Social e Cultural. Como anotado na página oficial da associação, é uma estrutura artística do Porto, criada em 2007, que desenvolve projetos teatrais enquanto criações coletivas e segundo processos de trabalho orientados pela centralidade do indivíduo e da comunidade nos processos da criação. Para mais informações, consultar <https://www.apele.org>

A sociologia e as artes configuram relações teóricas e processuais possíveis, necessárias e visíveis nos campos científico, organizacional e comunitário. Mais do que fundamentar a circularidade processual entre projetos artísticos, atores sociais e territórios, com vista a discursos e práticas de inclusão social (até ao momento, um pressuposto analítico e social relevante e sustentável), interessa-nos confrontar virtualidades e limites das experiências metodológicas de observação desses parâmetros em relação. As observações que realizámos sobre o trabalho da PELE com as comunidades locais em ação, a partir de projetos teatrais e no caso do teatro em prisões (a “encenação de si pelo próprio”)<sup>3</sup>, sugerem pontos de chegada e interrogações plausíveis. Não são resultados nem pressupostos teóricos os que aqui situamos; são elementos que fazem parte de um processo metodológico que, a dado momento, nos colocam perante virtualidades e dificuldades inerentes ao nosso papel como investigadores: investigadores da sociologia e investigadores em relação direta com contextos culturais e artísticos com determinadas características sociais. Num outro sentido, colocam-nos perante uma das questões centrais no campo das artes e da inclusão social: como entrecruzar a temporalidade curta e circunstancial de tais projetos com as histórias de vida de atores sociais marcadas por problemas sociais estruturais e estruturantes? Como viabilizar modos de inclusão social, esfera da totalidade do social, por via de estratégias de atuação que tendem a situar-se na esfera do circunstancial e dos espaços-tempos imediatos e provisórios?

O trabalho de criação teatral com populações específicas, e com acentuada e assumida componente interventiva nos contextos de vida das populações, confrontou-nos com o desafio de fazer o acompanhamento do processo de criação teatral ENTRADO (entre dezembro de 2009 e julho de 2011), em contexto prisional – Estabelecimento Prisional do Porto – e com populações de reclusos homens. Por outras palavras, concretizar uma monitorização qualitativa do projeto a partir dos discursos e das práticas dos atores envolvidos (reclusos, instituição prisional e PELE). As entrevistas à direção e técnicos, os inquéritos aos reclusos, a análise documental dos registos audiovisuais do trabalho criativo e da comunicação social, e a observação direta participante do contexto da peça (atores e públicos) foram os dispositivos técnicos que melhor se ajustaram ao desafio. A partir daqui iniciou-se um novo cenário de intervenção e avaliação pela e para a própria associação: dinâmicas de trabalho da PELE que se prolongaram pelo teatro comunitário em prisões (com novos projetos, inclusive com mulheres reclusas) e por outras áreas de intervenção junto das comunidades; instrumentos extensivos e qualitativos de medida e de interpretação dos processos e dos resultados; equipas um pouco

---

<sup>3</sup> No *link* <https://www.apele.org/entrado> estão disponíveis os suportes documentais alusivos ao projeto ENTRADO (2009-2011) e que corporizam a sua memória documental.

mais pluridisciplinares e com acentuada presença de *stakeholders*; condicionalismos constantes decorrentes dos financiamentos, internos e externos. A este processo de avaliação organizada e crescente, não são estranhos, por um lado, o crescimento da instituição - adquiriu legitimidade cultural, política e social (no Porto e fora do Porto) e institucionalizou-se mais nos seus papéis de intervenção cultural e artística, sem a tal contrapor-se um poder efetivo de ação face aos condicionalismos financeiros; por outro lado, a representação social positiva quanto ao lugar da cultura no território e na comunidade - tornou-se mais pública e visível no quotidiano urbano da cidade do Porto.

Nestas andanças possíveis que tivemos, e noutras similares (algumas delas relativas às políticas públicas para a cultura e para as artes dos municípios da Área Metropolitana do Porto), mantivemos três níveis de reflexões metodológicas. São reflexões cujo progressivo investimento político, simbólico e representacional nas artes orientadas para a inclusão social tem demonstrado a necessidade de ponderar os limites e as virtualidades da centralidade em ação da cultura e das artes na contemporaneidade urbana. E, nesse contexto, os papéis possíveis do sociólogo como modesto e legítimo observador.

## **2. Cultura, artes e inclusão social**

Primeira reflexão: as proximidades entre cultura e artes. É a dimensão material e simbólica do conceito de cultura que o configura na sua definição antropológica mais global: o universo social é um universo cultural. A especificidade de ambos reside na diversidade, conciliação e conflitualidade dos modos sociais de criar, vivenciar e reconfigurar a cultura. Como em qualquer outro domínio do social, as dicotomias poderão ressurgir, não tanto no cariz dos discursos teóricos sobre este universo – dicotomias paradigmáticas ultrapassadas, poder-se-á dizê-lo – mas mais nas vivências quotidianas da cultura, seja em contextos de cultura-ação seja em contextos organizacionais de cultura-objeto, ou de cultura tornada objeto artístico. As dicotomias exigem a interação disciplinar entre campos científicos próximos e as subtilezas epistemológicas e metodológicas de diferenciação dos mesmos. A sociologia da cultura e a sociologia da arte (ou das artes, como preferimos perspetivar) corporizam bem as questões da simultaneidade relativa.

**Figura 1 – ENTRADO, 2010**



Autoria: Fotografia de Paula Preto, disponível em <https://www.apele.org/entrado>, consultado a 30/06/2017.

Quando nos confrontamos com a cultura tornada objeto e prática distintiva (e a aproximação ao universo da arte desenha-se desde logo), os discursos interiorizados sobre as práticas possíveis na relação com a criação e a receção dos objetos-arte colocam desafios aos que protagonizam tanto os projetos da conceção/criação nas áreas artísticas, como os que por diversas vias sustentam esforços organizados de mediação cultural e artística. Cenários similares desenham-se quando aquilo que pretendemos é concretizar o desafio da inclusão social de, e com populações socialmente desprovidas de relações com *a arte* – socialmente entendida no sentido ideológico mais distintivo e, como tal, mais propiciador de relações de distância social com os universos das artes.

Os projetos artísticos, os projetos de intervenção cultural, os projetos de teatro em prisões, os projetos culturais de inclusão social, para não falar de outras expressões que traduzem o suposto *empowerment* daquelas populações por via das artes, constituem expressões que salvaguardam, em última instância, o seguinte: a *arte* na sua pluralidade e, como tal, as *artes* na relação circular com os outros em ação. As fronteiras daquilo que é *arte*, num dado contexto, são também uma representação interpretada por uma comunidade de pares (Becker, 2010). As artes são o resultado de processos sociais, datados e situados, e não um *corpus* de objetos definidos uma única vez e por todos os que representam instituições e disciplinas



consagradas. É uma proposta *in progress*, contraditória e tensa. Ou, pelo menos, assim o entendem os modelos teóricos da transversalidade horizontal das manifestações culturais, na tentativa de dessacralização daquilo que sempre constituiu a referência artística legitimada: seja a que reporta para o património artístico das sociedades, solidificadas em camadas de legitimação estética e simbólica pelo tempo histórico, pelos efeitos da raridade e da autenticidade e pelos discursos que historicizam os processos da criação artística das sociedades; seja a que reporta para as convenções mais flutuantes e provisórias da contemporaneidade artística.

**Figura 2 – ENTRADO, 2010**



Autoria: Fotografia de Paula Preto, disponível em <https://www.apele.org/entrado>, consultado a 30/06/2017.

Interpretar as potencialidades do trabalho daqueles que são atores/criadores das suas próprias condições de manifestação cultural – como no caso dos protagonistas dos projetos artísticos com vista a modos de inclusão social – permite-nos visualizar o quão as trajetórias individuais continuam a ter relevo na relação direta e constante com as práticas culturais. O trabalho artístico realizado em contextos prisionais - os atores sociais em interação sobre o seu território (a instituição total) - as relações entre os grupos de reclusos e as expressões culturais – como o teatro – situam-se para além do momento da conceção *in loco*. Não é fácil nem imediato fazê-lo, pois a dimensão estrutural de tal trabalho tanto se situa antes como depois da conceção

do próprio projeto. E, nesse sentido, os modos de criação e de receção dos objetos artísticos variam, a montante e a jusante, de acordo com as características estruturantes das trajetórias de vida social das populações-alvo. Pressuposto este que se aplica, do nosso ponto de vista, às análises que façamos das trajetórias individuais de qualquer ator social.

A “encenação de si pelo próprio”, no teatro, na dança e nas artes performativas, na música, nos textos escritos e dramatizados, nos registos fotográficos, nas artes plásticas, ou noutra forma de expressão, confronta-nos, e de modo constante, quase redundante, com quatro níveis de questionamento: i) como são consideradas as artes nos contextos em que os atores sociais sem relação com as artes são os criadores das propostas artísticas em ação?; ii) onde reside a especificidade formal e simbólica das propostas artísticas em cenários convencionais e não convencionais?; iii) o que são artes com populações desprovidas de capitais artísticos ou, se se preferir, desprovidas daqueles que se localizam no campo legitimado e avaliativo do mundo da arte?; iv) o que define em termos técnicos e formais, mas de igual modo, simbólicos e vivenciais, as propostas artísticas em contextos comunitários?

Na abordagem da relação entre cultura e artes, o binómio em relação transfigura-se de vez em quando, sempre que se ajusta, e de acordo com os papéis dos atores sociais em co-presença e co-criação. A circularidade cruzada entre os vértices da criação, receção e mediação artísticas tende a situar a abordagem às artes na pluralidade teórico-metodológica, por um lado, e na hibridez das propostas de leitura criativa do social, por outro.

### **3. Criação, receção e mediação**

Segunda reflexão: a circularidade entre criação, receção e mediação na relação com os objetos artísticos. Consideramos que a monitorização metodológica dos projetos artísticos só pode ser entendida quando enquadrada na totalidade das esferas de relação com as artes – criação, receção e mediação – e segundo os papéis sociais assumidos – criadores, públicos e mediadores. Ainda que a análise sociológica de apenas uma das esferas seja pertinente, torna-se mais heurística quando conseguimos perspetivar, de modo relacional e integrado, as três esferas e respetivos atores sociais.

A curiosidade sociológica que, desde logo, se revela é a que diz respeito à sociodemografia dos atores sociais presentes nos projetos desta índole. Mesmo que, *a priori*, tais atores enquanto públicos-alvo dos projetos reflitam as características próprias de quem vive situações de não inclusão social, tal não invalida um levantamento organizado daquelas mesmas

características. A especificidade do trabalho com estas populações enquadra-se, desde logo, nas características dos que protagonizam tais projetos. São populações que, de alguma forma, detêm elementos identitários que as aproximam: as condições jurídicas e sociais de existência e as trajetórias de vida associadas a padrões de exclusão social. Há uma homogeneidade relativa das suas condições sociais de existência. Valerá a pena atender, porém, à diversidade social que essas mesmas trajetórias de vida albergam e integrá-las (ou perspetivar como se integram) nos projetos criativos para os quais tais populações são motivadas a participar. Sempre que exequível, a avaliação-diagnóstico (a avaliação *ex-ante*) pode evitar intervenções casuísticas e momentâneas, sem continuidade, e cuja sustentabilidade temporal e institucional é quase sempre entendida como um ponto de chegada não garantido e, como tal, um efeito inevitável da falta de condições institucionais para a continuidade destes projetos.

Em segundo lugar, a viabilidade conjuntural dos projetos aqui em discussão define-se no enquadramento tutelar de organizações/instituições, de espaços-tempos públicos e/ou de territórios comunitários, o que se torna variáveis e ponderáveis os recursos materiais, humanos e financeiros exigíveis, as relações sociais (de poder, de autoridade), as lógicas de funcionamento dos campos. Se é razoável a configuração sociodemográfica dos protagonistas criadores, razoável também se torna a dos técnicos e/ou representantes associativos que estabelecem o duplo papel de criadores/mediadores. Quais são os critérios representacionais assumidos pelos seus interlocutores, mais familiarizados com o campo artístico (legitimado ou “menos legitimado”) e com as linguagens da produção e receção artísticas? Que perfis configuram? E como se situam nas interações sociais com as populações-alvo, dentro e fora dos espaços-tempos da criação?

Num caso ou noutro caso, os traços sociodemográficos e as características motivacionais (discursivas e práticas) são elementos que urge descrever e interpretar pois poderão tender a reproduzir parâmetros próximos dos da exclusão social. Não integram estes atores associativos grupos de voluntários que, à partida, são excluídos dos próprios processos de tomada de decisão ou categorizados em modos de vida socioeconómicos, ora situados na economia informal ora nas desigualdades estruturais? Procuremos reter as características de ambos os lados da relação, entre os que coprotagonizam as ações criativas e os que estimulam a planificação criativa, e ponderar até que ponto estes últimos são alavancas possíveis para algum modo de mudança social entre aqueles.

**Figura 3 – Inesquecível Emília, 2012**



Autoria. Fotografia de Vanessa Rodrigues, disponível em <https://www.apele.org/inesquecivel-emlia>, consultado a 30/06/2017.

Em terceiro lugar, os projetos integram públicos: os públicos-alvo dos projetos, mas, de igual modo, os públicos-recetores, ambos entendidos como atores que desenvolvem modos de relação com instituições, com projetos, com obras/objetos/bens, com usos diferenciados das experiências de envolvimento ativo, de cidadania crítica e reflexiva. A avaliação de tais projetos deve contemplar em qualquer momento a caracterização sociodemográfica e a interpretação das motivações e expectativas destes públicos. Como referenciamos antes, o que os levam a participar como atores de si próprios em encenações coletivas e personificando vivências de exclusão social? Se a participação é voluntária e assente na relativa homogeneidade de condições sociais, como será possível alargar o leque de mobilização e participação dos públicos para projetos artísticos que não se restrinjam a áreas de intervenção pautadas pela exclusão social instituída e pela precariedade de recursos sociais e económicos?

Por outro lado, são públicos diversificados os que se assumem na sua condição de recetores: públicos-família/amigos, públicos-atores e encenadores, públicos-institucionais,

públicos com proximidades afetivas e profissionais aos contextos encenados; de modo geral, públicos que se definem pelo papel mais próximo ou mais distante face às instituições presentes e aos processos criativos em causa, à relação com os espaços públicos e territórios comunitários; públicos que vivenciam experiências de receção em espaços não convencionais, públicos que integram nas suas práticas de saída abordagens artísticas como estas. Públicos com tantas outras peculiaridades a tipificar.

A mediação informal entre públicos-atores deles próprios e criadores mescla-se nos trabalhos desenvolvidos, sobretudo quando situados a uma escala micro. Integremos na análise dimensões mais externas aos atos criativos e que abordam os conteúdos e o valor das obras produzidas nestes contextos peculiares: quadros institucionais e organizacionais da produção, receção e distribuição; lógicas do campo cultural e artístico, convenções instituídas, do ponto de vista formal e substantivo. Como transpor os processos artísticos em contextos não convencionais e em momentos quase informais de criação/interação, para os quadros institucionais que legitimam barreiras culturais e hierarquias artísticas?

Para o efeito, poderemos agilizar marcadores observacionais que vão desde a análise dos domínios/setores artísticos e dos atores sociais (criadores, mediadores, mercados, públicos), passando pelos resultados (duráveis e em curso) e pelos efeitos da *artificalisation* (legitimação e autonomização das práticas, esteticização e autenticação das obras), até às abordagens terminológica, institucional ou estética, para citar apenas alguns do processo em si (Heinich; Shapiro, 2012). Nas camadas mais visíveis do processo, encontramos atores sociais que autonomizam propostas de intervenção social, que treinam e consolidam estratégias identitárias e de autoestima social e individual. Fica-nos na mente como, *à la longue*, conseguimos solidificar a relação entre a sustentabilidade dos projetos e a possibilidade de contribuir, de facto, para processos de mudança social dos trajetos de vida dos protagonistas. São duas dimensões que nos reportam, também, para o universo das políticas públicas para cultura e as artes, tanto no seu enfoque europeu e nacional, como regional e municipal.

#### **4. Enfoque qualitativo e versatilidade de papéis observacionais**

Terceira curiosidade: as virtualidades processuais das observações qualitativas em diferentes momentos dos processos de conceção, construção, vivência e receção dos projetos artísticos com as características já apontadas. Pressupomos com convicção, e face à proximidade e familiaridade com as trajetórias da investigação qualitativa, que se trabalhe

segundo um desenho de pesquisa participado, assente em princípios da abordagem intensiva do social, por mais plástico e duradouro que seja, nessa ambiguidade, o próprio social. Integramos os olhares sobre os atores, objetos e contextos peculiares do mundo das artes; a redefinição constante dos mesmos atores no quotidiano da relação interacional e nos quadros estruturantes das suas condições de vida; a relação possível entre a sociologia e o espaço público, as artes e as comunidades, e as trajetórias de vida e o campo de possíveis por via das criações artísticas.

O processo observacional contempla, desta forma, o pressuposto de descrever e interpretar os projetos artísticos orientados para a inclusão social como um processo de fabricação de objetos artísticos (Heinich; Shapiro, 2012), aproximando-nos dos momentos de planificação, intervenção e avaliação dos projetos e dos modos como os seus protagonistas desenvolvem práticas culturais no quotidiano que se transformam em artes. Neste sentido, e numa prática de avaliação *in progress* (aquela que corresponde ao durante da execução do que foi planeado com os grupos sociais, mas que integra, de igual modo, o que está antes – *ex-ante* – e o que está depois – *ex-post*), indicamos a descrição sistemática e necessária das situações e dos atores criadores: o registo da origem e da existência processual das propostas artísticas; a vertente descritiva e analítica a partir de testemunhos diferenciados; as avaliações positivas e negativas, legitimadas ou não legitimadas, no quadro do mundo das artes, feitas por interlocutores internos e externos ao processo de criação artística; os modos como tais projetos saem dos espaços não convencionais e se localizam, territorial, institucional e simbolicamente, no âmago dos espaços artísticos convencionais; os discursos da legitimação mediática e artística sempre que tais deslocalizações têm lugar em espaços legitimados; a visibilidade institucional, política e artística desigual dos projetos sempre que as associações que os medeiam se tornam alvo de mediatização e de apropriação simbólica no campo dos *mass media* e no campo da receção e criação artística dominante.

Sempre que possível, e tomando como pressuposto metodológico a necessidade do enquadramento de tais projetos na longa duração, uma pesquisa-ação de cariz etnográfico torna-se operacionalizável. Salvaguarda-se a relação estreita com a materialidade das ações quotidianas (sob suporte analítico de uma sociologia pragmática), os atributos formais e semânticos dos objetos que, a dado momento, também aspiram a algo de artístico, as especificidades dos contextos institucionais que permitem tais projetos; as ações dos sujeitos, os sentidos que dão às suas ações e os efeitos que têm sobre as suas práticas; os modos como os atores sociais são incorporados enquanto atores criadores nos processos de criação simbólica; a construção das categorizações artísticas por via dos discursos e práticas destes atores (como se distanciam, se mesclam ou se relativizam); os modos como formas de arte se tornam mais

visíveis e integradas no quotidiano destas populações (os contextos de ensino, os contextos familiares e os contextos relacionais são alguns dos contextos paralelos a explorar analiticamente). O alargamento das chamadas “artes estabelecidas” e a visibilidade social de “novas formas de arte”, quer nos espaços convencionais de criação/receção, quer nos espaços públicos e na sobreposição/mescla/transversalidade entre diversos lugares da criação/mediação/receção artísticas, são o desafio de quem procura desenvolver dispositivos sistemáticos de observação.

**Figura 4 – Inesquecível Emília, 2012**



Autoria. Fotografia de Vanessa Rodrigues, disponível em <https://www.apele.org/inesquecivel-emlia>, consultado a 30/06/2017.

A prática docente do sociólogo constitui a prática científica e pedagógica acumulada e estruturada, mas enformada/informada pelas experiências pessoais e profissionais ligadas à investigação empírica e aos projetos de intervenção (a investigação aplicada). Nesse sentido, o investigador pode dominar as técnicas e o saber-fazer e, nesse quadro, desenhar uma leitura dos processos sociais. Num outro, e acumulado com este último, o sociólogo é um ator social em ação, próximo das áreas sociais em análise, desenvolve gostos, interações, opções, afinidades;

proximidades e distâncias, consensos e conflitos. A posição epistemológica e metodológica particular do sociólogo, e naquilo onde reside alguma da sua especificidade profissional, parece-nos, é a da reflexividade dos sujeitos envolvidos, associada à intervenção técnica e social do sociólogo nos contextos em análise. Nos contextos artísticos em discussão, mantém-se a convicção quanto ao necessário metadiscorso como pressuposto base do seu trabalho analítico. Porém, as virtualidades da relação multidisciplinar com outros atores (investigadores e criadores) na construção dos discursos e práticas não pode ser descurada sob pena de ficar em causa a versatilidade relativa do sociólogo na conciliação e/ou negociação dos conflitos e das diferenças nas relações de poder instituídas nos campos sociais. O equilíbrio necessário entre perfil técnico, perfil ético e bom senso do sociólogo na gestão diária da investigação participada constitui, na área da sociologia amadurecida e sustentada enquanto ciência social, o desafio por excelência do exercício profissional.

Fazê-lo na área privilegiada das representações sociais sobre o que é cultura e o que é arte (e dizê-las artes relativiza o acento distintivo daquela) corporiza mais e melhor o alcance e limites do mesmo desafio. Não se pode escapar (se é que a questão pode ser assim colocada – “escapar?” ou antes “obliterar”) à representação social do sociólogo como “avaliador”, como aquele que não só atribui sentidos positivos e negativos, como pondera e define as melhores e mais ajustadas soluções para os problemas sociais. É uma visão dicotómica, e reproduzida enquanto tal, a da proximidade técnica aos órgãos de poder político ou do discurso crítico e contrário ao poder político instituído, ambas ideologias sociais intra e extra ao campo da sociologia e do sistema social global. No campo das artes a expectativa social quanto ao trabalho a desenvolver pelo sociólogo, com a validação social dos *dados* (discursos e práticas) por vezes atenua, outras vezes dificulta a dimensão operacional dos projetos de intervenção artística.

Parece-nos sensato, e necessário, na conciliação entre ditames éticos formais e sentido cívico crítico do cidadão sociólogo, que a conciliação contínua e progressiva entre teoria e empiria se processe; que a investigação participada não desvirtue enquanto prática a centralidade dos princípios teóricos assumidos; que a investigação se oriente para contextos sociais, não necessariamente por razões académicas, mas como construção conjunta (com pares e atores sociais) de linguagens, de práticas de intervenção, de discursos de construção e de avaliação. Não tornemos tais projetos artísticos orientados para a inclusão social como projetos de encenação artificial da mudança social – por vezes, se não quase sempre, é esse o lastro social que fica por via dos seus interlocutores privilegiados. Tornemo-los práticas sustentáveis e plausíveis.



AZEVEDO, Natália (2017), "Artes e inclusão social: projetos e ações enquanto experiências metodológicas", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 28-41.

### Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Natália (2012), "ENTRADO – *Andamentos* breves de uma monitorização *in progress*", in AAVV – *Imaginarium ENTRADO, Percursos de um projecto teatral numa prisão*, Porto, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, PELE – Espaço de Contacto Social e Cultural, CCTAR – Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua, pp. 68-83.
- (2014), "Das relações entre artes e prisões: em jeito de glossário metodológico", in Cruz, Hugo (coord) – *Arte e Comunidade*, Lisboa, FCG, pp. 487-499.
- BECKER, Howard (2010), *Mundos da Arte*, Lisboa, Livros Horizonte.
- HEINICH, Nathalie; SHAPIRO, Roberta (eds.) (2012), *De l'artification. Enquêtes sur le passage à l'art*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- PELE, Espaço de Contacto Social e Cultural, consultado a 30/06/2017, disponível em <https://www.apele.org/>.

**Natália Azevedo.** Socióloga, professora auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora integrada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. Email: nazevedo@letras.up.pt

Artigo recebido em 22 de fevereiro de 2017. Publicação aprovada em 6 de setembro de 2017.

## Diplomados universitários e sobre-educação

**Carlos Manuel Gonçalves**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

### Resumo

A sobre-educação dos diplomados do ensino universitário constitui presentemente uma temática relevante no domínio das ciências sociais. Determinantes e consequências, em termos pessoais e sociais, dessa situação são objeto de análise pela literatura de referência. Enquadrado pelas dinâmicas do mercado de trabalho, abordaremos, numa leitura exploratória, a incidência da sobre-educação em Portugal ao longo do passado recente e ao nível dos diplomados da Universidade do Porto, em 2014, cerca de cinco anos após a obtenção da sua titulação académica.

Palavras-chave: sobre-educação; diplomados universitários; Portugal.

### *University graduates and overeducation*

### Abstract

Overeducation of university graduates is currently an important subject in the social sciences. Determinants and consequences, in personal and social terms, of this situation are analyzed by reference literature. Within the framework of the labor market dynamics, we will explore in an exploratory reading the incidence of over-education in Portugal during the recent past and at the level of graduates of the University of Porto in 2014, about five years after obtaining their degree.

Keywords: overeducation; university graduates; Portugal.

### *Diplômés universitaires et suréducation*

### Resumé

La suréducation des diplômés universitaires est actuellement un sujet pertinent dans le domaine des sciences sociales. Déterminants et conséquences personnels et sociaux, de cette situation sont l'objet d'une analyse par la littérature de référence. Encadré par les dynamiques du marché du travail, nous aborderons, dans une

lecture exploratoire, l'incidence de la suréducation au Portugal au cours des dernières années au niveau des diplômés de l'Université de Porto, en 2014, cinq ans après l'obtention de votre diplôme académique.

Mots-clés: suréducation; Portugal; diplômés universitaires.

### *Titulados universitarios e sobre-educación*

#### **Resumén**

La sobre-educación de los titulados universitarios constituye actualmente una temática relevante en el ámbito de las ciencias sociales. Determinantes y consecuencias, en términos personales y sociales, de esa situación son objeto de análisis por la literatura de referencia. En el marco de las dinámicas del mercado de trabajo, abordaremos, en una lectura exploratoria, la incidencia de la sobre-educación en Portugal a lo largo del pasado reciente y al nivel de los diplomados de la Universidad de Oporto, en 2014, cerca de cinco años después de la obtención de su titulación De la universidad.

Palabras claves: sobre-educación; titulados universitarios; Portugal.

As múltiplas relações entre o mercado de trabalho e as qualificações e competências adquiridas no sistema de ensino superior constituem uma problemática axial para a sociologia, bem como para outras ciências sociais. No seu seio, confrontamo-nos com a multiplicidade de estudos quanto à sobre-educação<sup>1</sup> que, no plano concetual, se refere aos sujeitos que possuem um nível de escolaridade superior ao requerido para o exercício das funções inerentes ao emprego que ocupam, num determinado momento da sua trajetória profissional. Neste artigo, iremos abordar tal temática tomando por referência empírica as posições no mercado de trabalho, em 2014, dos diplomados<sup>2</sup> da Universidade do Porto (UPorto)<sup>3</sup>, que obtiveram a correspondente

---

<sup>1</sup> Igualmente referenciada como desclassificação profissional ou desvalorização profissional ou, ainda, sobrequalificação académica. Se atendermos ao universo linguístico anglo-saxónico, recorrentemente é usado o termo *overeducation* ou *over-qualification* que se enquadra nas teses sobre “education mismatch” (para uma lista completa dos termos consulte-se Cedefop, 2012). Por sua vez, no espaço francófono mobiliza-se *suréducation* ou *surqualification* ou *déclassement* (Chabault, 2008; Vultur, 2014). Designações que são produtos de enfoques teórico-empíricos particulares sobre as relações entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho. Este não é propriamente o espaço para uma abordagem abrangente de tal aspeto.

<sup>2</sup> O termo diplomado refere-se a todos aqueles que detêm um título académico de nível superior. No caso específico da Universidade do Porto abrange licenciados e mestres.

<sup>3</sup> Utilizaremos, neste artigo, os dados obtidos pelo Observatório do Emprego da Universidade do Porto (Gonçalves e Menezes, 2014). O Observatório foi criado em 2009, por iniciativa da Professora Maria de Lurdes Correia Fernandes, Vice-Reitora da Universidade do Porto, e no seu âmbito de ação realizou-se um conjunto de estudos que permitiram, entre outros aspetos, a identificação dos processos de transição para o mercado de trabalho e das posições nele ocupadas pelos diplomados que obtiveram a sua titulação académica a partir do ano letivo de 2004-2005 (Gonçalves, Carlos Manuel, Menezes, Isabel e Martins, Clara, 2009, 2009a), 2010 e 2011; Gonçalves, Carlos Manuel e Menezes, Isabel, 2011, 2012 e 2014). Uma palavra de reconhecimento pelo apoio e incentivo por parte da Professora Maria de Lurdes Correia Fernandes, fundadora do Observatório. Agradecemos à Professora Isabel Menezes, coautora de todas publicações. Os nossos agradecimentos vão igualmente para o trabalho desenvolvido pela Dra. Maria Clara Martins e pelo Dr. Pedro Almeida Vieira da Universidade do Porto. O autor é o único responsável pelo texto que se apresenta.

titulação académica cerca de cinco anos antes (segundo semestre de 2008). Em primeiro lugar<sup>4</sup>, apresentaremos alguns dos principais eixos de problematização teórico-metodológica da sobre-educação, de seguida, refletiremos acerca da sua incidência em Portugal e no conjunto dos diplomados da UPorto. O texto é de natureza exploratória, não seguindo o cânone, especialmente em termos metodológicos, da esmagadora maioria dos contributos nas ciências sociais acerca do tema.

## 1. Notas teórico-metodológicas

Na União Europeia (UE) assiste-se a uma forte expansão do volume de diplomados do ensino superior nas últimas décadas. Diversos estudos, a partir desta constatação empírica, centram-se nos seus efeitos ao nível do mercado de trabalho, defendendo que um segmento daqueles se encontra sobre-educado (Groot e Brink, 2000; Quintini, 2011; ILO, 2014; McGuinness, 2006). No período de 2001 a 2011, na UE, a incidência média dessa condição<sup>5</sup> era de 15,0% e em 2013, de 15,5% (European Commission, 2012 e 2016), expressando uma evolução estável ao longo da presente década. Cerca de 29% dos que detinham um curso de nível superior, naquele último ano, estavam em sobre-educação<sup>6</sup>, registando Portugal cerca de 21,0%, o valor mais elevado da UE<sup>7</sup>. Por sua vez, os resultados do estudo do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), para 2014, usando um método diferente de medição<sup>8</sup>, são

---

<sup>4</sup> O nosso texto articula-se, em parte, com outro (Gonçalves, 2017) sobre os diplomados da UPorto centrado nas questões do desemprego, precariedade laboral, profissões e salários.

<sup>5</sup> Cf. European Commission (2012 e 2016). Dados obtidos a partir do European Labour Force Survey da responsabilidade do Eurostat. Diversas fontes possibilitam a obtenção de informação relativa à sobre-educação, bem como de outros elementos caracterizadores das relações entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho. Referimos: European Community Household Panel (ECHP) da UE; Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC) da UE, que substitui o anterior; Programme for International Student Assessment (PISA), da OCDE; Survey of Adult Skills (PIAAC), da OCDE; European Working Conditions Survey (EWCS), Eurofound; European Skills and Jobs (ESJ); Adult Educational Survey (AES), da UE; Continuing Vocational Training Survey (CTVS), da EU; European Values Study (EVS); The European Social Survey (ESS). Em Portugal, os Quadros de Pessoal e o Inquérito ao Emprego podem ser utilizados.

<sup>6</sup> A sub-educação (nível de escolaridade inferior ao requerido para o exercício das funções) englobava 21,0% do total da mão-de-obra.

<sup>7</sup> Notórias diferenças existem entre os países (European Commission, 2016: 231 e segs.): Finlândia (6,5%) e a República Checa (cerca de 8,0%) contrapõem-se, para além de Portugal, à Espanha e Grécia (ambos com cerca de 20,0%) e a Itália (cerca de 18,0%); ao grupo dos países da Europa do Sul, que contrasta com a generalidade dos restantes, junta-se o Reino Unido (cerca de 17,0%). A comparabilidade entre países deverá ser cautelosa, na medida em que os valores apontados incorporam especificidades nacionais quanto, por exemplo, à fase do ciclo económico, perfil da estrutura ocupacional, composição setorial da atividade produtiva, organização do sistema de ensino e das suas relações com o mercado de trabalho, a par das regulações institucionais que este último assume.

<sup>8</sup> Um dos principais problemas da análise da sobre-educação é especificamente o da sua medida. São usados os seguintes métodos (Hartog, 2000; Chevalier, 2003; Lemistre, 2007 e 2014, entre outros): o normativo,

parcialmente similares (Cedefop, 2015: 33)<sup>9</sup>: a desclassificação profissional abrangia 17% do total dos trabalhadores europeus; 23,6% dos que tinham o ensino superior (25,2% destes com idades entre os 24 e os 35 anos). No nosso país, 9,0% eram sobre-educados (ascendiam a 4,0% do total dos que tinham o ensino superior)<sup>10</sup>. Contratados a termo certo (ou em trabalho temporário), trabalhadores em ocupações pouco qualificadas e inseridos em pequenas empresas, jovens e adultos, em particular os que reingressam ao emprego após o desemprego, são os mais afetados pela sobre-educação<sup>11</sup>, o que igualmente se constata quanto aos que possuem um curso do ensino superior, em particular os que concluíram a sua formação no período da crise económica e financeira de 2009 e os de áreas científicas de formação, como as Humanidades e as Ciências Sociais (Cedefop, 2015). Para os países da América Norte, existem dados caracterizadores da sobre-educação, em geral, dos trabalhadores com o ensino superior, em particular, que traduzem as mesmas tendências europeias (ILO, 2013 e 2014; OECD, 2011; Leuven e Oosterbeek, 2011; Kucell, 2011; Quintini, 2011; McGuinness, 2006; Vultur, 2014).

Os denominados desajustamentos entre as qualificações e competências académicas e as necessárias para o desempenho de uma atividade ocupacional, em Portugal, são objeto de atenção por alguma literatura, que genericamente assenta numa perspetiva adequacionista entre sistema de ensino e sistema produtivo. Para além dos contributos que iremos acionar ao longo do nosso texto, e sem intenção de exaustividade, referenciamos os contributos de Kiker, Santos e Oliveira (1997), Oliveira, Santos e Kiker (2000), Santos e Oliveira (2002), Cerejeira, Sá e Alexandre (2007), Morgado *et al.* (2015), Sgobbi e Suleman (2013), Vieira (2005), Budría e Moro-Egido (2009), Ghignoni e Verashchagina (2014), Verhaest e Velden (2013), McGuinness, Bergin e Whelan (2015), OECD (2011), European Commission (2012 e 2016) e ILO (2013 e 2014). Contributos em que predominam a apresentação da incidência quantitativa da sobre-educação

---

que se baseia na comparação entre uma classificação das ocupações, pré-estabelecida, e os níveis de escolaridade; o estatístico, que aponta para a distribuição média ou modal dos sujeitos para cada uma das ocupações; o subjetivo, que assenta na autoavaliação dos inquiridos da relação, quanto à adequação ou não, entre a sua formação académica e o emprego que ocupam; e, por último, o misto que, em condições específicas de investigação, mobiliza dois métodos em simultâneo e para a mesma população, possibilitando o cruzamento dos respetivos resultados. Métodos que apresentam vantagens e desvantagens que produzem resultados diferentes, e, conseqüentemente, incomensuráveis entre si, motivo de discussão sobre o grau de importância da sobre-educação, (Verhaest e Omey, 2006; Chaboult, 2008; Cedefop, 2010). Flisi *et al.* (2014) apresentam uma lista de trabalhos, publicados recentemente, seriados de acordo com o método usado.

<sup>9</sup> Dados obtidos do inquérito European Skills and Jobs (ESJ), da responsabilidade do Eurofound, realizado em 2014, com o objetivo de recolher informação sobre as qualificações e competências dos trabalhadores com idade compreendida entre os 24 e os 65 anos (<http://www.cedefop.europa.eu>). Dados que expressam a opinião avaliativa dos inquiridos face à sua condição profissional (método subjetivo de medida da sobre-educação).

<sup>10</sup> As discrepâncias subsistem entre os países, veja-se Cedefop (2015).

<sup>11</sup> Por sua vez, a sub-educação é notória em trabalhadores mais idosos, com longas trajetórias profissionais, cujas competências já não se enquadram nos perfis ocupacionais atuais.

(variável conforme o método de medida usado, as fontes e o momento temporal de observação, recorrendo, por vezes, a comparações internacionais) e das suas relações com os salários, produtividade e satisfação face ao trabalho.

Berg (1970) e Freeman (1976) são os primeiros economistas a afirmar que a expansão do sistema de ensino dos E.U.A. tinha gerado, na década de 1960, um amplo conjunto de indivíduos cujas qualificações excediam as necessidades do sistema produtivo. Face ao excesso da oferta, tais diplomados eram forçados a aceitar empregos não consentâneos com a sua formação académica, sendo por isso menos produtivos, porque menos motivados, auferindo salários mais baixos comparativamente aos que tinham o mesmo nível de habilitações, mas não em sobre-educação, apresentando ainda uma acrescida mobilidade entre empregos. Coloca-se, assim, em causa os benefícios pessoais, monetários e sociais do incremento da escolarização face a, pelo menos, uma parcela da população: a educação não é propriamente um investimento estratégico e rentável. Rumberger (1981), por sua vez, prolonga a leitura de Freeman. Teses provocatórias face à teoria do capital humano de Becker (1964) e à visão entusiasta da sociedade pós-industrial de Bell (1976), defensoras da escolaridade como axial para o crescimento económico.

Em parte, as bases da problemática estavam lançadas com os contributos daqueles dois autores. As revisões da literatura elaboradas por Quintini (2011), Sloane (2002) e Chaboult (2008), abrangendo globalmente os últimos trinta anos, testemunham, no equacionamento da sobre-educação, a predominância dos estudos dos economistas especializados na área do emprego (com uma particular atenção às questões salariais e da produtividade) em detrimento dos sociólogos e outros *experts* em educação, a par de uma leitura por um lado, adequacionista das relações entre sistema de ensino e mercado de trabalho e, por outro, avaliadora do retorno do investimento económico em educação. Será a partir da década de 1980 que o tema começa a ser equacionado na Europa, de um modo mais amplo, elegendo os diplomados jovens como objeto analítico privilegiado. Um contexto social e económico marcado pelo desemprego e precariedade laboral, afetando principalmente os jovens, conjugado com o aumento considerável do volume de diplomados, consequência da expansão da procura do ensino superior, contribuíram principalmente para isso. Por exemplo em França, no seguimento das teses de Bourdieu (1978) sobre a desclassificação social desenvolvem-se análises, com denominador comum, constatando a ampliação da sobre-educação, particularmente ao nível dos trabalhadores mais jovens (Forgeot e Gautié, 1997), e a desvalorização dos diplomas (Baudelot e Glaude, 1989). No mesmo sentido, encontramos os contributos, por exemplo para o Reino Unido (Battu, Belfield e Sloan, 1999; Dolton e Silles, 2001) e para Espanha (Alba-Ramírez, 1993).

Tendo como enquadramento as teses do capital humano (Becker, 1964) ou do sinal (Spence, 1973) ou do emparelhamento/ajustamento ao emprego (Jovanovic, 1979) ou, ainda, da

competição pelo emprego (Thurow, 1975)<sup>12</sup> que, apesar das diferenças teórico-metodológicas, apresentam como eixo comum a defesa dos princípios globais da teoria da escolha racional (Coleman, 1990), alguns analistas elegem as opções e atributos pessoais dos assalariados como determinantes da sua sobre-educação<sup>13</sup>: características de personalidade (Blázquez e Budría, 2012); opção por um emprego menos qualificado de modo a obter experiência profissional, como meio de uma futura valorização no mercado de trabalho (Chevalier, 2003; Bauer, 2002); por razões de natureza familiar (Buchel e Battu, 2003), de manutenção de uma estabilidade contratual (perdida por ocupar futuramente um emprego qualificado mas precário) ou de recusa da mobilidade espacial (Croce e Ghignoni, 2012); ausência de competências particulares para um determinado emprego resultante, por exemplo, de uma fraca rendabilidade académica (baixas classificações) (McGuinness, 2006) ou de um trajeto académico com insucesso ou ainda, de um “ensino de má qualidade” (Verhaest e Eddy, 2004; Ordine e Rose, 2009); opção de não permanecer no desemprego e inserir-se num emprego sub-qualificante (Cedefop, 2010); incidência do género e idade (maior vulnerabilidade das mulheres e dos jovens à desqualificação) e da condição familiar (estado civil) (Leuven e Oosterbeek, 2011); escolha de uma área científica de formação, por exemplo Humanidades e Ciências Sociais, com uma baixa oferta de emprego (Reimer, Noelke e Kucel, 2008) ou de uma área que, no momento da sua eleição pelo sujeito, dá acesso a uma atividade laboral deficitária em profissionais, por isso não sujeita ao desemprego e provavelmente com salários elevados, mas que, passado algum tempo poderá já não ter esses atributos, mas continuar a ser objeto de atração à entrada na universidade (persiste nas representações sociais sobre o ensino como garantindo um “bom futuro profissional”, quase de modo intemporal), conduzindo então a um excesso de diplomados (Vultur, 2014); estratégias desajustadas de procura de emprego e ausência de informação sobre as qualificações e competências exigidas no mercado de trabalho mas também das relações deste com a formação académica (Esteban, 2013).

No caso do empregador, a última determinante é igualmente observável (concretizando informação lacunar sobretudo quanto aos perfis qualificacionais e de competências dos diplomados mais jovens), à qual se associa uma estratégia deliberada de alocação de diplomados desempregados, por falta de empregos qualificados, de modo a utilizar as suas qualificações e

---

<sup>12</sup> Para um desenvolvimento da mobilização das teorias indicadas consulte-se: Sala (2011); Kucell (2011); Arribas (2009); Almeida (2014).

<sup>13</sup> São estudos que partem da premissa: “(...) individual heterogeneity is taken account by assuming that two persons possessing the same number of years of education or similar credentials may have different skills and/or ability levels” (Ghignoni e Verashchagina, 2014: 671). Assim, contraria-se, em parte, outra premissa sobre a procura homogénea de emprego pelos diplomados: todos os indivíduos com o mesmo nível de habilitações, no nosso caso o ensino superior, apresentariam a mesma qualidade formativa e profissional.

competências a salários mais reduzidos (num processo de embaratecimento salarial da mão-de-obra). Isto traduz-se, por sua vez, na elevação do nível médio das habilitações académicas das profissões menos qualificadas, sem que se consubstancie uma alteração qualificante das tarefas (quanto à sua organização e natureza) em contexto de trabalho, ocorrendo, ao invés, uma valorização dos postos de trabalho por via de quem os ocupa. Para Forgeot e Gautié (1997), outra posição pode ainda ser considerada: a assunção, pelos empregadores, do abaixamento do nível das competências adquiridas no sistema de ensino, ao longo do tempo, conduzindo à sua preferência por empregados com níveis de qualificações académicas cada vez mais elevados<sup>14</sup>. Tese contestável na medida em que assenta numa representação estática das relações entre sistema de ensino e sistema produtivo (Bills, 2004).

As determinantes da sobre-educação, centradas nos sujeitos, permitem uma leitura com variantes conforme os quadros teórico-empíricos mobilizados, heurísticamente parcial, resultante da conceção individualista e utilitarista da sociedade que lhe está subjacente. Torna-se, portanto, imprescindível acionar uma outra, de índole macro e tendencialmente holística que, contudo, ocupa uma posição escassa na globalidade da literatura sobre a questão. Os contributos, por exemplo, de Marsden *et al.*, Oliver-Alonso e Guillotin (2002), Wolbers (2003), Vershaest e Van der Velden (2013), Davia, McGuinness e O’Connell (2010), Croce e Guignoni (2012), European Commission (2012) e Vultur (2014) vão nesse sentido, adotando, como premissa analítica, que a sobre-educação é uma das resultantes das configurações globais que tomam as relações entre a oferta e procura de emprego no mercado de trabalho, relacionando-as, por sua vez, com outras dinâmicas sociais de natureza institucional e política do capitalismo. Assim, o desajustamento quantitativo (volume da procura de emprego pelos diplomados que excede a oferta de empregos qualificados pelos empregadores) é interpretado como determinante da sobre-educação, o que é induzido por vários fatores explicativos, mas não em termos de um determinismo absoluto, de natureza conjuntural ou estrutural, que passaremos em revista<sup>15</sup>.

Em primeiro lugar, o deficit ou mesmo ausência continuada e sustentada de inovação tecnológica, organizacional e de produtos/serviços comercializados, falta de recursos financeiros para a contratação de trabalhadores, associada ou não a um período de contração da economia, a

---

<sup>14</sup> Ideia recorrente de uma degradação do capital académico das gerações mais novas face às mais velhas. Embora não empiricamente sustentável, e que corresponde, frequentemente, ou a uma conceção meramente utilitarista e adequadonista da escola face ao sistema produtivo ou então à não necessidade das novas qualificações e competências, porquanto as empresas se encontram obsoletas nos planos técnicos e organizativos.

<sup>15</sup> Abordaremos os fatores explicativos, embora de modo sintético. Sublinhe-se que são interdependentes, conforme o contexto temporal e económico-cultural em que se inserem e que lhes confere significado. Por sua vez, subsiste a impossibilidade metodológica de os isolar, o que provavelmente explica a já apontada não ampla adesão às análises macro da sobre-educação.



ser colmatada por uma possível flexibilidade salarial, e informação imperfeita sobre os perfis qualificacionais e de competências dos diplomados, em especial dos mais jovens, são aspetos indutores de sobre-educação (European Commission, 2012; ILO, 2013; McGuinness, 2006). Sublinhe-se que é o tecido produtivo que determina o volume e qualidade do emprego (Rosé, 1998). A expansão do volume de diplomados que ingressam no mercado de trabalho deve ser impulsionada pela oferta de empregos qualificados pelo tecido económico e social (difícilmente isso se pode obter quando o volume de diplomados cresce de modo rápido e extensivo). A destruição/criação/renovação da mão-de-obra é um processo complexo e interligado, com a reconfiguração dos sectores de actividade, da estrutura sócio-profissional e da demografia, que reflete, sobretudo, as diferentes fases do ciclo económico (European Commission, 2012; Cedefop, 2010).

Num contexto social caracterizado pela deterioração da atividade económica e pelo aumento do desemprego, entre outros aspetos, cresce a sobre-educação, funcionando como uma variável de ajustamento no mercado de trabalho tal como defendem, entre outros, Croce e Ghignoni (2012) e Diem e Wolter (2014) ao estudarem vários países europeus. A escassez de empregos qualificados leva os diplomados a aceitarem empregos menos qualificados face à sua formação académica (com a consequente desvalorização salarial). Por sua vez, um dos reflexos diretos disso, ao nível das empresas, encontra-se no desencadeamento ou na intensificação do *crowding out* face aos trabalhadores com menores qualificações académicas. Também a escassez de empregos qualificados pode conduzir os diplomados a manterem-se no sistema de ensino. É uma estratégia de defesa, face a uma depreciação imediata no mercado de trabalho, implicando, todavia, a existência de recursos financeiros do próprio, ou da sua família, para tal.

A denominada rigidez dos fatores institucionais do mercado de trabalho (negociação coletiva, alocação da mão-de-obra e salários) é indicada como geradora de sobre-educação (European Commission, 2012; Quintini, 2011), porquanto conduz a uma excessiva proteção do emprego e, consequentemente, a uma dificuldade acrescida de “ajustamento” entre a oferta e procura. Defende-se a flexibilidade daqueles fatores com ênfase para os salários. A redução, salarial, quando existe um excesso de diplomados, conduziria à disponibilização de um volume acrescido de empregos<sup>16</sup>. Tese contestada, em parte, por Assirelli (2015) e Verhaest e Velden (2013), que conferem uma maior importância ao contexto económico para a geração de emprego qualificado, do que propriamente a uma alocação mais barata de mão-de-obra. A natureza excessivamente segmentada dos mercados de trabalho, quanto, por exemplo, aos contratos de trabalho (precários/não precários), tempo de trabalho (tempo inteiro/tempo parcial), idade

---

<sup>16</sup> Deste modo, a sobre-educação seria temporalmente transitória tal como é defendida pela teoria do capital humano.

(jovens/mais velhos) e qualificação dos postos de trabalho (tarefas desqualificados/tarefas qualificadas) é entendida como uma causa da sobre-educação, atingindo, em particular os mais jovens e, dentro destes, os sem experiência profissional, o que é observável nos países europeus (European Commission, 2010).

Por último, determinados atributos do sistema de ensino superior concorrem para a sobre-educação (Ordine e Rose, 2011; European Commission 2012 e 2016): o aumento continuado do volume de diplomados, *de per se*, resultante da expansão da escolarização da população, tão peculiar ao tecido social europeu nas últimas décadas; o não ajustamento do sistema do ensino às necessidades da oferta de emprego quanto ao volume de diplomados (neste caso por excesso destes), às qualificações e competências necessárias, por exemplo pela não valorização de um ensino de cariz vocacional e profissionalizante, da não especialização da formação. Acresce a qualidade e prestígio dos cursos e das respetivas titulações académicas (McGuinness, 2006; Cutillo e Di Pietro, 2006). Atributos que são enformados por uma concepção adequacionista das relações entre ensino e sistema produtivo, que defende a supremacia do segundo, e que se opõe a uma outra de natureza autonomista consubstanciada na autonomia relativa entre eles (Gonçalves, 2009).

Mais recentemente é patente, no âmbito dos trabalhos anglo-saxónicos, um deslocamento da problemática da “education mismatch” (em que está integrada a sobre-educação) para a da “skill mismatch”<sup>17</sup>. A ênfase nesta última visa não só ultrapassar as dificuldades de medida da sobre-educação, mas fundamentalmente valorizar quer as competências, nas suas várias dimensões, em detrimento parcial do título académico (Vendramin, 2004), quer a heterogeneidade social da mão-de-obra. A literatura aponta para uma descoincidência entre aqueles dois conceitos, o que coloca novos desafios empíricos (Di Pietro e Urwin, 2006; Green e McIntosh, 2007; European Commission, 2012; Mavromaras, *et al.* 2010; Ghignoni e Verashchagina, 2014).

## 2. Sobre-educação em Portugal

A abordagem da sobre-educação dos diplomados implica, em primeiro lugar, revisitar o processo de recomposição da estrutura ocupacional no nosso país (Gonçalves, 2009)<sup>18</sup>. Na

---

<sup>17</sup> “Skill mismatch”: “a situation in which the level and/or type of skills and abilities of an individual is less or more than the required level of skills and abilities in the job” Composta por: “Over-skilling”: “a situation in which an individual is not able to fully utilise his or her skills and abilities in the current job”; “Under-skilling”: “A situation in which an individual lacks the skills and abilities necessary to perform the current job to acceptable standards”. Cf. European Commission (2012: 358).

<sup>18</sup> Na análise utilizaremos principalmente os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Sublinhem-se duas notas metodológicas. Primeira, após 2011 a metodologia do Inquérito ao Emprego da responsabilidade daquele organismo foi alterada, o que conseqüentemente impede um exercício comparativo concreto com os anos anteriores, sendo possível uma leitura global das principais tendências

continuidade das tendências do passado próximo<sup>19</sup>, na primeira década do século XXI, o operariado industrial e o emprego agrícola perdem importância, os trabalhadores dos serviços ampliam-se, o mesmo acontecendo para os três grupos profissionais mais qualificados (Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas<sup>20</sup>, Especialistas das profissões intelectuais e científicas e Técnicos e profissionais de nível intermédio), enquanto os não qualificados agregam cerca de um décimo da população empregada em 2015<sup>21</sup>. É um período temporal em que a dinâmica económica se deteriora (baixo crescimento económico ou mesmo estagnação económica, subida continuada da taxa de desemprego, perda de rendimentos), ao invés do último quinquénio do século XX. Em particular a partir do final do ano de 2008, acelera a degradação económica e financeira do país, num contexto internacional de instabilidade e incerteza. Em 2011, é adotado um Programa de Assistência Económica e Financeira<sup>22</sup> que conduziu à aplicação de medidas de “ajustamento estrutural”, principalmente baseado em restrições às despesas públicas, acréscimo substancial dos impostos diretos e indiretos e reconfiguração do mercado de trabalho com a consequente degradação das condições de vida da população. Assiste-se à redução da população ativa e empregada, ao acréscimo do desemprego, à persistência da precariedade laboral (assumindo-se como modelo para o (re)ingresso no emprego), à desvalorização salarial<sup>23</sup> e à alteração do padrão das relações individuais e coletivas do trabalho, no sentido sempre da sua flexibilização precarizante<sup>24</sup>. Sublinhe-se que, no caso do emprego, a erosão não ocorre em todos os grupos profissionais. O peso relativo de cada um dos grupos mais qualificados regista<sup>25</sup>, entre 2011 e 2014, um acréscimo, conquanto limitado, mas

---

de evolução do mercado de trabalho e da demografia. Segunda, uma situação de natureza idêntica verifica-se quando, em 2010, a Classificação Nacional de Profissões (CNP) é substituída pela Classificação Portuguesa de Profissões (CPP). Embora apresente limitações, optámos por manter as designações da CNP, com a ressalva metodológica apontada antes.

<sup>19</sup> Tenha-se em conta Gonçalves (2009).

<sup>20</sup> Na CPP, o Grande Grupo 1 incorpora os Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos.

<sup>21</sup> Tendências estruturantes observadas nas décadas anteriores.

<sup>22</sup> Recorde-se que em abril de 2011, face ao agravamento das condições económicas e do financiamento internacional e à crise da dívida soberana, o governo em exercício solicitou ajuda financeira externa. Inicia-se o apelidado período de ajustamento estrutural, não mais que de crise e austeridade.

<sup>23</sup> Mudanças significativas em variáveis estruturais do mercado de trabalho: decréscimo da taxa de atividade, de 66,7%, em 2011, para 65,5%, em 2015 (para tal concorreu o envelhecimento demográfico global e da população ativa, o estancamento da imigração, o aumento dos fluxos de desempregados para a inatividade, em especial dos desencorajados e mais velhos, intensificação da emigração; o prolongamento da escolaridade por parte dos jovens); a erosão do emprego com a respetiva taxa a evoluir de 61,2%, em 2011, para 51,6% em 2013, e a crescer positivamente para 58,1% após dois anos; forte e rápido aumento da taxa de desemprego, em 2013 registava 16,4% mais 4,5 pontos percentuais que em 2011, acabando por, em 2015, apresentar um valor mais reduzido de 12,6%. A taxa de desemprego dos diplomados passou de 9,0%, em 2011, para 9,3% após 4 anos, atingindo o valor mais elevado de 12,7%, em 2013. Cf. Eurostat.

<sup>24</sup> Ações que não deixaram também de concorrer para a expansão do desemprego e da precariedade laboral.

<sup>25</sup> Entre 2011 e 2015, os Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas passam de 295,3 mil para 296,3 mil indivíduos, os Especialistas das profissões intelectuais e científicas de 674,9 mil para 807,9 mil e os Técnicos e profissionais de nível intermédio, de 411,9 mil para 513,5 mil.

que adquire significado face à evolução contrária, por vezes bem acentuada, dos demais grupos, com exceção do Pessoal dos serviços e vendedores. Evolução de cariz idêntico verifica-se no contexto europeu (European Commission, 2012). Aspeto, em si, que merece uma reflexão detalhada, que não encontra espaço no presente texto.

**Quadro 1**  
**População empregada por grupo profissional (%)**

	2000	2010	2011 a)	2015
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	6,8	6,0	6,3	6,6
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	6,7	10,0	14,3	17,9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	7,6	9,6	8,7	11,4
Pessoal administrativo e similares	9,8	9,2	8,3	7,6
Pessoal dos serviços e vendedores	13,1	15,9	16,4	17,2
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	11,4	10,9	9,9	7,0
Operários, artífices e trabalhadores similares	21,9	17,8	15,9	12,5
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	8,7	8,0	8,3	8,8
Trabalhadores não qualificados	14,0	12,6	11,9	11,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: a) quebra de série.

Fonte: INE

Numa leitura temporalmente mais ampla (entre o início dos anos 1990 e a atualidade), observa-se uma notória tendência de expansão dos grupos profissionais mais qualificados<sup>26</sup>, apresentando-se como uma das evidências empíricas da recomposição da estrutura ocupacional de Portugal, seguindo genericamente o padrão da UE<sup>27</sup>. É uma tendência não linear socialmente, na medida em que é produto de contradições e antagonismos, cuja discussão convoca, ainda que numa leitura com pendor descritivo, as principais dinâmicas ao nível da procura e da oferta de emprego, bem como o contexto sócio-económico (Oesch e Rodriguez, 2009).

É patente o crescimento acelerado e rápido, desde meados de 1980, do volume de diplomados (Gonçalves, 2009).<sup>28</sup> Neste processo, a expansão institucional do ensino superior e,

<sup>26</sup> Em 1991, 5,6% do total da população empregada estavam inseridos no grupo dos Especialistas das profissões intelectuais e científicas, 4,3% e 7,4% correspondiam respetivamente aos grupos dos Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas e dos Técnicos e profissionais de nível intermédio. Cf. INE, Recenseamento Populacional de 1991.

<sup>27</sup> Em 2015, 40,7% da população empregada inseriam-se nos grupos profissionais mais qualificados (*Managers, Professionals e Technicians and associate professionals*), mais 6,3 pontos percentuais do que em 2000.

<sup>28</sup> Em 1998, do total da população ativa, 70,7% tinham completado um dos ciclos do ensino básico, 10,9% o secundário e 8,7% o superior. Em 2014, o peso do básico reduziu-se para 48,7%, enquanto os outros evoluíram no sentido da subida, 25,3% e 24,0% para o secundário e superior (um incremento de 268%). Principalmente para o secundário, temos uma posição distanciada face ao valor médio da UE (em 2014 de

simultaneamente, o alargamento da base social do recrutamento do estudentado são cruciais, não obstante subsistir uma tendência pesada de reprodução social (Mauritti e Martins, 2007; Gonçalves, 2009)<sup>29</sup>. Por sua vez, do lado da oferta de emprego, aponta-se a modernização organizacional e tecnológica de alguns dos sectores do tecido empresarial, que assenta na mobilização de novos conhecimentos científicos e técnicos e de competências profissionais específicas, não produzidos em contexto de trabalho, que implicou a contratação de mão-de-obra com habilitações académicas de nível superior<sup>30</sup>. Modernização que está associada ao aumento da competitividade, nacional e internacional, da internacionalização dos mercados, da terciarização, entre outros aspetos, que ganha uma expressão mais densa com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, em 1986. Genericamente uma mobilização de natureza idêntica está subjacente à expansão e diversificação das áreas de ação do Estado, por exemplo no quadro do desenvolvimento do Estado-providência, mesmo com as suas insuficiências, o que correlativamente vai também sustentar o crescimento dos grupos profissionais mais qualificados<sup>31</sup>. É reconhecida a necessidade de utilização, pelo sistema produtivo, de novas qualificações e competências de modo a sustentar, quer a criação de novos empregos, quer a requalificação dos já existentes (novas configurações dos conteúdos dos empregos no sentido da sua complexificação/diversidade e a inclusão de novas tarefas). O elemento essencial encontra-se nas transformações da natureza das atividades das ocupações (Allen e Weert, 2007). A relevância deste processo nas designadas profissões intermédias, em contexto europeu, é defendida por Teichler (2007) nos seus estudos sobre o emprego dos diplomados. Em suma, a natureza dos processos apontados induz a alocação, pelas organizações, de indivíduos mais qualificados

---

48,2%). A taxa de abandono precoce de educação e formação (18 aos 24 anos) reduziu-se para 17,4%, em 2014, mas no início do século XXI situava-se nos 43,6%. Este é um dos principais problemas do sistema de ensino com consequências diretas na qualificação académica da população ativa. Ao nível da UE (27 países) existe um aumento relativo dos ativos com o ensino superior – de 20,7% em 2000 para 32,0% em 2015. Cf. informação publicada no Eurostat.

<sup>29</sup> O volume de diplomados evoluiu de 32.662, em 1994, para 75.906 em 2014, representando 1,9 diplomados por mil habitantes e 7,4 por mil habitantes, respetivamente, para cada um daqueles anos (Dados estatísticos recolhidos do INE). Por sua vez, na UE (28), em 2003, existiam 3.437,7 mil diplomados e passados onze anos 4.752,4 mil, isto é, uma variação de 38,2%.

<sup>30</sup> No âmbito do processo de recomposição do tecido industrial, a par da destruição de setores “mais pesados” como a metalurgia, a construção e reparação naval, por exemplo, é patente o renovar de segmentos empresariais dos ditos setores tradicionais (o caso do calçado e do vestuário), nos planos da inovação organizacional e dos produtos, bem como de estratégias de comercialização, em contexto internacional, que passou pela falência de empresas e pela redução significativa do volume da mão-de-obra (efeitos da adesão de Portugal, em 1986, à Comunidade Económica Europeia, entre outros), criando-se clusters que têm uma importância no desenvolvimento regional na década mais recente.

<sup>31</sup> Em 1986, a Administração Pública Central tinha 384.448 trabalhadores dos quais 153.410 com o ensino superior (39,9%). Em 2014, estes ascendiam a 276.949 num total de 497.072 (55,7%). Evolução importante que ilustra a capacidade de atração de mão-de-obra qualificada. Cf. Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

academicamente, em que estão incluídos os que têm um curso de nível superior, sem os conduzir à desclassificação profissional.

Por sua vez, é de considerar hipoteticamente a importância que a expansão das tecnologias tem para o aumento da oferta de empregos para os trabalhadores mais qualificados. Inovação tecnológica requer a contratação de mão-de-obra mais qualificada, embora não seja um imperativo, na medida em que as empresas poderão requalificar os trabalhadores que as integram. Saliente-se o não consenso sobre os efeitos da tecnologia na estrutura ocupacional nos países capitalistas mais desenvolvidos. Contrapõem-se duas teses: por um lado, a do “*occupational upgrading*” alicerçada na conceção “*skill-biased technological change*” (crescimento das ocupações mais qualificadas/remuneradas ocorre em detrimento das ocupações menos qualificadas/remuneradas) (Gallie *et al.* 1998); por outro, a da polarização que ancora na “*routine-biased technological change*” (quer as ocupações mais qualificadas/remuneradas quer as menos qualificadas/remuneradas crescem, enquanto diminuem as ocupações com uma posição intermédia na estrutura ocupacional, por exemplo trabalhadores de escritório) (Goos e Salomons, 2009)<sup>32</sup>. O determinismo linear subjacente a tais enfoques é contrariado por estudos mais recentes, centrados em alguns países europeus, sublinhando a pluralidade de padrões de evolução das estruturas ocupacionais, marcados pela complexidade, singularidade e primazia ou não de cada uma daquelas teses (Oesch e Rodriguez, 2009; Fernández-Macías, 2012), que se cruzam, por sua vez, com as características do mercado de trabalho (intervenção do Estado, precariedade, feminização, estrutura ocupacional, entre outras) (Eurofound, 2008 e 2015)<sup>33</sup>.

A melhoria do perfil educacional da população empregada é transversal a todos os grupos profissionais (Anexo I)<sup>34</sup> - sobressai a redução do peso dos empregados com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico e a ampliação substancial e

---

<sup>32</sup> Consulte-se igualmente Oliveira, Santos e Kiker (2000).

<sup>33</sup> As interações entre tecnologia, natureza e organização do trabalho, e o volume do emprego são um dos temas estruturantes da sociologia do trabalho ao longo do seu percurso histórico. O uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação, com maior acuidade a partir dos anos 1980, é enformado por uma conceção simbólico-ideológica que as elege, de modo otimista e futuroológico, como intrinsecamente benéficas (criação de mais empregos qualificados, melhoria das condições de trabalho e redução do emprego desqualificado, por exemplo). Omitem-se outras leituras, mais reflexivas e críticas (sem enveredarem por um ludismo renovado), que trazem para debate a diversidade dos modos de uso das tecnologias em contextos de trabalho, o surgimento e amplificação de novas formas de desqualificação, do exercício do poder organizacional e de expansão da precariedade contratual e salarial, o que, num registo mais recente, se começa a conhecer por “uberização do trabalho e da sociedade na sua globalidade” (Teboul, 2016). Sobre as transformações do trabalho e tecnologias de informação e conhecimento consulte-se Kovacs (2002).

<sup>34</sup> Utilizamos a Classificação Internacional Normalizada da Educação, estabelecendo três conjuntos: até ao 3º ciclo do ensino básico inclusive; ensino secundário e post-secundário não superior; ensino superior.

rápida dos diplomados caracterizada (Quadro 2)<sup>35</sup>. Como seria de esperar, os grupos profissionais mais qualificados (especialmente os Especialistas das profissões intelectuais e científicas) concentram a maioria dos diplomados. Consideramos, nos planos analítico e classificatório, que os diplomados incluídos nos restantes grupos se encontram numa situação de sobre-educação no mercado de trabalho.<sup>36</sup> Estes, em ambos os períodos temporais (2000 a 2010 e 2011 a 2015), aumentam<sup>37</sup>, reforçando a sua posição relativa no conjunto dos diplomados e no da população empregada<sup>38</sup>. A quase totalidade concentra-se no Pessoal administrativo e similares e no Pessoal dos serviços e vendedores, ampliando-se o seu peso ao longo do tempo. Por sua vez, do contingente total de diplomados ingressados no emprego, 19,7% (no primeiro período temporal) e 17,9% (no segundo período) são alocados aos grupos profissionais menos qualificados. Idêntica evolução ocorre na UE no contexto de crise (2007 a 2011): um quarto do crescimento da população empregada com o ensino superior ocorreu nos grupos profissionais menos qualificados e o restante nos mais qualificados (European Commission, 2012: 356)<sup>39</sup>. Entre nós, vários estudos abordam a sobre-educação dos diplomados, mobilizando métodos de medida e populações inquiridas diferentes, como, por exemplo, Cerejeira, Sá e Alexandre (2007), Gonçalves (2009) e Almeida (2014), para além dos textos do Observatório de Emprego da Universidade do Porto, já mencionados<sup>40</sup>.

---

<sup>35</sup> A taxa de variação, entre 2000 e 2010, é de 76,0%. Nos cinco anos seguintes situa-se nos 27,6%. Valores muito superiores à evolução do total da população empregada: 2,7% e 4,0% respetivamente para o primeiro e segundo período (Cf. INE).

<sup>36</sup> Para medir a sobre-educação usamos o método normativo num sentido meramente exploratório atendendo às lacunas que o mesmo apresenta. Estão nessa situação os empregados com o ensino superior que integram os grupos profissionais do Pessoal administrativo e similares, Pessoal dos serviços e vendedores, Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, Operários, artífices e trabalhadores similares, Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem e Trabalhadores não qualificados (seguimos a metodologia de Eurostat, 2011 e Lemistre, 2014). Usamos como fonte o Inquérito ao Emprego do INE. Sublinhe-se que aqueles grupos são identificados como grupos em que não é necessário a posse de um título académico de nível superior para o desempenho das respetivas tarefas. As nomenclaturas profissionais apresentam uma classificação estruturada e ordenada do mundo do trabalho, de acordo com determinados pressupostos objetos de lutas sociais, protagonizadas pelos grupos profissionais e outros atores sociais, como o Estado e as entidades empregadores. São fundamentalmente instrumentos políticos e legitimadores de sistemas de desigualdades sociais.

<sup>37</sup> Em 2000 eram 36 mil indivíduos e em 2010, 105 mil indivíduos. Entre 2011 e 2015 passam de 104 para 147 mil indivíduos (cf. INE).

<sup>38</sup> Regista-se um andamento no sentido da subida, embora com valores reduzidos. Atributo que não deve desqualificar, em absoluto, a problematização da questão que temos vindo a equacionar.

<sup>39</sup> A par disto, e tal como aconteceu entre nós, a proporção de empregados com qualificações académicas mais baixas diminuiu nos grupos profissionais mais qualificados em cerca de 26% (European Commission, 2012: 356).

<sup>40</sup> Veja-se também Teixeira *et al.* (2014), bem como outros textos que, num exercício comparativo entre países incluindo Portugal, analisam a sobre-educação: Bárcena-Martín, Budría e Moro-Egido (2012); Budría e Moro-Egido (2009); Verhaest e Velden (2013); McGuinness, Bergin e Whelan (2015); Croce e Ghignoni (2012); Ghignoni, (2011).

**Quadro 2**  
**População empregada civil - ensino superior e sobre-educação**

	2000	2010	2011 a)	2015
População empregada civil com o ensino superior (1.000 indivíduos)	459,2	808,4	886,2	1128,3
População empregada civil com o ensino superior no total da população empregada civil (%)	9,2	16,6	18,8	25,0
Diplomados em sobre-educação no total da população empregada civil (%)	0,7	2,2	2,2	3,3
Diplomados em sobre-educação no total da população empregada civil com o ensino superior (%)	7,9	13,0	11,8	13,1

Legenda: a) quebra de série.

Fonte: INE. Inquérito ao Emprego.

Não é de excluir, num plano hipotético, que no caso, em particular, do grupo do Pessoal administrativo e similares exista uma requalificação da natureza das atividades laborais, em algumas empresas, o que conduz a uma necessidade de alocação de mão-de-obra com o ensino superior. O uso das tecnologias de informação e comunicação, o redesenho dos postos de trabalho, no sentido da sua polivalência, o privilegiar das competências transversais e relacionais podem ter contribuído para tal.

Por sua vez, quando o crescimento dos níveis de escolaridade, ao nível das organizações empregadoras, não é produto de uma ampla transformação produtiva, no sentido de requalificação dos postos de trabalho (associada a elevadas taxas de desemprego e ao tempo longo de transição entre o sistema de ensino e o emprego) tal conduz ao prolongamento do tempo em sobre-educação para os mais jovens, em particular. Esta é uma das características de Portugal, Grécia e Itália que os distingue da Espanha e da Holanda, no período de 1995 a 2001, em que a força motriz é a oferta de empregos qualificados pelos empregadores, conduzindo a uma menor duração da desvalorização profissional, de acordo com Ghignoni (2011).

Em suma, os dados apontados indiciam uma situação de sobre-educação para uma parcela dos diplomados empregados, que se expandiu nos anos mais recentes. Hipoteticamente podemos avançar que isso reflete um conjunto de fatores relacionados entre si como a deterioração da situação económica, a incapacidade do sistema produtivo em disponibilizar empregos qualificados<sup>41</sup>, a ampla oferta de diplomados, por parte do sistema de ensino (com particular destaque para áreas científicas de formação com notórios problemas de inserção no mercado de trabalho) que excede a capacidade de absorção por parte do sistema económico, o agravamento do desemprego, conduzindo uma parcela dos diplomados a aceitarem empregos menos

---

<sup>41</sup> Naquele processo sublinhe-se que posteriormente a 2001, por contenção orçamental, a administração pública restringe os fluxos de contratação de diplomados com particular nota para a área do Ensino (que absorvia precisamente muitos diplomados com cursos das Humanidades e Ciências Sociais)



qualificados (“empregos de oportunidade”) face à sua formação académica (com a conseqüente desvalorização salarial)<sup>42</sup> e, por último, as estratégias de recrutamento e uso da mão-de-obra pelas empresas, num contexto de erosão do emprego, que tendem a substituir os trabalhadores menos escolarizados por outros com o ensino superior (sem que isso corresponda a uma efetiva alteração da natureza e organização das tarefas no sentido do acréscimo sua qualificação técnica e organizativa).

### **3. Sobre-educação dos diplomados da Universidade do Porto<sup>43</sup>**

Em maio de 2014, cerca de 67 meses após a conclusão do seu curso, do total de diplomados da UPorto que constituem a nossa amostra intencional, 80,2% estavam empregados, 10,2% desempregados e os restantes eram estudantes (a quase totalidade em doutoramento) ou estagiavam. Uma ampla parcela deles trabalhava em empresas privadas (70,9%), a Administração Pública absorvia cerca de um terço e outras organizações (em que pontificam as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Organizações não Governamentais) ficavam-se pelos 2,8%. Por sua vez, após a conclusão do curso em 2008, 35,6% tiveram três ou mais empregos, expressando uma notória mobilidade no mercado de trabalho, enquanto 37,6% e 26,9% ocuparam um ou dois empregos, respetivamente.

Esta breve caracterização das posições no mercado de trabalho é importante para o equacionamento da avaliação subjetiva que os diplomados fazem da relação entre o seu curso e

---

<sup>42</sup> Recorde-se que a taxa de desemprego dos diplomados passou de 9,0%, em 2011, para 9,3% após 4 anos, atingindo o valor mais elevado de 12,7%, em 2013 (Cf. Eurostat). Ao nível do mercado de trabalho os diplomados, comparativamente aos restantes trabalhadores com níveis de habilitações académicas inferiores, são menos vulneráveis ao desemprego em Portugal e nos demais países da EU e da OCDE (consulte-se Eurostat e <http://www.oecd.org>). Tal evidência empírica peca pela generalização que lhe está subjacente, encobre notórias desigualdades tendo em conta a idade. Os escalões etários dos diplomados jovens registam taxas de desemprego superiores à taxa de desemprego total - em 2015, esta era de 9,3%, enquanto dos 20 aos 24 anos, 25 aos 29 anos e 30 aos 34 anos era respetivamente de 30,2%, 15,6% e 10,8%. Cf. Eurostat.

<sup>43</sup> Como indicamos acima, baseamos a nossa análise, em termos de dados, num estudo do Observatório de Emprego da Universidade do Porto (Gonçalves e Menezes, 2014), que abrange a totalidade dos diplomados da Universidade do Porto que concluíram a sua formação académica no segundo semestre de 2008 (num total de 5.003 indivíduos) e foram inquiridos em maio de 2014. A reflexão que desenvolveremos centra-se unicamente numa fração deste universo: os licenciados por cursos não abrangidos pela reorganização do ensino superior (reconhecida pelo processo de Bolonha), com uma duração de quatro a cinco anos, os mestres (2º ciclo de estudos) com dois anos e os mestres (mestrado integrados) com cinco anos, num total de 3.482 indivíduos. Da aplicação do inquérito por questionário a esta população obteve-se uma amostra intencional de 1.229 indivíduos (taxa de resposta de 35,3%). As notas metodológicas sobre o estudo do Observatório, acima indicado, e que se aplicam ao presente texto, podem ser consultadas em (Gonçalves e Menezes, 2014).

as funções profissionais que desempenham no momento da inquirição<sup>44</sup>. A maioria (65,4%) admite a compatibilidade plena entre o seu curso e o emprego, isto é, a exclusividade académica para o exercício da sua atividade profissional (Quadro 3). Os restantes, por sua vez, fragmentam-se em dois segmentos<sup>45</sup> sobre os quais iremos reter a nossa atenção a partir daqui. O primeiro segmento é composto por 17,9% dos diplomados que admitem a não existência de uma relação direta entre o seu curso e o emprego que desempenham, na medida em que consideram que este pode ser ocupado por um sujeito com um curso de ensino superior de uma área científica de formação diferente da sua. Vários autores denominam isso de “*horizontal mismatch*” ou “*horizontal overeducation*” (Beduwe e Giret, 2011; Morgado *et al.* 2015; Cedefop, 2015) – descoincidência ou desajuste entre a natureza da área de formação académica (não o nível de ensino, que está ajustado) e as qualificações e competências exigidas no emprego. Embora possa ser interpretada como sobre-educação, consideramos que será provavelmente indiciador da intermutabilidade entre formações académicas para o desempenho de uma mesma atividade profissional (Gonçalves, 2006)<sup>46</sup>. Em contexto organizacional, fatores como, entre outros, a natureza da atividade comercial (produção de bens e serviços), a emergência de novas funções/áreas de atividade, ainda sem uma formação académica específica (o caso do marketing e dos recursos humanos até á década de 1980, em Portugal, por exemplo), a complexificação da organização e divisão de trabalho, os modos como se mobilizam e privilegiam os conhecimentos científicos e técnicos (com a primazia da polivalência), as competências transversais e relacionais (que não são particulares de um curso, mas valorizadas no mercado de trabalho), o grau de modernização tecnológica e organizacional e dos modelos de carreiras profissionais determinam. É de considerar, em simultâneo, os objetivos dos cursos do ensino superior e as competências dos diplomados formados. A importância relativa das Ciências sociais, comércio e direito (área científica de formação<sup>47</sup>) e dos Técnicos e profissões de nível intermédio (grupo profissional) estão no alinhamento do que acabámos de indicar.

---

<sup>44</sup> Usamos o denominado método subjetivo para a medição da sobre-educação. Estamos perante representações expressas pelos inquiridos que são influenciadas por fatores sócio-pedagógicos em que sobressaem a trajetória profissional após a saída da UPorto (marcada ou não pela estabilidade, precariedade e desemprego), grau de satisfação com o emprego e o modelo de profissão idealizado. Por outro lado, é de sublinhar que é uma população não debutante ao nível do mercado de trabalho, embora com uma experiência profissional limitada (cerca de cinco anos após a conclusão do curso para aqueles que tiveram uma rápida inserção no emprego). Aspeto que deve enquadrar a nossa análise.

<sup>45</sup> Face ao baixo número dos diplomados que consideram que o seu trabalho exige um nível de habitações académicas superior ao seu, decidimos não incluí-los (corresponde a 23 indivíduos, 2,1% do total de inquiridos), sendo considerados, unicamente, para efeitos do cálculo dos valores absolutos e relativos totais.

<sup>46</sup> Tal intermutabilidade poderá ser sustentada pela reconversão profissional do diplomado, não conduzindo à uma desclassificação profissional.

<sup>47</sup> Utilizamos a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação.

**Quadro 3**  
**Género, áreas científicas de formação e grupos profissionais (%)**

	A	B	C
Diplomados (% em linha)	65,4	17,9	14,6
<i>n</i>	733	201	163
Género			
% de diplomadas	57,2	53,7	58,3
Áreas científicas de formação			
Artes e humanidades	10,0	12,9	34,4
Ciências sociais, comércio e direito	16,9	28,9	29,4
Ciências, matemática e informática	10,6	12,9	14,1
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	29,5	32,8	11,7
Saúde e protecção social	26,3	7,5	3,7
Serviços	6,7	5,0	6,7
Total	100,0	100,0	100,0
<i>n</i>	733	201	163
Grupos profissionais			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	1,4	6,3	3,0
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	93,6	77,8	30,7
Técnicos e profissões de nível intermédio	4,0	14,0	1,8
Pessoal administrativo	1,0	1,9	43,6
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	0,0	0,0	20,9
Total	100,0	100,0	100,0
<i>n</i>	713	197	157

Legenda: A (Somente com um curso idêntico ao do inquirido); B (Com outro curso do ensino superior); C (Com um grau académico inferior ao do inquirido).

O outro segmento abrange o que classificamos de sobre-educados (14,6%)<sup>48</sup>. Em primeiro lugar, as diplomadas são mais vulneráveis à desclassificação, o que é igualmente observável por Leuven e Oosterbeek (2012), embora não seja uma regularidade. Em segundo, destacam-se as áreas científicas de formação das Artes e humanidades e das Ciências sociais, comércio e direito (concentram 63,8% do total dos diplomados em sobre-educação), enquanto para os diplomados que defendem a compatibilidade, a importância relativa daquelas áreas é cerca de duas vezes e meia menos<sup>49</sup>. Está demonstrado empiricamente esse padrão, quase independente do momento

<sup>48</sup> Conquanto existam diferenças conforme os cursos, em termos médios aquele valor é aproximado aos obtidos nos estudos do Observatório do Emprego da Universidade do Porto. Consulte-se: Gonçalves, Menezes e Martins (2009, 2009a), 2010 e 2011); Gonçalves e Menezes (2011, 2012 e 2014).

<sup>49</sup> Os resultados de uma outra leitura dos dados permitem complementar a análise: do total dos diplomados da área das Artes e humanidades, 35,0% encontravam-se em sobre-educação, 45,6% em compatibilidade e o restante em intermutabilidade. Valores aproximados ao conjunto daqueles cujos cursos se inscrevem na área das Ciências sociais, comércio e direito, 20,3%, 24,6% e 52,5% respetivamente para a sobre-educação, intermutabilidade e compatibilidade. No polo oposto está a Engenharia, indústrias transformadoras e construção em que predomina a última situação com 70,1%, a intermutabilidade com 21,4% e a sobre-

temporal da investigação (retenha-se nos últimos vinte anos) e do método de medida usado. Os diplomados daquelas áreas, a que seja junta, por vezes, os da educação, registam uma maior incidência da sobre-educação (isto é, a não valorização, pelos empregadores, dos conhecimentos e competências adquiridos nesses cursos em confronto com as características dos seus sistemas organizacionais e produtivos) comparativamente aos das áreas da Saúde e das Engenharias (Boudarbat e Chernoff, 2009; Barone e Ortiz, 2010; Ortiz e Kucel, 2008; Cedefop, 2015; Nunez e Ilias, 2010). Facto que se verifica também para a nossa população. Os resultados do projeto CHEERS estão no mesmo alinhamento (Murdoch e Paul, 2007)<sup>50</sup>. A literatura também acentua a relação entre as áreas<sup>51</sup> e os posicionamentos no mercado de trabalho dos diplomados ao nível do desemprego (Nuñez e Elias, 2010), dos processos de transição do ensino para o emprego (Smetherham, 2006; Salas-Velasco, 2007; Gonçalves, 2009; Sousa, 2010; Almeida, 2014; Gonçalves, Menezes e Martins, 2009, 2009a), 2010 e 2011; Gonçalves e Menezes, 2011, 2012 e 2014; Ramos, Parente e Santos, 2014), do estatuto e prestígio das profissões e salários (Triventi, 2011). Em síntese, a área científica é uma das determinantes da sobre-educação, ganhando maior heurística se for cruzada com outras, em particular com a oferta de emprego, e se não ficar circunscrita apenas ao sistema de ensino e ao aumento do volume de diplomados<sup>52</sup>. Neste sentido, Assirelli (2015) conclui, a partir dos dados do REFLEX e do HEGESCO<sup>53</sup>, que os efeitos das áreas científicas na posições dos diplomados no mercado de trabalho, diferenciados conforme os países, refletem o grau de proteção institucional ao emprego, as formas de regulação das profissões e a amplitude de recrutamento daqueles para as funções do Estado-providência.

Como é expectável, uma parcela maioritária dos diplomados em sobre-educação encontra-se nos grupos profissionais menos qualificados inseridos no setor de serviços (empregados com funções administrativas e vendedores ocupam a posição cimeira). O peso dos Especialistas das actividades intelectuais e científicas porventura indicia uma avaliação pelos

---

educação queda-se pelos 6,2% (para não referir a Saúde e proteção social, em que os cursos de medicina, medicina dentária e farmácia evidenciam que a compatibilidade é esmagadora, 90,0%).

<sup>50</sup> “Higher Education and Graduate Employment in Europe” (CHEERS) abrangeu a situação no mercado de trabalho, em 2000, dos diplomados da Áustria, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Espanha, Suécia, Reino Unido, Noruega, República Checa e Japão. Consulte-se Schomburg e Teichler (2006) e Teichler, eds., (2007).

<sup>51</sup> Como igualmente em relação aos níveis de titulação académica no seio do ensino superior.

<sup>52</sup> Kucel (2011) defende que existe uma relação entre as áreas científicas de formação, o capital escolar dos pais e a classe social de origem dos diplomados (as áreas da engenharia e da medicina escolhidas pelos diplomados das “higher social classes” e as humanidades e ciências sociais pelos das “low social classes”). Consequentemente estes estarão mais vulneráveis à sobre-educação.

<sup>53</sup> “Research into Employment and Professional Flexibility” (REFLEX) incidiu sobre as relações dos diplomados com trabalho, em 2005, abrangendo vários países (Áustria, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Espanha, Suécia, Reino Unido, Noruega, República Checa, Bélgica (Flandres), Estónia, Portugal e Suíça) Veja-se: <http://www.uni-kassel.de/incher/cheers/index.gkh>. “Higher Education as Generator of Strategic Competences” (HEGESCO), de 2007, vem na sequência do outro projeto e inclui a Lituânia, Polónia, Hungria, Eslovénia e Turquia. Veja-se: <http://www.hegesco.org>

diplomados, no sentido em que as tarefas do seu emprego se afastam do perfil da designação profissional que usam para se auto-representarem, sem, no entanto, adotarem uma outra, necessariamente menos qualificada. Assim mantêm o valor intrínseco à sua designação profissional.

A precariedade contratual afeta menos os sobre-educados, ao invés de alguns países europeus (Cedofop, 2015). Nos anos mais recentes a precariedade laboral, entre nós, manteve-se em torno dos 20% dos do total dos assalariados, diferenciada de acordo com a idade, o género e o nível de habilitações escolares<sup>54</sup>. Entre 2008 e 2015, a proporção de diplomados (25 aos 49 anos)<sup>55</sup> precários naquele conjunto populacional evoluiu de 3,4% para 4,6% (em 2009 era de 3,7%), resultado que é influenciado pelo contexto de crise com as suas fortes influências no mercado de trabalho.

**Quadro 4**  
**Natureza do vínculo contratual e remuneração mensal líquida (%)**

	A	B	C
Natureza do vínculo contratual			
Contrato de trabalho sem termo	43,6	51,1	53,3
Contrato de trabalho com termo	45,9	38,9	38,8
Contrato de prestação de serviços (“recibos verdes”)	10,5	10,0	7,9
Total	100,0	100,0	100,0
<i>n</i>	688	190	152
Remuneração mensal líquida em euros			
Igual ou inferior a 500	6,3	6,6	13,4
De 501-800	15,4	19,8	35,7
De 801-1100	21,7	20,3	25,5
De 1101-1400	31,1	22,8	12,1
De 1401-1700	9,5	11,7	3,8
Igual ou superior a 1701	15,8	18,8	9,6
Total	100,0	100,0	100,0
<i>n</i>	713	197	157

Legenda: A (Somente com um curso idêntico ao do inquirido); B (Com outro curso do ensino superior); C (Com um grau académico inferior ao do inquirido).

Relacionar a sobre-educação com os salários é uma estratégia metodológica axial e mantém-se presente, ao longo do tempo, embora enformada por perspectivas teóricas diversas (Quintini, 2011). Recordem-se os contributos iniciáticos de Berg (1970) e Freeman (1976). Uma conclusão é comum (Groot e Brink 2000; Hartog, 2000; Quintini, 2011; Iriondo e Pérez-Amaral, 2015; Bárcena-Martín; Budría e Moro-Egido (2012); Dolton, 2001; Diem e Wolter, 2014): os

<sup>54</sup> Consulte-se o INE e Eurostat.

<sup>55</sup> Optamos por aquele escalão etário na medida em que corresponde parcialmente a estrutura etária da nossa população.

sobre-educados auferem um salário inferior aos que têm o mesmo nível de habilitações, mas não se encontram em tal situação, o que contraria manifestamente a teoria do capital humano<sup>56</sup>. O perfil da distribuição das remunerações líquidas mensais dos diplomados da UPorto sobre-educados vai naquele sentido. Em 2014, cerca de metade destes auferia menos de 801 euros, cerca do dobro dos inquiridos das outras duas categorias (a mesma proporção regista-se quanto ao escalão dos 500 e menos euros)<sup>57</sup>. No topo (escalão igual ou superior a 1.701 euros), as diferenças são identicamente expressivas da desvalorização salarial dos sobre-educados. É, por sua vez, a consequência imediata destes ocuparem atividades profissionais menos bem remuneradas. Em Portugal, ressalta que os diplomados, em termos genéricos, obtêm um salário mais elevado comparativamente aos que têm qualificações académicas inferiores<sup>58</sup>. Existe, todavia, uma redução desta relação: em 2010, os diplomados auferiam um rendimento 2,1 vezes superior aos que detinham o ensino secundário, em 2013 situava-se em 1,9 vezes (Eurydice, 2015)<sup>59</sup>. Hipoteticamente um dos efeitos da crise económica e social com a consequente desvalorização salarial e embaratecimento do custo da mão de obra. O estudo recente de Figueredo *et al* (2013) aponta para um decréscimo do prémio salarial dos diplomados (26 aos 36 anos) para o período de 1995 a 2009. Alguma literatura francófona (Canadá e França, em particular) discute a desvalorização salarial relacionando-a com a desclassificação<sup>60</sup>, em termos de mercado de trabalho, e a denominada desvalorização do diplomas. Uma oferta excessiva de diplomados, por parte do sistema de ensino (fruto das políticas massificadoras que possibilitaram, em particular, o acesso de jovens provenientes de classes sociais com fracos recursos económicos e culturais), face às necessidades do sistema económico, o que é denominado habitualmente por “inflação de diplomas”, conduz à desvalorização material e simbólica dos títulos académicos e, por sua vez, à desclassificação, mas também ao abaixamento da posição relativa que os diplomas em causa ocupam na hierarquia dos títulos académicos. Embora com algumas nuances, as reflexões, por

---

<sup>56</sup> Budría e Moro-Egido (2009) aprofundam aquela relação, demonstrando que a penalização salarial dos sobre-educados varia de acordo com o género, os escalões de rendimento e os países (neste caso europeus).

<sup>57</sup> Note-se que, em 2014, o salário mínimo nacional mensal situava-se nos 485,00 euros.

<sup>58</sup> Sobre as vantagens remuneratórias dos diplomados do ensino superior em Portugal, consulte-se os dados da OCDE (<http://www.oecd.org>). Carmo e Cantante (2015: 40) concluem que, para 2009, 60,0% dos trabalhadores com o ensino superior integravam o grupo dos 20,0% mais bem remunerados, enquanto só 8,7% dos que detinham o ensino básico estavam incluídos naquele grupo.

<sup>59</sup> Atenda-se que tal informação é meramente indicativa, no presente texto, na medida em que se refere à população empregada com 16 e mais anos não tendo em conta o efeito geracional tão relevante para o equacionamento dos mais jovens no mercado de trabalho. Conforme Gonçalves (2017), o valor médio da UE situava-se em 1,7% em 2010. Sobre as vantagens remuneratórias dos diplomados do ensino superior em Portugal, consulte-se os dados da OCDE (<http://www.oecd.org>), Portugal (2004), Torres (2007) e Lima (2010). Carmo e Cantante (2015: 40) concluem que, para 2009, 60,0% dos trabalhadores com o ensino superior integravam o grupo dos 20,0% mais bem remunerados, enquanto só 8,7% dos que detinham o ensino básico estavam incluídos naquele grupo.

<sup>60</sup> Equivalente à designação sobre-educação.

exemplo, de Duru-Bellat (2006) e Lemistre (2007), defendem essa tese. Tal não expressa uma postura malthusiana sobre a democratização do ensino. Pelo contrário evidenciam-se as vantagens sociais e económicas da sua expansão, mas, em simultâneo, considera-se imprescindível a sua problematização sociológica com especial ênfase nos modos como se entrecruza com o sistema de desigualdades sociais e a recomposição da estrutura classista (Chauvel, 1998; Peugny, 2009).

Vários autores demonstram que a sobre-educação conduz a um grau baixo de satisfação no trabalho dos diplomados (Battu, Belfield, e Sloane 1999; Mora, García-Aracil e Vila, 2007; Sánchez-Sánchez e Puente, 2014). Vieira (2005) corrobora essa tese para Portugal (período de 1994 a 1999).

**Quadro 5**  
**Satisfação face ao emprego e posicionamentos face à organização empregadora (médias)**

	A	B	C
Satisfação face ao emprego atual			
Desenvolvimento das capacidades intelectuais	3,91	3,87	2,80
Frequência de ações de formação profissional	3,10	2,91	2,34
Utilização dos conhecimentos e competências adquiridos na formação académica	3,98	3,31	2,53
Aprendizagem de novos conhecimentos e competências	3,89	3,91	3,17
Variedade das tarefas realizadas	3,76	3,80	3,10
Reconhecimento dos conhecimentos e competências	3,37	3,56	2,82
Prestígio da profissão desempenhada	3,60	3,63	2,75
Satisfação global com o emprego atual	3,61	3,66	3,03
Posicionamentos face à organização empregadora			
Trabalhar mais para o sucesso da organização	3,92	3,94	3,68
Identificação com organização	3,67	3,76	3,41
Recusa de um emprego mais bem remunerado, preferindo manter-se na organização	2,51	2,47	2,08

Legenda: A (Somente com um curso idêntico ao do inquirido); B (Com outro curso do ensino superior); C (Com um grau académico inferior ao do inquirido); D (Com um grau académico superior ao do inquirido).

É patente a descoincidência negativa entre expectativas profissionais construídas no decurso da formação académica e a condição laboral, marcada pela desclassificação, não obstante esta poder ser transitória no decurso da trajetória profissional. Em todos os fatores considerados<sup>61</sup>, no nosso estudo (Quadro acima), os diplomados sobre-educados distinguem-se pela sua insatisfação especialmente quanto à “Utilização dos conhecimentos e competências adquiridas na formação académica” e ao “Desenvolvimento das capacidades intelectuais”. Por sua vez, menor grau de satisfação global com o emprego atual e menor predisposição para se implicarem e participarem na organização onde se inserem<sup>62</sup>, face aos demais, caracterizam os sobre-educados.

<sup>61</sup> Numa escala de 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito).

<sup>62</sup> Numa escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente).

Baixos salários e limitada satisfação no trabalho são dois dos efeitos da sobre-educação. Outros subsistem (Belfield, 2010; Arribas, 2009; European Commission, 2012; Bracke *et al*, 2013; Cededep, 2015; Sala, 2011): para os trabalhadores, obsolescência de conhecimentos e competências adquiridas na formação académica, quebra de expectativas e aspirações, redução da auto-confiança e ocorrência de estados depressivos, processos de *turn-over*, absentismo e rejeição/contestação da utilidade da formação académica; para os empregadores, abaixamento dos níveis de produtividade, da qualidade do trabalho, da inovação e participação, aumento dos custos de recrutamento e de formação e custos inerentes aos processos de substituição de mão-de-obra com o elevado *turn-over*; para a sociedade, perda do investimento feito em educação, aumento dos custos com o desemprego e acréscimo/reprodução de baixos níveis salariais.

**Quadro 6**  
**Razões para a não mudança de emprego (%) a)**

	B	C
Área científica do curso não tem qualquer importância	8,0	9,1
Estabilidade e segurança	44,5	37,7
Boa remuneração mensal	31,5	20,1
Sem oportunidade de ter outro emprego	25,0	48,1
Emprego interessante	62,5	8,1
Possibilita a conciliação com a vida familiar	21,5	27,3
Permite trabalhar na localidade preferida	21,0	20,1
Mais tempo livre	8,0	5,2
Flexibilidade do horário de trabalho	22,0	16,2
Emprego temporário com vista à obtenção no futuro do emprego desejado	16,5	28,6
Preferência de um emprego não relacionado com a área científica do curso	9,5	4,5

Legenda: B (Com outro curso do ensino superior); C (Com um grau académico inferior ao do inquirido).  
Nota: a) questão de escolha múltipla.

“Sem oportunidade de ter outro emprego” e “Estabilidade e segurança” são as duas principais razões apontadas pelos inquiridos para se manterem no emprego desqualificante profissionalmente (Quadro 6). Ambas traduzem o contexto sócio-económico de meados do ano de 2014 - desemprego elevado, falência/reestruturação de empresas e desvalorização salarial, conformavam a vida quotidiana. “Emprego temporário com vista à obtenção no futuro do emprego”, encontra-se na terceira posição. Aspeto que nos conduz ao questionamento da duração temporal da sobre-educação. Na literatura assinalam-se duas posições opostas<sup>63</sup>. Uma primeira (Frei e Sousa-Poza, 2012; Diem e Wolter, 2014) que defende a natureza transitória da sobre-educação, que ocorre geralmente ao longo dos primeiros anos do ingresso no mercado de trabalho

<sup>63</sup> A diversidade de resultados é consequência, em parte, do uso de diferentes métodos de medida da sobre-educação, dos atributos sociais das populações em observação, embora a bibliografia indicada se referira aos diplomados e, principalmente, aos contextos sócio-temporais em que ocorrem as investigações.



e que, progressivamente, se extingue ou reduz ao longo da trajetória profissional (ou, mais propriamente, no decurso da mobilidade profissional), justificando-se, assim, a desclassificação profissional como um mero mecanismo de ajustamento.<sup>64</sup> Uma segunda posição, assente também na leitura das trajetórias no mercado de trabalho (Baert, Cockx e Verhaest, 2013; Dolton e Vignobles, 2000), demonstra que o prolongamento da sobre-educação para alguns trabalhadores impede o acesso a um emprego qualificado (quer por ser interpretada pelos empregadores como um sinal de uma procura não ativa de emprego ou de maus desempenhos profissionais, quer pela obsolescência dos seus conhecimentos e competências académicas), subsistindo, assim, uma exclusiva mobilidade entre empregos desclassificados (Sloane, Battu e Seaman, 1999). Sublinhe-se que poderá ser decisivo para uma trajetória profissional desclassificada o facto do sujeito ocupar o seu primeiro emprego na situação de sobre-educado (Sala, 2011).

## **Conclusão**

Entendemos o presente artigo como um contributo inicial para a reflexão acerca da sobre-educação dos diplomados. Observando a evolução da população empregada ao longo dos últimos quinze anos constata-se, de acordo com o método normativo, o avolumar de diplomados em empregos não qualificados face à sua formação académica (no quadro mais global da expansão da importância dos diplomados no seio da população empregada). Alguns eixos explicativos, num registo estritamente hipotético, podem ser avançados: deterioração da situação económica; agravamento do desemprego; incapacidade do sistema produtivo em disponibilizar empregos qualificados; a ampla oferta de diplomados; estratégias de recrutamento e uso da mão-de-obra pelos empregadores. Num plano mais micro, optamos por analisar a avaliação subjetiva que os diplomados da UPorto fazem da relação entre o seu curso e as funções profissionais do emprego que ocupavam em maio de 2014 (cerca de 67 meses após a conclusão do seu curso naquela universidade). Os resultados que obtivemos enfileiram globalmente com os apresentados em outras investigações. Os diplomados sobre-educados caracterizam-se por auferir salários mais reduzidos e terem uma limitada satisfação no trabalho. A área científica de formação é notoriamente uma das determinantes da sua condição laboral (importância das Artes e Humanidades e das Ciências Sociais, comércio e direito).

---

<sup>64</sup> Alpin, Shackleton e Walsh (1998), no seu trabalho acerca dos diplomados do Reino Unido, apontam para que não deva existir uma excessiva valorização da sobre-educação, porquanto constitui uma opção dos próprios, que é assumida como transitória.

Pode-se argumentar que a relevância da sobre-educação é limitada, atendendo aos valores apontados para Portugal e para a maioria dos países europeus. É uma postura que oculta a complexidade do fenómeno e as suas múltiplas dimensões e efeitos ao nível individual e sócio-económico. A comprovar a relevância da sobre-educação (bem como da sub-educação) no contexto europeu, estão as análises e as propostas de várias instâncias, em que é sublinhado a imperiosidade de uma redução substancial da mesma como um dos vetores para o crescimento económico, por via, em especial, do incremento da inovação, da I&D e da criação de emprego qualificado pelas empresas e da oferta no sistema de ensino (Cedefop, 2015; European Commission, 2012 e 2016). Em suma, ter em conta a qualidade do emprego e não atender apenas à sua quantidade.

## **Bibliografia**

- ALBA-RAMÍREZ, Alfonso (1993), “Mismatch in the Spanish Labor Market: Overeducation?”, *The Journal of Human Resources*, 28(2), pp. 259-278.
- ALLEN, Jim e WEERT, Egbert de (2007), “What do Educational Mismatches Tell Us About Skill Mismatches? A Cross-country Analysis”, *European Journal of Education*, 42(1), pp. 59-73.
- ALMEIDA, Maria Luísa P. P. de (2014), *Diplomados e mercado de trabalho. Estudo de uma instituição do ensino superior politécnico*, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação.
- ALPIN, Carmen; SHACKLETON, J. R. e WALSH, S. (1998), “Over and undereducation in the UK graduate labour market”, *Studies in Higher Education*, 23(1), pp. 17-34.
- ARRIBAS, Rafael Gobernardo (2009), “Consecuencias sociales y culturales de la sobreeducación” *Papers*, 91, pp. 81-102.
- ASSIRELLI, Guiulia (2015), “Credential and Skill Mismatches Among Tertiary Graduates: The effect of labour market institutions on the differences between fields of study in 18 countries”, *European Societies*, 17(4), pp. 535-568.
- BAERT, Stijn; COCKX, Bart e VERHAEST, Dieter (2013), “Overeducation at the start of the career: stepping stone or trap?”, *Labour Economics*, 25, pp. 123–140.
- BÁRCENA-MARTÍN, Elena; BUDRÍA, Santiago e MORO-EGIDO, Ana I. (2012), “Skill mismatches and wages among European university graduates”, *Applied Economics Letters*, 19(15), pp. 1471-1475.
- BARONE, Carlo e ORTIZ, Luís (2010), “Overeducation among European University Graduates: a comparative analysis of its incidence and the importance of higher education differentiation”, *Higher Education*, 61(3), pp. 325-337.
- BATTU, Harminder; BELFIELD, Clive R. e SLOANE, Peter J. (1999), “Overeducation Among Graduates: a cohort view”, *Education Economics*, 7(1), pp. 21-38.

- BAUDELLOT, Christian e GLAUDE, Michel (1989), “Les diplômes se dévaluent-ils en se multipliant”, *Economie et statistique*, n° 225, pp. 3-15.
- BAUER, Thomas K. (2002), “Educational mismatch and wages: a panel analysis”, *Economics of Education Review* (21), pp. 221-229.
- BECKER, Gary S. (1964), *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. Chicago, University of Chicago Press.
- BÉDUWÉ, Catherine e GIRET, Jean-François (2011), “Mismatch of vocational graduates: What penalty on French labour market?”, *Journal of Vocational Behavior*, 78, pp. 68–79
- BELFIELD, Clive (2010), “Over-education: What influence does the workplace have?”, *Economics of Education Review*, 29(2), pp. 236-245.
- BELL, Daniel (1976), *The Corning of Post-Industrial Society*, New York, Basic Books.
- BERG, Ivar (1970), *Education and Jobs: The Great Training Robbery* Nova York, Percheron Press.
- BILLS, David (2004), *The Sociology of Education and Work*, Oxford, Blackwell.
- BLÁZQUEZ, Maite e BUDRÍA, Santiago (2012), “Overeducation dynamics and personality”, *Education Economics*, 20 (3), pp. 260-283.
- BOUDARBAT, Brahim e CHERNOFF, Victor (2009), “The Determinants of Education-Job Match among Canadian University Graduates”, *IZA Discussion Paper*, N°. 4513.
- BOURDIEU, Pierre (1978), “Classement, déclassement, reclassement”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 24(1), pp. 2-22.
- BRACKE, Piet; PATTYN, Elise e KNESEBECK, Olaf von dem (2013), “Overeducation and depressive symptoms: diminishing mental health returns to education”, *Sociology of Health & Illness*, 35 (8), pp. 1242–1259.
- BUHEL, Felix e BATTU, Harinder (2003), “The Theory of Differential Overqualification: does it work?”, *Scottish Journal of Political Economy*, 50 (1), pp. 1-16.
- BUDRÍA, Santiago e MORO-EGIDO, Ana I. (2009), “The Overeducation Phenomenon in Europe”, *Revista Internacional de Sociología*, 67 (2), pp. 329-345.
- CARMO, Renato Miguel do e CANTANTE, Frederico (2015), "Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego: tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 77, pp. 33-51.
- CEDEFOP (2010), *The skill matching challenge: analysing skill mismatch and policy implications*, Luxemburgo, Publications Office of the European Union
- (2012), *Skill mismatch: The role of the enterprise*, Luxemburgo, Publications Office of the European Union.
- (2015), *Skills, qualifications and jobs in the EU: the making of a perfect match? Evidence from Cedefop's European skills and jobs survey*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- CEREJEIRA, João; PORTELA, Miguel; SÁ, Carla e ALEXANDRE, Fernando (2007), *Os Fluxos e as Remunerações de Sub e Sobre-Escolarizados em Portugal no Período 1995-2005*. Braga, Universidade do Minho.
- CHABOULT, Vincent (2008), “Sur-éducation et déclassement socioprofessionnel dans l'accès à l'emploi: état des lieux des publications nord-américaines et françaises”, *Revue des sciences de l'éducation*, 34

(1) pp. 185-202..

CHAUVÉL, Louis (1998), *Le destin des générations. Structure sociale et cohortes en France au XX<sup>e</sup> siècle*, Paris, PUF.

CHEVALIER, Arnaud (2003), “Measuring Over-education”, *Economica* (70), pp. 509–531.

COLEMAN, James (1990), *Foundations of Social Theory*, Cambridge, MA, Harvard University Press.

CROCE, Giuseppe e GHIGNONI, Emanuela (2012), “Demand and Supply of Skilled Labour and Overeducation in Europe: A Country-level Analysis”, *Comparative Economic Studies*, 54(2), pp. 413-439.

CUTILLO, Andrea e DI PIETRO, Giorgio (2006), “The effects of overeducation on wages in Italy: a bivariate selectivity approach”, *International Journal of Manpower*, 27(2), pp. 143-168.

DAVIA, Maria A; MCGUINNESS, Seamus e PHILIP, J. O’Connell (2010), “Explaining International Differences in Rates of Overeducation in Europe”, *Esri Working Papers*, n° 365, pp. 1-21.

DI PIETRO, Giorgio e URWIN, Peter (2006), “Education and skills mismatch in the Italian graduate labour market”, *Applied Economics*, 38:1, 79-93.

DIEM, Andrea e WOLTER, Stefan C. (2014), “Overeducation among Swiss university graduates: determinants and consequences”, *Journal for Labour Market Research*, 47(4), pp. 313-328.

DOLTON, Peter e SILLES, Mary (2001), *Over-Education in the Graduate Labour Market: Some Evidence from Alumni Data*. London, Center for the Economics of Education.

DOLTON, Peter e VIGNOLES, Anna (2000), “The incidence and effects of overeducation in the U.K. graduate labour market”, *Economics of Education Review* 19, pp. 179–198.

DURU-BELLAT, Marie (2006), *L’inflation scolaire – Les désillusions de la méritocratie*, Paris, Éditions du Seuil & La République des Idées.

ESTEBAN, Agustín Rodríguez (2013), *El ajuste entre formación y empleo de los universitarios en España*. Universidad de León, Tese de Doutoramento.

EUROFOUND (2008), “More and better jobs. Patterns of employment expansion in Europe”, *ERM REPORT 2008*, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

- (2015), *Upgrading or polarisation? Long-term and global shifts in the employment structure: European Jobs Monitor 2015*, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

EUROPEAN COMMISSION (2010), *An agenda for new skills and jobs: a European contribution towards full employment*, (European Commission Ed.), Bruxelas.

- (2012), *Employment and Social Developments in Europe 2012*, Bruxelas, Publications Office of the European Union.

- (2016), *Employment and Social Developments in Europe 2015*, Bruxelas, Publications Office of the European Union.

EUROSTAT (2011), *Comuniqué de Press*, STAT/11/180, Bruxelas: Eurostat.

EURYDICE (2015), *L’espace européen de l’enseignement supérieur en 2015: rapport sur la mise en oeuvre du processus de Bologne*. Luxembourg: Office des publications de l’Union européenne.

FERNANDEZ-MACIAS, Enrique (2012), “Job Polarization in Europe? Changes in the Employment Structure and Job Quality, 1995-2007”, *Work and Occupations*, 39(2), pp. 157-182.

- FIGUEIREDO, Hugo; TEIXEIRA, Pedro e RUBERY, Jill (2013), “Unequal futures? Mass higher education and graduates' relative earnings in Portugal, 1995–2009”, *Applied Economics Letters*, 20(10), pp. 991-997.
- FLISI, Sara, *et al.* (2014), *Occupational mismatch in europe: understanding overeducation and overskilling for policy making*. Bruxelas: European Commission.
- FORGEOT, Gérard e GAUTIÉ, Jérôme (1997), “Insertion professionnelle des jeunes et processus de déclassement”, *Économie et Statistique*, 304-305, pp. 53-74
- FREEMAN, Robert (1976), *The Overeducated American*, Academic Press.
- FREI, Christa e SOUSA-POZA, Alfonso (2012), “Overqualification: permanent or transitory?”, *Applied Economics*, 44(14), pp. 1837-1847.
- GALLIE, Duncan, *et al.* (1998), *Restructuring the Employment Relationship*, Oxford, Clarendon Press.
- GHIGNONI, Emanuela (2011), “Young workers’ overeducation and cohort effects in “P.I.G.S.” countries versus the Netherlands: a pseudo-panel analysis”, *Working Paper, Dipartimento di Economia Pubblica*, n° 147, Roma, Sapienza University of Rome.
- GHIGNONI, Emanuela e VERASHCHAGINA, Alina (2014), “Educational qualifications mismatch in Europe. Is it demand or supply driven?”, *Journal of Comparative Economics*, 42(3), pp. 670-692.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2006), *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- (2009), “Desenvolvimento do estudo: notas teórico-metodológicas” em Carlos Manuel, (coord.), *Licenciados, Precariedade e Família*. Porto: Estratégias Criativas. pp. 17– 58.
  - (2009a), “Transição da universidade para o trabalho” em GONÇALVES, Carlos Manuel (coord.) - *Licenciados, Precariedade e Família*. Porto: Estratégias Criativas. p. 59–123.
  - (2010), “Emprego dos licenciados universitários” em Carmo, Renato Miguel (org.), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 181-189.
  - (2013), “Jovens e desemprego: algumas notas” em Brandão, Ana Maria e Marques, Ana Paula (org.) *Jovens Trabalho e cidadania: Que sentido(s)?*, Braga, Centro de Investigação em Ciências Sociais/Universidade do Minho, pp. 8-18.
  - (2017), “Desemprego e precariedade dos diplomados universitários” em VELOSO, Luísa *et al.* *Anarquismo, Trabalho e Sociedade*, Lisboa, Almedina, pp. 301-344.
- GONÇALVES, Carlos Manuel e MENEZES, Isabel (2011), *Transição para o trabalho dos diplomados pela Universidade do Porto em 2009*, Porto, Universidade do Porto/Observatório do Emprego.
- (2012), *O Emprego dos Diplomados em 2010 da Universidade do Porto*, Universidade do Porto/Observatório do Emprego.
  - (2014), *Diplomados (2011) da Universidade do Porto – Situação do Mercado de Trabalho em 2013*. Universidade do Porto/Observatório do Emprego.
  - (2014a), *Universidade do Porto: mercado de trabalho e diplomados (cinco anos após a graduação em 2008)*. Universidade do Porto/Observatório do Emprego.

- GONÇALVES, Carlos Manuel, MENEZES, Isabel e MARTINS, Clara (2009), *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2005/06)*. Porto, Universidade do Porto/Observatório do Emprego, documento policopiado.
- (2009a), *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2006/07)*. Porto, Universidade do Porto/Observatório do Emprego, documento policopiado.
  - (2010), *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2007/08)*. Porto, Universidade do Porto/Observatório do Emprego.
  - (2011), *Situação face ao emprego dos licenciados pela Universidade do Porto em 2004-2005*. Porto, Universidade do Porto/Observatório do Emprego.
- GOOS, Maarten; MANNING, Alan e SALOMONS, Anna (2009), “Job Polarization in Europe”, *American Economic Review*, 99(2), pp. 58-63.
- GREEN, Francis e MCINTOSH, Steven (2007) “Is there a genuine underutilization of skills amongst the over-qualified?”, *Applied Economics*, 39:4, 427-439.
- GROOT, Wim e BRINK, Henriëtte Maassen Van den (2000), “Overeducation in the labor market - a meta-analysis”, *Economics of Education Review*, 19(2), pp.149–158.
- HARTOG, Joop (2000), “Over-education and earnings: where are we, where should we go?”, *Economics of Education Review* (19), pp. 131–147.
- ILO (2013), *Global Employment Trends for Youth 2013: A generation at risk*, Geneve, International Labour Office, Department of Statistics.
- (2014), *Skills mismatch in Europe: statistics brief*, Geneva, International Labour Office, Department of Statistics.
- IRIONDO, Iñaki e PÉREZ-AMARAL, Teodosio (2015), “The effect of educational mismatch on wages in Europe” *Journal of Policy Modeling* (2016).
- JOVANOVIC, Boyan (1979), “Job Matching and the Theory of Turnover”, *The Journal of Political Economy*, 87(5), pp. 972-990.
- KIKER, B. F., SANTOS, Maria C. e OLIVEIRA, M. Mendes de (1997), “Overeducation and Undereducation: evidence for Portugal”, *Economics of Education Review*, 16(2), pp. 111-125.
- KOVÁCS, Ilona (2002), *As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade da informação*, Oeiras, Celta Editora.
- KUCEL, Aleksander (2011), Literature Survey of the Incidence of Over-education: A Sociological Approach, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 134, pp. 125-142.
- LEMISTRE, Philippe (2007), “Diplômes et emplois occupés par les jeunes. Une correspondance à revoir”, *Note Lirhe* 438 (07-1), pp. 1-26.
- LEUVEN, Edwin e OOSTERBEEK, Hessel (2011), “Overeducation and mismatch in the labor market”, in Erik. A. Hanushek; Stephen Machin; Ludger Woessmann (eds.), *Handbook of the Economics of Education*, North Holland, Amsterdam, pp. 283–326.
- MARSDEN, D.; LUCIFORA, Claudio; OLIVER-ALONSO, J. e GUILLOTIN, Y. (2002), *The Economic Costs of the Skills Gap in the EU*, Istituto per la Ricerca Sociale, Milan, Italy.

- MAURITTI, Rosário e MARTINS, Susana da Cruz (2007), “Estudantes do ensino superior: condições de vida e contextos sociais”, in Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila orgs., *Sociedade do Conhecimento*, (Portugal no Contexto Europeu, vol. II), Oeiras, Celta Editora, pp. 85-101.
- MAVROMARAS, K. M., *et al.* (2010), “Job Mismatches and Labour Market Outcomes: Panel Evidence on Australian University Graduates”, Bona, *IZA Discussion Paper*, nº 5083.
- MCGUINNESS, Séamus (2006), “Overeducation in the Labour Market”, *Journal of Economic Surveys*, 20(3), pp. 387-445.
- MCGUINNESS, Séamus, BERGIN, Adele e WHELAN, Adele (2015), A Comparative Time Series Analysis of Overeducation in Europe: Is there a common policy approach?, STYLE Working Papers, Brighton, University of Brighton.
- MORA, José-Ginés; GARCÍA-ARACIL, Adela e VILA, Luis E. (2007), “Job satisfaction among young European higher education graduates”, *Higher Education* (53), pp. 29–59.
- MORGADO, A. *et al.* (2015), “Measuring Labour Mismatch in Europe”, *Social Indicators Research*, pp. 1-19.
- MURDOCH, Jake e JEAN-JACQUES, Paul (2007), “Links between knowledge and work and appropriate employment”, In Ulrich Teichler, *Carreers of University Graduates*, NY, Springer, pp. 143-158.
- NUNEZ, Imanol e ILIAS, Livanos (2010), “Higher education and unemployment in Europe: an analysis of the academic subject and national effects”, *Higher Education*, 59, pp. 475–487.
- OECD (2011), “Right for the Job: Over-Qualified or Under-Skilled?”, In *OECD Employment Outlook 2011*, pp. 191-233.
- OESCH, Daniel e RODRIGUEZ, Jorge (2009), “Upgrading or polarization? Occupational change in Britain, Germany, Spain and Switzerland”, 1990-2008, *DemoSoc Working Paper*, 32, pp. 1-36.
- OLIVEIRA, M. Mendes; SANTOS, M. C. e KIKER, B. F. (2000), “The role of human capital and technological change in overeducation”, *Economics of Education Review*, N°19, pp. 199–206.
- ORDINE, Patrizia e ROSE, Giuseppe (2009), “Overeducation and instructional quality: a theoretical model and some facts”, *Journal of Human Capital*, 3, pp.73–105.
- ORDINE, Patrizia e ROSE, Giuseppe (2011), “Inefficient self-selection into education and wage inequality”, *Economics of Education Review*, 30, pp. 582–597.
- ORTIZ, Luís e KUCCEL, Aleksander (2008), “Do Fields of Study Matter for Over-education? The Cases of Spain and Germany”, *International Journal of Comparative Sociology*, 49(4-5), pp. 305-327.
- PEUGNY, Camille (2009), *Le Déclassement*, Paris, Grasset.
- QUINTINI, Glenda (2011), “Over-qualified or Under-skilled: A review of the existing literature”, OECD *Social Employment and Migration working papers*, N° 121, Paris, pp 1-47.
- RAMOS, Madalena; PARENTE, Cristina e SANTOS, Mónica (2014), “Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional”, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 40(2), (abr./jun. 2014.), pp. 383-400.
- REIMER, David; NOELKE, Clemens e KUCCEL, Aleksander (2008), “Labor Market Effects of Field of Study in Comparative Perspective. An Analysis of 22 European Countries”, *International Journal of*

- Comparative Sociology*, 49 (4-5), pp. 233-256.
- ROSÉ, José (1998), *Les jeunes face à l'emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- RUMBERGER, R. W. (1981). *Overeducation in the USA Labor Market*, Nova York, Praeger Ed.
- SALA, Guillem (2011), “Approaches to Skills Mismatch in the Labour Market: A Literature Review”, *Papers* 96(4), pp. 1025-1045.
- SALAS-VELASCO, Manuel (2006), “The transition from higher education to employment in Europe: the analysis of the time to obtain the first job”, *Higher Education*, 54(3), pp. 333-360.
- SÁNCHEZ-SÁNCHEZ, Nuria e PUENTE, Adolfo. C. F. (2014), “Desajuste educacional y de competencias: efectos diferenciales sobre la satisfacción laboral. Un estudio aplicado al mercado de trabajo español”, *Estudios de Economía*, 41(2), pp. 281-281.
- SANTOS, Maria Clementina; OLIVEIRA, Manuel Mendes de e BANCO de PORTUGAL (2002), *Qualification requirements and education attainment in Portugal, 1985-1997*, Lisboa, Banco de Portugal.
- SCHOMBURG, Harald e TEICHLER, Ulrich (2006), *Higher education and graduate employment in Europe*, New York, Springer.
- SGOBBI, Francesca e SULEMAN, Fátima (2013), “A methodological contribution to measuring (mis)match”, *The Manchester School*, 81(3), pp. 420-437.
- SLOANE, Peter J. (2002), “Much ado about nothing? What does the over-education literature really tell us?”, *Keynote Address, International Conference on Over-education in Europe: What Do We Know*, Berlim.
- SLOANE, Peter J.; BATTU, Harminder e SEAMAN, Paul T. (1999), “Overeducation, undereducation and the British labour market”, *Applied Economics*, 31 (11), pp. 1437-1453.
- SMETHERHAM, Claire (2006), “Firsts among equals? Evidence on the contemporary relationship between educational credentials and the occupational structure”, *Journal of Education and Work*, 19(1), pp. 29-45.
- SOUSA, Luís (2010), *Diplomas e (Des)Emprego: um estudo de caso*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SPENCE, Michael (1973), “Job market signalling”, *Quarterly Journal of Economics*, 87(3), pp. 335-374.
- TEBOUL, Bruno (2016), *L'Uberisation, l'automatisation.. Le travail, les emplois de la seconde vague du numérique. Big Data et Emploi: Séminaire en Economie*. hal-01265304.
- TEICHLER, Ulrich (2007), “Does Higher Education Matter? Lessons from a Comparative Graduate Survey”, *European Journal of Education*, 42(1), pp.11-34.
- TEIXEIRA, Pedro; CEREJEIRA, João; MARTA, SIMÕES; SÁ, Carla e PORTELA Miguel (2014), “Educação, economia e capital humano - notas sobre um paradoxo”, in AA.VV, *A Economia Portuguesa na União Europeia - 1986-2010*, Lisboa, Actual, pp. 329-356.
- THUROW, Lester C. (1975), *Generating inequality: mechanics of distribution in the US economy*, New York, Basic Books.
- TRIVENTI, Moris (2011), *The role of higher education stratification in the reproduction of social inequality in the labour market. A comparative study of recent European graduates*, MPRA Paper N°.



35996

VENDRAMIN, Patricia (2004), *Le travail au singulier : le lien social à l'épreuve de l'individualisation*, Paris, L'Harmattan.

VERHAEST, Dieter e OMEY, Eddy (2006), “The Impact of Overeducation and Its Measurement”, *Working Paper*, n.º. 215 (fev 2004), Ghent.

VERHAEST, Dieter e VELDEN, Rolf van der (2013), “Cross-country Differences in Graduate Overeducation”, *European Sociological Review*, 29(3), pp. 642-653.

VIEIRA, José António Cabral (2005), “Skill mismatches and job satisfaction”, *Economics Letters*, 89(1), pp. 39-47.

VULTUR, Mircea (2014), *La surqualification au Québec et au Canada*, Québec, Presses de l'Université Laval.

WOLBERS, Maarten. H. J. (2003), “Job Mismatches and their Labour-Market Effects among School-Leavers in Europe”, *European Sociological Review*, 19 (Nº 3), pp. 249-266.

**Carlos Manuel Gonçalves.** Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal) e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal).  
Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. E-mail: cmgves@letras.up.pt

Artigo recebido em 13 de janeiro de 2017. Publicação aprovada em 20 de junho de 2017.

**Anexo I**  
**Grupos profissionais por nível de habilitações a)**

	2000			2010			2011 b)			2015		
	B	M	S	B	M	S	B	M	S	B	M	S
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas												
Linha %	76,4	14,1	9,5	52,9	17,5	28,7	50,8	20,9	27,4	38,8	26,0	35,0
Coluna %	6,6	8,2	7,0	4,9	6,0	10,4	5,2	6,7	9,1	5,1	6,9	9,2
Especialistas das profissões intelectuais e científicas												
Linha %	3,4	9,1	86,1	2,0	5,9	91,7	1,8	6,8	90,8	1,4	6,9	91,3
Coluna %	0,3	5,2	62,7	0,3	3,3	55,2	0,4	5,0	69,2	0,5	5,0	65,4
Técnicos e profissionais de nível intermédio												
Linha %	36,7	36,0	27,1	25,4	37,7	36,7	33,7	44,8	21,4	26,6	46,3	27,0
Coluna %	3,5	23,4	22,4	3,7	20,5	21,4	4,8	20,1	9,9	6,0	21,3	12,3
Pessoal administrativo e similares												
Linha %	57,4	36,8	5,4	43,4	43,6	12,9	35,7	49,4	14,6	29,4	52,7	17,7
Coluna %	7,2	31,1	5,8	6,1	22,5	7,1	4,8	21,1	6,5	4,5	16,2	5,4
Pessoal dos serviços e vendedores												
Linha %	83,4	15,1	1,5	70,5	25,3	4,2	67,6	28,6	3,9	56,8	36,0	7,1
Coluna %	13,9	17,0	2,1	17,1	22,7	4,0	18,0	23,9	3,4	19,4	25,0	4,9
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas												
Linha %	99,0			96,7	2,5		95,9	3,1	1,0	92,4	6,0	1,6
Coluna %	14,3			16,1	1,5		15,5	1,6	0,5	13,1	1,7	0,5
Operários, artífices e trabalhadores similares												
Linha %	96,6	3,0		89,9	9,3	0,8	88,9	10,3	0,8	80,6	17,9	1,5
Coluna %	26,9	5,7		24,5	9,4	0,8	22,8	8,3	0,7	20,1	9,1	0,7
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem												
Linha %	93,6	6,3		87,1	13,7		87,9	11,7		79,8	17,5	1,8
Coluna %	10,4	4,7		10,6	5,4		11,9	5,0		14,0	6,3	0,6
Trabalhadores não qualificados												
Linha %	95,9	3,9		86,4	12,3	1,4	85,1	13,7	1,2	78,8	19,1	2,1
Coluna %	17,0	4,7		16,7	8,7	1,1	16,5	8,4	0,8	17,3	8,5	0,9
TOTAL (1.000 indivíduos)	3947,0	583,4	459,2	3187,6	864,5	808,4	2893,8	919,9	886,2	2268,3	1116,8	1128,3

Legenda: a) Nível de habilitações: B (até ao 3º ciclo do ensino básico inclusive); M (ensino secundário e post-secundário não superior); S (ensino superior). Utilizamos a o efeito a Classificação Internacional Normalizada da Educação. b) Quebra de série; a Fonte: Inquérito ao Emprego

## **Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho**

**Luís Nuno Sousa**

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto  
Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Viseu

### **Resumo**

O crescente aumento do desemprego entre os diplomados do ensino superior ultrapassa a simples questão do fluxo de entrada no sistema de ensino superior em Portugal, o processo de transição para o mercado de trabalho complexificou-se de uma forma evidente, refletindo um aumento da concorrência no mercado de trabalho e escassez de oportunidades de carreira no mercado de trabalho, adiando as expectativas profissionais dos mais jovens. Este movimento tem ganho, nos últimos anos, uma dimensão crescente e, atualmente, representa uma das grandes preocupações das diversas entidades envolvidas neste processo. Consequentemente, promover o empreendedorismo no ensino superior pode representar hoje, um apoio central no processo de transição para o trabalho dos diplomados. O programa Poliemprende representa, neste movimento, os esforços do Ensino Superior Politécnico neste sentido. Suportando-nos nos resultados alcançados com a aplicação do inquérito on-line aplicado aos participantes deste programa, pretendemos aqui dar um contributo para conhecer e refletir, de uma forma exploratória, sobre a relação entre empreendedorismo no ensino superior, diplomas e mercado de trabalho.

Palavras-chave: Ensino superior politécnico, empreendedorismo, transição para o trabalho.

*Polytechnic education, entrepreneurship and transition to work*

### **Abstract**

The growing increase in unemployment among higher education graduates goes beyond the simple question of the entry flow into the higher education system in Portugal, the process of transition to the labor market has become more complex, reflecting an increase in competition in the market job opportunities and shortage of career opportunities in the labor market, postponing the professional expectations of the young. This movement has gained in recent years a growing dimension and, currently, represents one of the great concerns of the various entities involved in this process. Consequently, promoting entrepreneurship in higher education can today represent a central support in the process of transition to the work of graduates. The “Poliemprende” program represents, in this movement, the efforts of Polytechnic Higher Education in this sense. Based on the results obtained with the application of the online survey applied to the participants of this program, we intend here to contribute to the exploration and reflection of the relationship between entrepreneurship in higher education, diplomas and the labor market.

Keywords: polytechnic higher education, entrepreneurship, transition to work.

*L'éducation polytechnique, l'esprit d'entreprise et la transition vers le travail*

**Résumé**

Le chômage croissant des diplômés de l'enseignement supérieur va au-delà de la simple question d'entrée dans le système d'enseignement supérieur au Portugal, la transition vers le marché du travail plus complexe est claire, ce qui reflète une concurrence accrue sur le marché travail et le manque d'opportunités de carrière sur le marché du travail, ce qui retarde les attentes des jeunes professionnels. Ce mouvement a gagné ces dernières années, une augmentation de la taille et représente actuellement une préoccupation majeure des différentes entités impliquées dans ce processus. Par conséquent, la promotion de l'esprit d'entreprise dans l'enseignement supérieur peut représenter aujourd'hui un support central dans la transition vers le travail des diplômés. Le programme Poliempree est, dans ce mouvement, les efforts de l'École polytechnique à cet égard. En se fondant sur les résultats obtenus avec la mise en œuvre de l'enquête en ligne appliquée aux participants de ce programme, nous avons l'intention ici de contribuer à réunir et réfléchir, de façon exploratoire, au sujet de la relation entre l'esprit d'entreprise dans l'enseignement supérieur, les diplômés et le marché du travail.

Mots-clés: Enseignement supérieur polytechnic, l'esprit d'entreprise, transition au travail.

*Enseñanza politécnica, emprendimiento y transición al trabajo*

**Resumen**

El aumento del desempleo entre los graduados de la educación superior va más allá de la simple cuestión de la entrada en el sistema de educación superior en Portugal, la transición al mercado de trabajo más complicado es un reflejo claro aumento de la competencia, en el mercado de trabajo y la falta de oportunidades de empleo en el mercado laboral, lo que retrasa las expectativas de los profesionales más jóvenes. Este movimiento ha ganado en los últimos años, un creciente tamaño y en la actualidad representa una de las principales preocupaciones de las diversas entidades involucradas en este proceso. En consecuencia, promover el espíritu empresarial en la educación superior puede representar hoy un soporte central en la transición hacia el trabajo de los graduados. El programa “Poliempree” es, en este movimiento, los esfuerzos de la Politécnica en este sentido. Apoyando-nos sobre los resultados obtenidos con la aplicación de la encuesta en línea a los participantes de este programa, se pretende aquí para hacer una contribución a conocer y reflexionar, de forma exploratoria, sobre la relación entre el espíritu empresarial en la educación superior, diplomas y el mercado laboral.

Palabras clave: Educación superior politécnica, espíritu empresarial, transición al trabajo.

**INTRODUÇÃO**

Assistimos, atualmente, a um conjunto de desajustamentos entre as qualificações necessárias para os diferentes sectores da economia e as qualificações verdadeiramente detidas pelos licenciados, urgindo assim compreender, de uma forma mais profunda, a relação entre formação académica e emprego. O investimento em educação e a obtenção de diplomas de ensino superior representam cada vez mais uma postura de risco, não garantindo a priori o

acesso ao emprego. Esta questão não pode ser somente colocada ao nível do acesso ao emprego, mas também ao nível do aumento efetivo da precariedade laboral, sobretudo visível numa desclassificação progressiva dos jovens diplomados, particularmente no exercício do primeiro emprego.

Desde os anos 90 do século XX, que se verifica uma reestruturação profunda dos modelos de transição para o mercado de trabalho (Rose, 1998), distribuindo os jovens diplomados por diferentes itinerários profissionais, onde predominam dimensões de incerteza, flexibilidade e reversibilidade (Galland, 1991), integrando-se num movimento mais vasto de “crise de identidades” (Dubar, 2001). Perante estes impasses, as “gerações de fronteira”/ “gerações sanduíche”/ “jovens adultos” (Pais, 2005) vêem-se confrontados com modelos atuais de transição, que implicam processos de “individualização” ou “modernização flexível” (Beck, Giddens e Lasch, 1994), em articulação com processos de institucionalização, que caracterizam as estruturas de oportunidades propostas por políticas públicas ou mesmo por lógicas de mercado.

As recentes orientações das políticas públicas de ensino, no âmbito europeu, apresentam recomendações concernentes à “educação empreendedora”<sup>1</sup>, através de iniciativas dedicadas ao desenvolvimento de atributos e competências empreendedoras. Tais competências são consideradas essenciais, tanto para a aprendizagem ao longo da vida, como para a empregabilidade, como forma de fomentar a satisfação pessoal e profissional, a inclusão social e a cidadania ativa. O que se encontra em questão não é somente o facto de os jovens evidenciarem cada vez maior dificuldade em aceder ao emprego; eles denotam, simultaneamente, uma crescente dificuldade em encontrar empregos enquadrados na área da formação académica obtida, o que levanta a questão do equilíbrio entre oferta formativa, oportunidades e exigências ao nível laboral.

A criação do próprio negócio ou empresa afigura-se, cada vez mais, como uma forma de criação do próprio emprego, para muitos jovens diplomados. São diversos os fatores e agentes que interagem neste processo. Desde logo, o Estado, através das políticas ativas de emprego, da promoção do empreendedorismo ou das políticas de fomento à criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas, mas igualmente outros atores, como o sistema de ensino, a família ou as redes sociais.

A inovação deve ser vista como um processo socialmente construído. Os aspetos sociodemográficos, a experiência educacional, a durabilidade da educação superior, a

---

<sup>1</sup> <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:394:0010:0018:pt:PDF>  
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LeUriServ.do?uri=OJ:C:2011:070:0001:0003:PT:PDF>  
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0640:FIN:PT:PDF>

educação/formação contínua, os modos de aprendizagem e de ensino, as competências e *timing* da graduação, influenciam a decisão ocupacional, após a obtenção do diploma de ensino superior (Martínez, Mora e Vila, 2007). Consequentemente, a questão do património individual detém particular pertinência, neste processo, segundo Lahire (2005). A captação das realidades mais individuais não remete, nem para uma singularidade inquestionável dos contornos individuais, nem para a “liberdade de escolha” de indivíduos “autónomos” (e imunes a todos os determinantes sociais), remete, sim, para a estrutura de conjunto das sociedades que as construíram, para a pluralidade de grupos (ou de instituições) e para a multiplicidade dos quadros de vida social que cada indivíduo é suscetível de frequentar, simultânea ou sucessivamente, estando ligadas à forte diferenciação social das funções características das sociedades.

Na atualidade, a necessidade de conhecimento representa um fator de extrema importância, no que respeita ao movimento de integração social que, invariavelmente, se encontra ligado ao exercício do trabalho (OCDE, 2007). Assiste-se, assim, a uma transposição de modelo de ensino superior “(...) *from elite to a mass system has had a fundamental impact on the labour supply and occupational structure, challenging employers’ and graduates’ perceptions of the relationship between Higher Education and employment.*” (Purcell *et al*, 2007: 57 e 58).

O grande tutor do mercado de trabalho dos jovens e o responsável pela política estrutural de transição profissional é, inquestionavelmente, o Estado (Rose, 1998). Assim, podemos enquadrar o programa Poliempreeende nesta perspetiva, sendo que pretende, com o estímulo do empreendedorismo, promover o processo de transição para o trabalho e criação do próprio emprego dos diplomados.

Tendo presente este enquadramento, pretende-se apresentar um contributo para uma discussão crítica dos movimentos de empreendedorismo e criação de empresas, no ensino superior politécnico em Portugal, assentes na promoção de novas formas de contacto entre politécnicos, (ex)alunos e mercado de trabalho e nos novos desafios institucionais de promoção do desenvolvimento económico e social, a nível regional/nacional.

Neste âmbito, o programa Poliempreeende apresenta-se como um instrumento de dinamização institucional do empreendedorismo e emprego e de desenvolvimento regional e nacional. O concurso<sup>2</sup> destina-se a estudantes e diplomados de Escolas Superiores dos Institutos

---

<sup>2</sup> Os prémios do concurso compreendem duas tipologias: Prémios pecuniários nacionais e regionais. Prémios complementares nacionais ou regionais. Prémios nacionais são constituídos pelo primeiro prémio de 10 000 euros, o 2º prémio de 5 000 euros e o 3º prémio de 3 000 euros. No que respeita aos prémios regionais verifica-se que o primeiro prémio é de 2 000 euros, o 2º prémio de 1 500 euros e o 3º prémio de

Politécnicos de qualquer grau, a docentes dos politécnicos ou outros indivíduos (os quais, por este facto, ficam impedidos de pertencer ao júri responsável pela apreciação das propostas), desde que integrando equipas constituídas por alunos e/ou diplomados.

## QUESTÕES METODOLÓGICAS

Esta análise tem como base um inquérito por questionário<sup>3</sup>, que pretendia abarcar a totalidade dos participantes das nove edições do programa Poliemprende. Numa abordagem exploratória foi possível verificar que a única fonte que nos permitiria uma abordagem semelhante seria a utilização da plataforma gerida pelo Instituto Politécnico de Viseu (IPV)<sup>4</sup>. Esta plataforma, criada em 2012, durante a coordenação nacional por parte do IPV, não englobava, conseqüentemente, a totalidade dos projetos concorrentes das nove edições deste programa<sup>5</sup>, sendo que, e de uma forma previsível, as últimas edições seriam as mais representativas<sup>6</sup>.

Esta técnica tem como objetivo estimar grandezas “absolutas”, grandezas “relativas”, descrever uma população ou subpopulação, na medida em que se pretende recolher informações de natureza mais factual (embora sejam sempre representações sobre o passado) e opiniões sobre o trajeto no mercado de trabalho (emprego e desemprego) do próprio inquirido, após a conclusão da licenciatura.

Procuramos contribuir para uma reflexão crítica sobre o empreendedorismo e criação de empresas à luz dos debates académicos e políticos sobre a crise de regulação do emprego (difusão de formas flexíveis de contratação) e sobre as medidas de combate ao desemprego; atestar novas formas de contato entre Politécnicos, os (ex)alunos e o mercado de trabalho,

---

1 000 euros. Finalmente no que concerne aos prémios complementares, destaca-se o prémio de empreendedorismo, que pretende premiar a equipa que se revelar ao júri como a mais empreendedora, patrocinado pelo Patrono do Concurso, o Comendador Rui Nabeiro, através do Grupo Delta, no valor de 2500€ e ainda o prémio de plano de negócio, patrocinado pelo IAPMEI, que pretende valorizar a equipa concorrente que tenha construído o melhor plano de criação de negócio (valor a definir).

<sup>3</sup> Disponibilizado on-line, entre o dia 15 de Julho e o dia 15 de Setembro de 2013 em <http://udi-ipc.limequery.com/index.php/survey/index/sid/615291/newtest/Y/lang/pt>

Os dados resultantes da aplicação do mesmo inquérito foram tratados em SPSS versão 20.0.

<sup>4</sup> <http://www.Poliemprende.pt/>

<sup>5</sup> Amostra não representativa do universo de participantes no programa desde a sua criação.

<sup>6</sup> Esta questão possui particular importância, já que se verificou uma elevada percentagem de inquiridos que ainda não tinham terminado a sua formação académica, o que, do ponto de vista empírico, constituiu uma limitação para esta análise ao limitar a ligação entre projetos realizados e processo de transição para o trabalho.

nomeadamente analisando, no âmbito do programa Poliempreeende, os novos desafios institucionais na promoção do desenvolvimento económico e social a nível regional/nacional; analisar o processo de transição para o trabalho e a situação profissional dos diplomados e que papel o programa poderia ter representado como dinamizador institucional do empreendedorismo e do emprego dos diplomados do ensino superior politécnico, bem como evidenciar a sua função de promoção de desenvolvimento regional e nacional e como forma de promoção de um ensino profissionalizante.

Neste contexto, esta análise pretende enquadrar socio geograficamente os participantes, tendo presente o contexto do ensino superior em Portugal, e, de forma mais específica, evidenciar os contornos de aplicação dos projetos, por parte dos que já obtiveram o seu diploma, de forma a verificar até que ponto a sua situação profissional se poderia relacionar com este processo. Tendo presente a informação disponível de que, até ao momento, não se tinha verificado qualquer projeto aplicado, seria importante enquadrar, nesta análise, a situação profissional atual dos diplomados.

Dos 148 projetos<sup>7</sup> inseridos nesta plataforma, foram obtidas 98 respostas válidas, o que constitui uma taxa de resposta de 62%. Consideramos que este programa constitui um canal privilegiado de contacto entre Politécnicos, (ex)alunos e mercado de trabalho, o que representa, na atualidade, sobretudo num ensino de índole profissionalizante, um dos maiores desafios institucionais do ensino superior politécnico, na promoção do desenvolvimento económico e social a nível nacional e regional. Assim, dos 98 inquiridos, 54 já tinham obtido a sua licenciatura, o que corresponde a 36% do total dos projetos inseridos na respetiva plataforma, correspondendo a 55,1% das respostas recebidas.

Pretendemos aqui analisar o papel do programa Poliempreeende como dinamizador institucional do empreendedorismo dos diplomados do ensino superior politécnico e como promotor da transição para o trabalho dos jovens diplomados, nomeadamente o seu contributo para a promoção de desenvolvimento regional e nacional. Caracterizamos igualmente os contextos de aplicação dos projetos, por parte dos diplomados, bem como a sua perspetiva sobre o empreendedorismo e sobre o papel da participação neste programa, no seu percurso profissional, até ao momento.

---

<sup>7</sup> Alguns dos projetos inseridos não possuíam informação completa, nomeadamente os contatos de e-mail, pelo que foi decidido excluí-los de imediato desta análise, por impossibilidade de estabelecer contacto com os (ex)alunos.



## CONTEXTOS SOCIOGEOGRÁFICOS E INSTITUCIONAIS

Para Simão e Costa (2000), a criação do ensino politécnico surge como forma de procurar responder às expectativas do mercado de trabalho, em termos de recursos humanos, numa perspetiva desenvolvimentista, reforçar as condições de igualdade no acesso ao ensino superior, adequar os conteúdos e práticas aos diferentes grupos populacionais e estimular a formação contínua e educação recorrente. Assim, podemos afirmar que o grande objetivo político da criação deste ensino foi o de contribuir para uma melhor distribuição da oferta do ensino superior, cujas instituições se assumissem como “(...) centros promotores de racionalidade e de apoio ao desenvolvimento, quer no âmbito nacional, quer sobretudo no âmbito das regiões e das localidades em que cada uma destas instituições se encontra instalada.” (CNE, 1990: 642).

Constata-se, a nível europeu, nas últimas décadas, um aumento significativo da frequência do ensino superior, consequência direta “(...) *d’une évolution concomitante des politiques éducatives et des comportements des jeunes et des familles, a eu des conséquences majeures pour l’université. Il convient donc d’en préciser l’ampleur et les formes.*” (Rose, 2003: 11).

Este movimento tem, contudo, ocorrido a diferentes velocidades, exteriorizando níveis evolutivos diferenciados entre os países ocidentais, potenciado, segundo Davies, Gottsche e Bansel (2006), pela emergência de um sistema de ensino superior neoliberal, que transformou o estado administrativo, responsável pelo bem-estar do ser humano, numa economia onde o poder está concentrado nas corporações globais e assente em conhecimentos que podem ser reconfigurados segundo necessidades económicas.

A evolução ocorrida no ensino superior reflete um período de aumento exponencial da taxa de frequência deste nível de ensino, que não foi causado pelo crescimento das taxas de natalidade, mas, sobretudo, pela atratividade de novos públicos, de diferentes faixas etárias, que (re)ingressam no sistema de ensino superior. Simultaneamente, transpõe um movimento de globalização da frequência deste nível de ensino e o surgimento de diferentes usos dos diplomas, instituindo novos desafios pedagógicos e funcionais e comprovando a efetiva inflação escolar e desvalorização dos diplomas.

Verifica-se, assim, uma

*(...) diversificación importante de la enseñanza superior permitiendo satisfacer mejor la creciente diversidad de talentos y de motivaciones de los estudiantes, en el proceso de expansión educativa, así*

como la gama cada vez más amplia de perspectivas profesionales que existen para los titulados superiores.” (Teichler, 2005: 49).

**Quadro 1**  
**Caracterização sociogeográfica e institucional**  
**dos participantes (%)**

GÉNERO	Feminino	66,3
IDADE	Menos de 20 anos	5,1
	20-25 anos	55,1
	26-30 anos	15,3
	31-40 anos	15,3
	41-50 anos	7,2
	Total	100,0
ESTADO CIVIL	Solteiro	80,6
	Casado	16,4
	Total	100,0
RESIDÊNCIA	Leiria	37,8
	Lisboa	14,3
	Coimbra	14,3
	Braga	5,1
	Aveiro	5,1
	Total	100,0
VIVE	Com os pais	58,1
	Com o cônjuge	18,4
	Sózinho	13,3
	Com colegas/amigos	8,2
	Total	100,0
<i>n</i>		98

Os dados do quadro acima corroboram o movimento verificado nas últimas décadas, em Portugal, nomeadamente no que respeita a uma progressiva feminização do ensino superior (Amaral e Teixeira, 2000). Existe, nesta amostra, uma maior representatividade feminina, com 66,3%, 55,1% dos inquiridos situam-se na faixa etária dos 20-25 anos, 80,6% são solteiros e 58,1% vivem ainda com os seus progenitores.

Com trajetórias académicas cada vez mais longas, os jovens obtêm autonomia residencial mais tardiamente, aumentando a idade média de acesso ao emprego, diminuindo as entradas precoces no mercado de trabalho e arrastando temporalmente o acesso a um emprego estável, adiando consequentemente a sua entrada na vida adulta.

Esta situação origina uma

*“(…) multiplication, au cours de la période récente, de situations intermédiaires entre l’installation des jeunes dans un autre logement que celui des parents (la décohabitation), et leur*

*accession à une réelle indépendance résidentielle (les parents n'assurant plus le financement de ce logement), complique l'analyse de leur accès à l'autonomie résidentielle (...)*”. (Villeneuve-Gokalp, 2000: 62).

Iannelli e Soro-Bonmati (2006) referem-se a um modelo mediterrânico de juventude, onde os jovens apresentam trajetórias escolares longas, revelam dificuldades ao nível do primeiro emprego, vivem com os pais (mesmo após o acesso à vida ativa), de onde só saem, genericamente, quando casam (redes paternas), verificando-se, conseqüentemente, uma diminuição da percentagem dos jovens a viver sozinhos ou em coabitação.

Este movimento enquadra-se no modelo de proteção continental, onde a família é central no processo de acesso ao emprego, compensando limitações das políticas de apoio aos jovens desempregados, ao nível do emprego e habitação. É nesta perspetiva que se enquadra o caso nacional, onde a família surge, assim, como uma compensação da falta de apoio estatal aos jovens. No atual contexto de crise económica, esta questão ganha nova pertinência e representatividade, em Portugal.

Paralelamente, esta situação permite que se constate a manutenção de uma das características estruturais do ensino superior em Portugal, a evidente procura regional<sup>8</sup>, mas também a tendência para a sua fixação profissional nas regiões de origem, após a obtenção do diploma (saliente-se, neste caso, e a título de exemplo, os casos dos diplomados do Instituto Politécnico de Leiria e o Instituto Politécnico de Coimbra).

Esta realidade evidencia, na linha do verificado em Cabrito (1997), Balsa *et al* (2001) e Machado *et al* (2003), que persistem desigualdades sociais no acesso ao ensino superior, materializando uma diferenciação social de origem que confirma uma persistente lógica reprodutora e de seleção social. Neste âmbito, o ensino politécnico continua a ser frequentado, principalmente, por jovens oriundos de famílias desprovidas de elevados recursos económicos e socioeducativos, o que implica que o nível sociocultural e económico de origem continua a influenciar o tipo de ensino superior frequentado, não constituindo um fenómeno novo, comprovando-se o facto de, ainda hoje, se verificar uma regionalização, na procura e frequência do ensino superior em Portugal.

Confirma-se o que já na última década do século XX era evidente, que o

---

<sup>8</sup> Contudo assume-se que a preponderância de participantes dos Politécnicos do litoral, nesta análise poderá explicar a incidência deste fenómeno de fixação profissional nessas regiões que são mais desenvolvidas e conseqüentemente com maior oferta de oportunidades de emprego.

*“(…) assinalável esforço feito para levar ao ensino superior o maior número possível de jovens não provocou uma expansão harmónica em termos do espaço nacional, nem em função dos estratos sociais e económicos de que os alunos são originários, assim mantendo, ou reforçando, assimetrias indesejáveis (...)” (Barreto, 1996: 463).*

Partindo da tipologia apresentada por Costa, Machado e Almeida (2007), que demonstra que a maioria das propostas teóricas e de investigações empíricas vinculadas na atual sociologia das classes sociais convergem para a atribuição de uma importância central aos indicadores socio educacionais e socioprofissionais, apresentamos no quadro seguinte os lugares de classe dos participantes.

**Quadro 2**  
**Lugares de classe de origem dos participantes (%)**

Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	13,2
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	15,8
Trabalhadores-Independentes	3,9
Trabalhadores Independentes Pluriactivos	7,9
Agricultores Independentes	1,3
Empregados Executantes	13,2
Operários	21,1
Assalariados Executantes Pluriactivos	23,7
Total	100,0
<i>n</i>	54

Podemos verificar a maior representatividade dos Assalariados Executantes Pluriactivos (23,7%) e Operários (21,1%), representando quase metade dos inquiridos. Este contexto social reflete-se, paralelamente, na representatividade que os trabalhadores estudantes têm ganho no ensino superior.

O exercício de um trabalho, regular ou não, ao longo do curso, corresponde, em certas situações, a desejos de construção de competências individuais, mas sobretudo a necessidades financeiras. Apesar disso, representa sempre um sinal de motivação e dinamismo, reforçando a empregabilidade dos jovens, adquirindo competências e saberes complementares à formação académica. Béduwé e Giret (2004) avançam, mesmo, com o conceito de pré-inseridos<sup>9</sup>, correspondendo aos que exercem uma profissão estável, inerente à

<sup>9</sup> O estar pré-inserido implica possuir profissão estável, que corresponde à formação que está a realizar, o que pode constituir um movimento de potenciar as competências individuais, uma forma de financiamento dos estudos, um processo de melhoria das condições de vida, um reflexo e um sinal de

formação frequentada. A dificuldade reside na heterogeneidade de ocupações que geralmente os alunos vivenciam, impossibilitando traçar linearidades fenomenológicas. Este movimento de pré-inserção é particularmente pertinente no enquadramento do caso dos trabalhadores-estudantes, população cada vez mais representativa, na frequência do ensino superior, comprovando a diversificação da população estudantil, neste nível de ensino.

## **DIPLOMAS, TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO E EMPREGO**

Nas últimas décadas, no quadro global da reflexão sobre as relações entre a educação e o mundo do trabalho, as investigações científicas, no campo da sociologia e da economia, complexificam-se. Esta evolução conceptual comprova, por um lado, uma dificuldade crescente de acesso ao mercado laboral, por parte dos diplomados do ensino superior, uma multiplicidade evidente nas formas de acesso à vida ativa, por parte do fluxo crescente de jovens diplomados, e, paralelamente, uma dificuldade progressiva na relação entre sistema de ensino e mercado de trabalho, que tem exigido uma crescente intervenção estatal face ao desemprego.

As linhas de orientação da organização da transição para o trabalho segundo Rose (1998) circunscrevem a sua efetiva organização (estado/empresas/indivíduos), estruturam todo tipo de mercados, implicam uma diversidade de situações de trabalho, dependem da transformação das condições de aquisição de saberes e saberes-fazer e contribuem para a regulação sociopolítica das populações desempregadas ou inativas. Apresenta-se, assim, progressivamente, como um processo cada vez mais longo e complexo, acarretando a assunção de estatutos instáveis, com percursos e modos de transição diferenciados, fortemente estruturados pelas empresas e poderes públicos, além do inevitável contexto formativo e familiar. Face a isto, encontra-se fortemente ligada aos movimentos económicos e à representatividade e incidência do desemprego, bem como às questões relativas ao mercado de trabalho local e nacional. Desta forma, diversos atores e intervenientes diretos entrecruzam-se neste movimento, delimitam informação, oportunidades, acesso, trajetos e hipotéticas carreiras profissionais, ultrapassando as questões económicas e revelando-se, cada vez mais, como um fator de estratificação social e de integração ou exclusão social. Existem, assim, diversas vantagens em articular as questões de volume, repartição e formas de emprego, até porque a

---

motivação, uma forma de pesquisa e adaptação ao mercado e pode transparecer um contexto geográfico (dimensão de espaço urbano e a relação com a probabilidade de trabalhar).

organização da transição profissional gera fluxos de mão-de-obra, contribui para a categorização das populações e participa na emergência de formas precárias de emprego.

Na primeira década do século XXI, acentua-se o interesse no relacionamento entre o ensino superior e o mundo do trabalho, sobretudo ao nível das condições que os alunos possuem, no ensino superior, e de que modo as suas opções, durante este período, afetam as suas trajetórias profissionais. Apesar da obtenção de um diploma de ensino superior proteger, ainda hoje, os jovens do desemprego, o período do emprego imediato terminou, há muito, para os diplomados do ensino superior e a realidade laboral apresenta desafios de crescente complexidade, pelo que o simples acesso ao estatuto de diplomado já não resolve, *per si*, o problema do acesso à vida ativa e, conseqüentemente, à vida adulta. Gangl (2002) refere mesmo que a ação individual (antes, durante e após a formação académica) se revela fundamental, quando o que está em causa é uma efetiva transição para o trabalho no âmbito da obtenção do primeiro emprego regular.

As questões ligadas ao percurso educacional dos indivíduos, à já referida experiência profissional e redes sociais às quais os mesmos têm acesso, apresentam-se como fundamentais para o sucesso deste processo. Os recursos aos quais os jovens têm acesso, bem como as suas trajetórias e posturas individuais têm que ser tidas, inquestionavelmente, em conta, sob pena da transição se reter em questões puramente institucionais e formais, que nada se aproximam do enquadramento social atual. Isto implica, para Rose (1998), que o jovem tenha que ser considerado, não somente como sujeito, mas, paralelamente, como ator.

Para Teichler (2005) o processo de transição para o trabalho complexifica-se progressivamente, o sentimento de inquietude generaliza-se e agoniza-se, verificando-se, em muitos países, um desfasamento, cada vez maior, entre a formação académica e a necessidade e especificidade de perfis laborais, por parte do mercado de trabalho. Conseqüentemente, multiplica-se o número de diplomados do ensino superior que afirmam exercer postos de trabalho desadequados, no que respeita ao estatuto socioeconómico usufruído e à possibilidade de aplicação dos seus conhecimentos às funções e tarefas efetivamente desempenhadas<sup>10</sup>, num contexto de crescente instabilidade no emprego.

Atualmente, o empreendedorismo assume-se, assim, como uma das formas de acesso ao mercado de trabalho, como podemos verificar pelas diretivas comunitárias e pelas políticas nacionais (QREN 2007-2013<sup>11</sup>). Em termos práticos, esta questão coloca novos e importantes desafios às instituições de ensino superior, relacionados com a sua capacidade de, juntamente

---

<sup>10</sup> Os conceitos de sobre formação e subemprego utilizam-se, com frequência, para caracterizar este processo.

<sup>11</sup> <http://www.qren.pt/np4/home>

com outros atores (económicos, sociais, políticos, entre outros) desenvolver o espírito e uma cultura empreendedora e de inovação. Entende-se, a esse respeito, que o contexto académico constitua uma parte importante do ambiente dos estudantes e, como tal, está numa posição central para mudar e incentivar o empreendedorismo. Ao promover, nos seus currículos e atividades, os estágios curriculares, a mobilidade estudantil (nacional e internacional), as atividades extracurriculares, o desenvolvimento de competências transversais, a formação contínua e o empreendedorismo (nas vertentes educativa e organizativa), as instituições de ensino superior representam, hoje, um fator de extrema importância no processo de transição para o trabalho por parte dos seus diplomados. É neste âmbito que podemos enquadrar o programa Poliempreende.

McDaniel (2006) refere-se mesmo ao autoemprego, afirmando que este se apresenta como um reflexo dos recursos (educação, estatuto ocupacional, experiência laboral e apoio familiar), variando, porém, consoante a vida laboral e experiências sociais. A questão que pode ser colocada é se, efetivamente, o capital social é fator de desigualdade social, face à complexidade do processo de transição, bem como os diferentes atores implicados neste processo. O facto é que a pesquisa e o acesso ao emprego revelam lógicas diferenciadas, consoante os casos, até porque a mobilidade profissional não é, necessariamente, precedida por um período de procura de emprego. Além disso, a situação socioprofissional vivida ainda durante o curso superior pode influenciar decisivamente todo processo de transição para o trabalho.

**Quadro 3**  
**Situação socioprofissional no último ano do curso (%)**

Estudava a tempo inteiro	29,6
Exercia uma atividade profissional regular	18,4
Estudava e executava trabalhos ocasionais	7,1
Ainda não terminou o curso	44,9
Total	100,0
<i>n</i>	54

Verificamos no quadro 4 que 44,9%<sup>12</sup> afirmam que ainda não tinham terminado o seu curso superior, dos restantes, 29,6% eram estudantes a tempo inteiro e 18,4% exerciam uma atividade profissional regular a tempo inteiro. Apesar de não representar uma taxa elevada de trabalhadores estudantes, considerando dados anteriores (Sousa, 2003 e 2010), é, contudo, face

<sup>12</sup> Estes dados indicavam que estes alunos poderiam não reunir ainda condições que permitissem a efetiva materialização dos projetos de negócio construídos no âmbito deste projeto. Esta situação viria a confirmar-se posteriormente.

à amostra, representativa, se tivermos em consideração que a média de idade dos inquiridos se situa, preferencialmente, abaixo dos 25 anos.

Quanto à avaliação do curso/instituição frequentada, os diplomados afirmam que “*O politécnico deveria apoiar mais a criação de empresas por parte dos estudantes*” (média de 3,9<sup>13</sup>), o que nos permite equacionar se o programa não deveria objetivamente constituir um programa de apoio à transição para a vida ativa e apoiar diretamente a aplicabilidade de projetos, sobretudo os vencedores que usufruem de um prémio monetário. Os restantes dois indicadores (*O curso incentiva a criação de empresas* - média de 2,7; *O curso prepara para a criação de empresa* – média 2,6) denotam que, a nível formativo, esta questão não é ainda suficientemente valorizada<sup>14</sup>. Importa, igualmente, referir que esta tendência é mais evidente nos diplomados que afirmam estar, atualmente, a exercer o primeiro emprego regular e nos que se encontram desempregados, o que poderá justificar estas tomadas de posição.

Podemos então concluir que, apesar de facultar uma formação mais profissionalizante (Arroteia, 2002), os diplomados do ensino superior politécnico evidenciam uma posição generalizadamente negativa, no que respeita ao apoio e incentivo à criação de empresas facultado pela instituição.

Contudo, temos que referir que se verifica uma evidente heterogeneidade nas suas formações académicas e respetivas estruturas curriculares (áreas de engenharia, gestão, saúde e outras) em análise, impossibilitando que esta questão possa ser objetivamente explorada. Porém, tendo presente que a participação no programa Poliemprende pretende dinamizar a vertente empreendedora dos alunos, não deixa de se revelar pertinente o facto de os diplomados não refletirem positivamente nas respostas esta situação, o que permite equacionar se identificam este programa como elemento integrante de uma política institucional de apoio à criação empresarial, no ensino superior politécnico. Esta questão é possivelmente explicada pelo facto de, durante o trabalho exploratório que precedeu esta análise, nomeadamente a análise dos projetos inseridos na plataforma do IPV, termos verificado a inexistência de indicações que permitissem confirmar a aplicação dos mesmos, transformando-se numa das questões centrais neste processo analítico.

Relativamente à situação profissional durante o curso verificamos que dos diplomados que afirmam exercer uma atividade regular no seu ano de finalista, 47,6% são homens, entre os 41 e os 50 anos, sendo que 89,5% afirmam exercer a sua atividade profissional a tempo inteiro.

---

<sup>13</sup> Escala de 1 a 5, onde o 1 corresponde a “discordo completamente” e o 5 a “concordo completamente”.

<sup>14</sup> Refira-se, somente, o surgimento progressivo de unidades curriculares de empreendedorismo, em várias formações académicas, o que denota o reconhecimento da importância desta vertente na formação académica dos alunos.



Trabalham sobretudo em empresas de grande dimensão (63,2% afirmam exercer a sua atividade profissional em empresas com 50 a 199 trabalhadores), preferencialmente no ramo da prestação de serviços (38,9%) e em empresas privadas (66,7%). A maioria (61,1%), sobretudo os que possuem idade superior a 30 anos são funcionários efetivos, 38,9% usufruem um rendimento entre 801-1500 euros e 27,8% entre 501-800 euros.

Quanto ao papel que o acesso a um diploma de ensino superior ou a participação no programa Poliemprende representavam nas trajetórias profissionais destes indivíduos, verificamos que nem um, nem o outro, contribuíram para a efetiva alteração da situação profissional dos diplomados, sendo que 82,4% afirmam que mantiveram o emprego, dos quais 70,6% manteve inalterada a situação profissional e condições de trabalho. Contudo, apesar da estabilidade profissional, existem algumas questões que importa aprofundar, nomeadamente ao nível das condições e características do trabalho exercido, bem como no que respeita aos rendimentos.

Nauze-Fichet e Tomasini (2005) designam o facto de as pessoas ocuparem um emprego para o qual possuem um nível de formação superior à normalmente requerida, de “(...) *personnes «sur-diplômées» (...)*” (Nauze-Fichet e Tomasini, 2002: 21).

As abordagens<sup>15</sup> a esta problemática podem ser de carácter normativo (análise do conteúdo da formação que é, *a priori*, necessário para ocupar aquela posição), estatístico (se o diploma é um investimento em capital humano, a remuneração é uma forma de retorno; assim, o nível de emprego é visto a partir da remuneração associada) ou subjetivo (perceção própria das pessoas relativamente ao seu trabalho). Optámos pela última abordagem.

Assim, 43,9% dos diplomados afirmou que as habilitações mínimas exigidas nos empregos exercidos era a licenciatura. Paralelamente, existe, ao nível dos conteúdos, uma ligação entre formação académica e trabalho, que, contudo, não tem correspondência quando o que está em causa são as condições de exercício dos mesmos, nomeadamente ao nível das remunerações auferidas.

---

<sup>15</sup> Segundo Fondeur e Minni (2004), os trabalhos empíricos que analisam a relação formação e emprego distinguem três definições: a normativa (relação formação - emprego normal), a estatística (relação formação-emprego observada) e a subjetiva (perceção dos indivíduos sobre a sua situação). Esta problemática assenta no modelo de concorrência de emprego, Fondeur (1999, in: Lefresne, 2003) afirma que existem três métodos para medir este fenómeno: método adequacionista (relação formação/emprego é normal quando o trabalho coincide com a formação); método estatístico (relação formação/emprego é normal quando se estabelece uma tabela de correspondência diploma/profissão em função de cada profissão/nível de diploma) e o método subjectivo (relação formação/emprego é normal se o indivíduo a considera como tal).

Esta situação é corroborada com a análise dos níveis de satisfação no trabalho. Assim, os diplomados que exercem um emprego regular apresentam níveis de insatisfação/resignação em aspetos como: salários, possibilidade de evolução na carreira, aproveitamento das capacidades profissionais e ambiente de trabalho. Contudo, na generalidade, os inquiridos evidenciam posições de satisfação intermédias nomeadamente no que respeita à localização da entidade empregadora, funções e tarefas exercidas, bem como o futuro da empresa, permitindo-nos concluir que a obtenção diploma de ensino superior não alterou significativamente a situação laboral dos trabalhadores estudantes.

**Quadro 4**  
**Níveis de satisfação face ao trabalho dos diplomados**

	Média	Desvio Padrão
Recursos e condições de trabalho	2,75	1,23
Salário	3,07	1,38
Horário de trabalho	2,98	1,34
Contrato	2,86	1,29
Localização	2,61	1,17
Funções	2,66	1,19
Tarefas	2,75	1,23
Posição hierárquica	2,82	1,27
Responsabilidade	2,89	1,30
Possibilidade de evolução na carreira	3,00	1,35
Autonomia	2,86	1,29
Aproveitamento das capacidades profissionais	3,05	1,37
Aproveitamento das capacidades pessoais	2,93	1,32
Reconhecimento no trabalho	2,86	1,29
Ambiente de trabalho	3,07	1,38
Nível tecnológico da empresa/organismo empregador	2,82	1,27
Futuro da Empresa	2,70	1,21
Formação profissional recebida	2,95	1,33
Aproveitamento das qualificações	2,89	1,30
<i>n</i>		54

Legenda: (1 - Muito satisfeito; 2 - Razoavelmente satisfeito; 3 - Nem satisfeito nem insatisfeito; 4 Razoavelmente insatisfeito 5 - Muito insatisfeito)

Quanto aos estudantes a tempo inteiro, 72,4%, à data e aplicação do inquérito por questionário, continuavam à procura do seu primeiro emprego regular e conseqüentemente em desemprego de inserção, o que corrobora a dificuldade crescente dos mais jovens, mesmo os mais qualificados, em aceder ao mundo do trabalho. Esta percentagem não deixa de se relevar

surpreendentemente elevada evidenciando a crescente dificuldade no acesso ao primeiro emprego pelos jovens diplomados do ensino superior em Portugal.

## ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO E EMPREENDEDORISMO: O CASO DO POLIEMPREENDE

Importa analisar, seguidamente, os contornos e dificuldades de implementação dos projetos, as motivações de participação e sua importância nos percursos profissionais e na manutenção da ligação com a instituição de ensino superior frequentada.

**Quadro 5**  
**Dificuldades de implementação do projeto dos diplomados**  
**segundo a sua situação socioprofissional atual (%)**

		1	2	3	4	5	6	7	Total
Causas de não aplicação do projeto	Ausência de recursos financeiros	0	0	80	25	100	20	25	34,6
	Acesso restrito ao crédito	0	0	0	37,5	0	40	0	19,2
	Pouca recetividade empresarial	100	100	0	0	0	0	25	15,4
	Competitividade do mercado	0	0	20	25	0	0	0	11,5
	Falta de apoio do Politécnico	0	0	0	12,5	0	0	25	7,7
	Falta de apoio público de financiamento	0	0	0	0	0	20	0	3,8
	Legislação	0	0	0	0	0	0	25	3,8
	Já possuía emprego	0	0	0	0	0	20	0	3,8
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Obstáculos de implementação	Dificuldades de financiamento	25	0	37,5	23,1	66,7	71,4	25	37,5
	Risco financeiro (perder dinheiro)	75	100	0	30,8	0	28,6	25	27,5
	Situação económica e política	0	0	35	7,7	0	0	25	10
	Falta de capacidade empresarial	0	0	0	15,4	0	0	25	7,5
	Falta de conhecimento do negócio e dos clientes	0	0	25	0	0	0	0	5
	Carga fiscal	0	0	12,5	7,7	0	0	0	5
	Falta da ideia certa de negócio	0	0	0	7,7	33,3	0	0	5
	Outra	0	0	0	7,7	0	0	0	2,5
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100

*n*

54

Legenda: 1- Possui um novo emprego; 2- Encontro-me desempregado e não exerci qualquer tipo de emprego regular após o desempenhado no último ano do curso; 3 - Procuo primeiro emprego regular; 4 Situação profissional inalterada (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho); 5- Mantive o emprego detido, mas alterei situação profissional (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho); 6- Encontro-me desempregado; 7- Exerço o primeiro emprego regular.

Na análise do quadro 6, verifica-se que 34,6% indicam que se deve à falta de recursos financeiros, o acesso restrito ao crédito (19,2%) ou à pouca receptividade empresarial (15,4%). Esta tendência é reforçada quando os diplomados são questionados sobre os obstáculos de implementação dos projetos.

**Quadro 6**  
**Motivações de participação dos diplomados**  
**segundo a situação profissional atual**

		1	2	3	4	5	6	7	Total
Motivações de participação	Desenvolvimento Profissional	25,0	0	12,5	30,8	0	14,3	50,0	22,5
	Autonomia profissional	25,0	0	12,5	23,1	33,3	14,3	0	17,5
	Realizar um sonho profissional	50	0	25	15,4	0	0	0	15,0
	Ganhar dinheiro	0	0	12,5	7,7	0	0	50	10,0
	Criar próprio emprego	0	0	0	7,7	33,3	28,6	0	10,0
	Ambição/poder	0	100	12,5	0	0	14,3	0	7,5
	Independência pessoal	0	0	12,5	7,7	0	0	0	5,0
	Criar algo	0	0	0	7,7	0	14,3	0	5,0
	Reconhecimento Social	0	0	12,5	0	0	14,3	0	5,0
	Obter estatuto e prestígio social	0	0	0	0	33,3	0	0	2,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Importância da participação no percurso profissional	Muito importante	33,3	100	25	30,8	33,3	16,7	75	34,2
	Importante	66,7	0	75	30,8	0	66,7	25	44,7
	Nada importante	0	0	0	7,7	0	0	0	2,6
	Não responde	0	0	0	30,8	66,7	16,7	0	18,4
		Total	100	100	100	100	100	100	100
Ligação com o Politécnico	Sim	50,0	0	12,5	23,1	66,7	57,1	0	30
	Não	50,0	100	87,5	76,9	33,3	42,9	100	70
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tipo de ligação	Continua a estudar	50	0	0	0	100	100	0	58,3
	Projetos de Investigação e Desenvolvimento	50	100	0	33,3	0	0	0	25
	Recrutamento	0	0	0	33,3	0	0	0	8,3
	Recurso a prestação de serviços	0	0	0	33,3	0	0	0	8,3
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*n*

54

Legenda: 1- Possui um novo emprego; 2- Encontro-me desempregado e não exerci qualquer tipo de emprego regular após o desempenhado no último ano do curso; 3 - Procuo primeiro emprego regular; 4- Mantive o emprego detido e a situação profissional (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho); 5- Situação profissional inalterada (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho); 6- Encontro-me desempregado; 7- Exerço o primeiro emprego regular.

Assim, verifica-se que 37,5% indicam as dificuldades de financiamento (saliente-se que destes, 71% encontram-se desempregados), 27,5% referem-se ao risco financeiro inerente (destes, 75% afirmam possuírem novo emprego, sendo que mais de 80% se situam entre os 26-40 anos) e 10% à situação económica e política. Podemos, desta forma, concluir que são os fatores de carácter económico os principais limitadores indicados pelos inquiridos para justificar a não aplicação dos projetos, situação reforçada pela análise do contexto socioprofissional dos diplomados.

Quanto às motivações de participação, 22,5% referem-se ao desenvolvimento profissional (50% exercem o primeiro emprego, 39,1% são mulheres e 40% encontram-se entre os 41 e os 50 anos), 17,5% à autonomia profissional (23,1% mantiveram o emprego e a situação profissional detida ainda durante o curso e 33,3% mantiveram emprego mas alteraram situação profissional). Relativamente às motivações de participação neste programa são, sobretudo, questões como a autonomia profissional, a realização e desenvolvimento profissional e pessoal as mais referidas, o que confirma que o intuito de participação, por parte dos diplomados, é, sobretudo, de índole profissional.

No que respeita à importância que atribuem à participação neste programa no seu percurso profissional, 34,5% dos diplomados afirmam que foi muito importante (saliente-se que, destes, 75% exercem o primeiro emprego), 44,7% indicam ter sido importante (destes, 66,7% estão desempregados e 66,7% encontram-se à procura do primeiro emprego).

Podemos afirmar que a participação no Poliemprende não teve, até ao momento, uma influência evidente nas trajetórias profissionais dos diplomados, isto porque nenhum projeto foi aplicado, assiste-se a uma elevada percentagem de desemprego de inserção e a uma situação profissional precária de alguns dos diplomados, bem como a um imobilismo profissional dos trabalhadores estudantes após a obtenção do diploma. Assim, no que respeita a esta amostra, verifica-se que a participação neste programa não influenciou, de uma forma direta, o movimento de transição para o trabalho dos diplomados ou, indiretamente, a situação laboral já detida pelos que desempenhavam uma atividade profissional regular e a tempo inteiro, antes de terminarem o seu curso superior.

Paralelamente e no que respeita à ligação dos diplomados com o Politécnico, 30% afirmam que mantêm esta ligação, sendo que, destes, 57,1% estão desempregados, verificando-se que é sobretudo ao nível da continuidade das trajetórias académicas e frequência de outros graus de ensino (mestrados), que os diplomados assumem manter esta ligação. Esta situação comprova uma continuidade no investimento na educação, que poderá ser o reflexo, sobretudo, das contingências vividas, do mercado de trabalho e da inflação dos diplomas, enquadrando-se conceptualmente no que Pais (2005) apelida de “parque de estacionamento”, quando se refere ao novo papel do sistema de ensino superior.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Face o contexto económico e social atual, jovens e instituições de ensino superior enfrentam novos desafios face ao fenómeno do (des)emprego em Portugal. Consequentemente, a importância e o papel do empreendedorismo no ensino superior intensificam-se. Programas como o Poliemprende possuem, atualmente, particular pertinência, não só para reafirmar a pertinência desta temática, mas, sobretudo, para enquadrar estas novas políticas nos desafios futuros do ensino superior politécnico em Portugal. Os desafios face ao emprego transformaram-se numa das maiores preocupações dos mais diversos intervenientes da sociedade. O surgimento e proliferação de programas de apoio ao empreendedorismo, no ensino superior, constituem, atualmente, uma das estratégias adotadas, como forma de promoção do emprego.

Este movimento materializa uma necessidade crescente e evidente de melhorar a interligação entre ensino superior e mercado de trabalho e potenciar parcerias assentes na transferência de saberes, competências e tecnologia. Só assim o ensino superior poderá responder às novas exigências colocadas pelos novos contornos de emprego e pela reestruturação inerente à aplicação do processo de Bolonha em Portugal. Neste processo, o ensino politécnico possui particular responsabilidade, por um lado, por razões históricas e de conceção (Arroteia, 2002) e, por outro lado, porque enfrenta, na primeira década do século XXI, novos desafios, alicerçados nos atuais contornos demográficos do país e no

consequente aumento da competitividade, no ensino superior, a nível nacional e internacional.

A contextualização sociogeográfica desta amostra revela-se, neste contexto, particularmente pertinente, enquadrando-se no já verificado em anteriores análises (Sousa, 2003; 2010), que os jovens, no acesso ao ensino superior, continuam a evidenciar uma procura regional de educação e, que, consequentemente após a conclusão das licenciaturas, denotam uma preferência para uma fixação profissional nas suas áreas de residência. Esta situação poderá ser reflexo do contexto económico e social dos alunos, já que muitos dos diplomados inquiridos pertence a uma classe de origem com baixos recursos socioeconómicos.

Assim, a procura regional da educação superior, nomeadamente o acesso e frequência dos politécnicos, reflete, ainda hoje, persistentes dicotomias nacionais e regionais, materializadas numa evidente diferenciação institucional, dentro do sistema de ensino superior binário (Arroteia, 2002; Teixeira, 2000; Alves, 2007). Quando se analisam os contextos sociais de origem dos alunos dos politécnicos e se recorda que este subsistema procurou materializar uma efetiva democratização do ensino superior, assente na diversificação e dispersão geográfica da oferta formativa a nível nacional (Simão e Costa, 2000), verificamos que esse objetivo se encontra, ainda hoje, inacabado, ganhando, no atual contexto económico e social, uma nova pertinência.

No que respeita à avaliação da formação superior obtida, os inquiridos referem que o ensino politécnico não privilegia, durante os cursos, de uma forma direta e curricular, o empreendedorismo. Esta situação é evidente quando os mesmos referem a pouca formação/apoio facultado, mesmo aos mais empreendedores, na criação de empresas, isto no âmbito de um ensino tendencialmente profissionalizante. Contudo, esta questão tem que ser enquadrada tendo presente a heterogeneidade de cursos superiores representados nesta análise; a título de exemplo, verifica-se uma grande discrepância na inclusão de estágios curriculares nas respetivas estruturas curriculares, durante o funcionamento dos diversos cursos dos primeiros ciclos aqui representados.

A necessidade da existência de um mecanismo formal e integrante estruturalmente do programa Poliemprende, que pudesse funcionar como canal de apoio direto à aplicação dos projetos, torna-se assim evidente, sobretudo se tivermos em consideração que as razões/obstáculos mais apontadas pelos diplomados para a não aplicação do projeto são de índole económica. Esta questão ganha novas dimensões quando se constata que as

principais motivações de participação neste programa referidas são de índole profissional, conseqüentemente, a não aplicação dos projetos limita significativamente este processo e os objetivos do mesmo, quer como forma de promover o processo de transição para o trabalho e/ou respetivo percurso profissional já instituído.

Porém, e apesar deste contexto, os inquiridos assumem que a participação se revelou importante para o seu percurso profissional, apesar de ser sobretudo na sua vertente simbólica, já que do ponto de vista prático verificou-se que, atendendo a situação profissional vivida, os diplomados evidenciam trajetórias profissionais de imobilismo profissional (no caso dos trabalhadores-estudantes) e profundas dificuldades no processo de transição para o trabalho (no caso dos estudantes a tempo inteiro).

Paralelamente observa-se uma ténue ligação dos mesmos com as instituições de ensino superior frequentadas, alicerçada, sobretudo, numa continuidade das trajetórias académicas. Mais uma vez se poderá equacionar se o programa Poliempree de deveria ou não incluir formalmente um período de aplicação estruturada dos projetos, de forma a maximizar todo este processo, e potenciar, paralelamente, o (re)investimento académico dos seus (ex)alunos.

Tendo presente o facto da não aplicação dos projetos participantes/vencedores e esta situação de imobilismo/precariedade laboral dos diplomados, podemos concluir que, até ao momento, a participação neste programa não constituiu, para estes, um elemento influenciador do processo de transição para o trabalho ou um apoio direto à criação do próprio emprego e conseqüentemente não atenuou as persistentes dicotomias sociais e económicas a nível nacional e regional, materializadas numa evidente diferenciação institucional, dentro do sistema de ensino superior binário.

Assim, a participação neste programa não influenciou, até ao momento e *per si*, a ligação entre ensino superior politécnico/diplomados/emprego, não se afirmando como um elemento central no processo de transição dos diplomados para o trabalho, mais especificamente na criação do próprio emprego. Paralelamente, não existe um efetivo trabalho em rede/parceria entre os diferentes politécnicos, sendo que os mesmos apresentam diferentes níveis de participação, que foi perceptível na separação simbólica e efetiva da vertente regional e nacional do concurso e na participação neste processo analítico.



## Bibliografia

- AMARAL, A; TEIXEIRA P. (2000), “The rise and fall of the private sector in Portuguese higher education”, in *Higher Education Policy*, 13, pp 245-266.
- ARROTEIA, J. C. (2002), *O Ensino Superior Politécnico em Portugal*, Aveiro, UA.
- BALSA, C. et al (2001), *Perfil dos estudantes do ensino superior - Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Colibri/CEOS.
- BARBIER, J. C. (1997), *Les Politiques de l'emploi en Europe*, Paris, Flammarion.
- BARRETO, A. (1996), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, ICS.
- BECK, U; GIDDENS, A.; LASH, S. (1994), *Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Stanford, Stanford University.
- BÉDUWÉ, C, GIRET, J. F. (2004), “Le travail en cours d'études a-t-il une valeur professionnelle?”, in *Économie et Statistique*, 378-379, pp 55-79.
- CABRITO, B. G. (1997), “A equidade no sistema universitário português, da universalidade do discurso à contradição das práticas”, in *Análise Psicológica*, XV (1), pp 33-45.
- C.N.E. (1990), *Pareceres e Recomendações*, 88-89, Lisboa, Conselho Nacional de Educação.
- COSTA, A. F.; MACHADO, F. L.; ALMEIDA, J. F. (2007), “Classes sociais e recursos educativos, uma análise transnacional”, in Costa; Machado; Ávila, *Portugal no Contexto Europeu. Sociedade e Conhecimento*, Lisboa, Celta, pp 5-20.
- CRUZ, M.; CRUZEIRO, M. (1995), *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal – Situação e problemas de acesso*, Lisboa, ME.
- DAVIES, B; GOTTSCHHE M; BANSEL P. (2006), “The rise and fall of the Neo-liberal University”, in *European Journal of Education*, Vol. 41 (2), pp 305-319.
- DUBAR, C. (2001), “La construction sociale de l'insertion professionnelle”, in *Education et Sociétés*, Vol. 7 (1), pp 23-36.
- FONDEUR. Y, MINNI, C. (2004), “L'emploi des jeunes au coeur des dynamiques du marché du travail”, in *Économie et Statistique*, 378-379, pp 85-102.
- GALLAND, O. (1991), *Sociologie de la Jeunesse. L'entrée dans la vie*, Paris, Armand Colin.
- GALLAND, O. (1995b), “Une entrée de plus en plus tardive dans la vie adulte”, in *Économie et Statistique*, 283-284, pp. 32-52
- GANGL, M. (2002), “Changing labour markets and early career outcomes, labour market entry in Europe over the past decade”, in *Work, Employment and Society*, Vol. 16 (1), pp 67-90.
- GHIGLIONE, R; MATALON, B. (1993), *O Inquérito – Teoria e Prática*, Lisboa, Celta.
- GIRET, J. F. (2000), *Pour une économie de l'insertion professionnelle des jeunes*, Paris, CNRS Éditions.
- IANNELLI C; SORO-BONMATÍ, A. (2006), “Transition Pathways in Italy and Spain, Different Patterns, Similar Vulnerability?”, in Muller; Gangl (2006), *Transitions from Education to Work in Europe - The Integration of Youth into EU Labour Markets*, Oxford, Oxford University Press, pp. 212-250.

SOUSA, Luís Nuno (2017), “Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 75-99.

- LAHIRE, Bernard (2005), “Patrimónios Individuais de Disposições - Para uma sociologia à escala individual”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp 11-42.
- LEFRESNE, Florence (2003), *Les jeunes et l'emploi*, Paris, La Découverte.
- MACHADO, Fernando *et al* (2003), “Classes sociais e estudantes universitários, origens, oportunidades, e orientações”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp 45-80.
- MARTÍNEZ, D; MORA, J; VILA, L. (2007), “Entrepreneurs, the Self-employed and Employees amongst Young European Higher Education Graduates”, in *European Journal of Education*, Vol. 42 (1), pp 99-117.
- MCDANIEL, S. A. (2006), “Self-Employment, How Individual Choices Interact with Market Economies”, in *International Sociology*, 21, pp 796-805.
- MOZZICAFREDDO, J. (1992), “O estado-providência em Portugal, estratégias contraditórias”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp 57-89.
- MÜLLER; GANGL (2006), *Transitions from Education to Work in Europe – The Integration of Youth into EU Labour Markets*, Oxford, Oxford University Press.
- NAUZE-FICHET, E; TOMASINI, M. (2002), “Diplôme et insertion sur le marché du travail, approches socioprofessionnelle et salariale”, in *Économie et Statistique*, 354, pp 21- 43.
- NAUZE-FICHET, E; TOMASINI, M. (2005), “Parcours des jeunes à la sortie du système éducatif et déclassement salarial”, in *Économie et Statistique*, 388-389, pp 57-83.
- OCDE (2007), *Education at a Glance - OCDE Indicators*, Paris, OECD Publications.
- OLIVEIRA, Luísa (2008), *Sociologia da Inovação - A Construção Social das Técnicas e dos Mercados*, Lisboa, Celta Editora.
- PAIS, João Machado (2005), *Ganchos, tachos e biscates*, Lisboa, Ambar.
- PARREIRA; PEREIRA; VIEIRA E BRITO (2011), *Empreendedorismo e Motivações Empresariais no Ensino Superior*, Lisboa, Sílabo.
- PURCELL, K; WILTON, N; ELIAS, P. (2007), “Hard Lessons for Lifelong Learners? Age and Experience in the Graduate Labour Market”, in *Higher Education Quarterly*, Vol. 61 (1), pp 57-82.
- ROSE, José. (1998), *Les jeunes face à l'emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- SIMÃO, José Veiga; COSTA, António de Almeida (2000), *O Ensino Politécnico em Portugal*, Braga, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.
- SOUSA, Luís (2003), *Transição ao trabalho, interioridades, desafios ou descontinuidades - O Caso do curso de Comunicação Social da ESEV*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE.
- SOUSA, Luís (2011), *Diplomas e (Des)Emprego - um estudo de caso*. Dissertação de Doutoramento, Porto, FLUP.
- TCHIBOZO, G. (2007), “Extra-Curricular Activity and the Transition from Higher Education to Work, A Survey of Graduates in the United Kingdom”, in *Higher Education Quarterly*, Vol. 61 (1), pp 37-56.
- TEICHLER, Ulrich (2005), *Graduados y empleo, investigación, metodología y resultados – Los casos de Europa, Japón, Argentina e Uruguay*, Buenos Aires, Niño y Dávila Editores.

SOUSA, Luís Nuno (2017), “Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 75-99.

WALTHER *et al* (2002), *Misleading Trajectories – Integration Policies for Young Adults in Europe?*, Opladen, Leske Budrich.

VILLENEUVE-GOKALP, C. (1997), “Le départ de chez les parents, définitions d’un processus complexe”, in *Économie et Statistique*, 304-305, pp 149-162.

VILLENEUVE-GOKALP, C. (2000), “Les jeunes partent toujours au même âge de chez leurs parents”, in *Économie et Statistique*, 337-338, pp 61-80.

**Luís Nuno Sousa:** Professor-adjunto na Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Viseu (Viseu, Portugal). Desde 2006 investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal) desde 2009 do Centro de estudos em Educação, Tecnologia e Saúde do Instituto Politécnico de Viseu (Viseu, Portugal). Endereço de correspondência: rua Dr. Maximiano Aragão 41, 3500-155 Viseu, Portugal. E-mail: [luissousa@esev.ipv.pt](mailto:luissousa@esev.ipv.pt)

Artigo recebido em 15 de novembro de 2016. Publicação aprovada em 22 de abril de 2017.

## **“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social**

**Naldeir dos Santos Vieira**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**Cristina Parente**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

**Allan Claudius Queiroz Barbosa**

Universidade Federal de Minas Gerais

### **Resumo**

Propõe-se uma discussão conceitual das abordagens sobre o “terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária” e da contribuição das suas organizações, projetos e atividades para o desenvolvimento de inovações sociais. Demonstra-se que, apesar das diferenciações, os três conceitos remetem para domínios que são caracterizados na atualidade pelo desenvolvimento de inovações sociais por serem espaços de articulações onde se busca a implementação de projetos e práticas orientados para a resolução de problemas sociais e coletivos complexos, que não encontram resposta pelo mercado e pelo Estado.

Palavras chave: inovação social; terceiro setor; economia social; economia solidária.

*"Third sector", "social economy" and "solidarity economy": labs by excellence of social innovation*

### **Abstract**

Proposes a conceptual discussion of the approaches on the "third sector", "social economy" and "solidarity economy" and the contribution of their organizations, projects and activities for the development of social innovations. Demonstrates that, despite the differences, the three concepts refer to domains that are actually characterized by the development of social innovations to be communication spaces where one seeks the implementation of projects and practices geared to solving complex social and collective problems, who do not find response by the market and the State.

Keywords: social innovation; third sector; social economy; solidarity economy.

VIEIRA, Naldeir dos Santos; PARENTE, Cristina; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz (2017), “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 100-121.

*"Troisième secteur", "économie sociale" et "économie solidaire": les laboratoires par excellence de l'innovation sociale*

### **Résumé**

L'article propose une discussion conceptuelle des approches du « troisième secteur », de « l'économie sociale » et « l'économie solidaire » ainsi que de la contribution de ces types d'organisations et de leurs activités au développement d'innovations sociales. Il est montré que, malgré les différences, les trois concepts nous remettent à des domaines empiriques qui se caractérisent aujourd'hui par le développement d'innovations sociales, dans la mesure où ils constituent des espaces d'articulation qui mettent en œuvre des projets et des pratiques qui visent la solution de problèmes sociaux et collectifs complexes, qui ne trouvent pas de réponse dans le fonctionnement du marché ou des politiques publiques. Mots-clés: innovation sociale; troisième secteur; économie sociale; économie solidaire.

*"Tercer Sector", "economía social" y "economía solidaria": laboratorios por excelencia de innovación social*

### **Resumen**

El artículo propone una discusión conceptual de los enfoques para el "tercer sector", "economía social" y "economía solidaria" y la contribución de sus organizaciones y actividades para desarrollar innovaciones sociales. Se demuestra que a pesar de las diferencias, los tres conceptos se refieren a campos empíricos, que se caracterizan actualmente por el desarrollo de innovaciones sociales porque son espacios de articulaciones donde implementan proyectos y prácticas orientadas a la resolución de problemas sociales y colectivos complejos, que no encuentran respuesta por parte del mercado y por parte del Estado.

**Palabras clave:** innovación social; tercer sector; economía social; economía solidaria.

### **Introdução**

Diante de necessidades sociais não atendidas a nível global, a bandeira do desenvolvimento passou a ser amplamente defendida por uma diversidade de instituições e atores sociais e abordada sob diferentes perspetivas económica, social, ambiental e política. Porém, as ações desenvolvimentistas ora implementadas não foram suficientes para que antigos problemas sociais fossem resolvidos, quando considerada a garantia de quantidade e qualidade de vida das populações. Além disso, muitas ações refletiram-se diretamente na ampliação das desigualdades sociais e na degradação ambiental (Dowbor, 2007).

Problemas apontados por Moulaert, MacCallum e Hillier (2013), como pobreza, conflitos, prisão política, poluição, analfabetismo, opressão económica, racismo, diferenças entre classes sociais, discriminação de género e alterações climáticas surgem a todo o momento, apesar das formas tradicionais de inovação. Face à complexidade dos problemas apontados,

intensificou-se o debate sobre a necessidade de se rever o modelo de desenvolvimento. O lócus deste debate extrapola as fronteiras das organizações privadas e do Estado, ganhando intensidade na esfera pública, no sentido dado por Habermas (1984), palco para ações de natureza propositiva e/ou reivindicatória, surgindo naquele espaço as Organizações Não Governamentais (ONG), de natureza privada, que desenvolvem atividades pautadas pela defesa de interesses coletivos. São estas organizações que, entre outras, passam a ser chamadas de organizações sociais - as quais estão na origem do conceito de economia solidária na América Latina. Remetem para o setor não lucrativo norte-americano ou para a economia social na Europa Continental, ou ainda para terceiro setor em ambos os continentes (europeu e americano), por não objetivarem a maximização de lucros sobre o capital investido, mas a defesa de interesses coletivos e a inclusão de sujeitos vulneráveis envolvidos por problemas sociais complexos.

Tais organizações passam a ser consideradas um importante “laboratório” para o desenvolvimento de inovações sociais. Por influência da abordagem transdisciplinar resultante de filiação dos autores na gestão e na sociologia, as inovações sociais são compreendidas neste trabalho como todos os novos processos, intervenções e abordagens, ou ainda todos os novos produtos e serviços desenvolvidos para melhorar uma situação ou solucionar um problema social que se estabeleceu no nível das organizações e das comunidades (CST, 2000). Dentre as potencialidades das inovações sociais está a sua articulação com o desenvolvimento sustentável, com forte impacto social, por relacionarem satisfação de necessidades básicas, melhoria da qualidade do meio-ambiente, inovação nas relações sociais, governança, empoderamento e justiça social (Mehmood e Parra, 2013).

Apesar do avanço nos estudos sobre as inovações sociais (nomeadamente do *CRISES* no Canadá e da *Young Foundation* e *NESTA* na Inglaterra), enquanto processos permanecem pouco estudados, principalmente quando comparados ao quantitativo de estudos sobre os processos de inovação em negócios. Na visão de Mulgan (2006), a ausência de uma análise sustentada e sistemática está a atrasar as práticas da inovação social. O pouco conhecimento é um dos factores que dificulta a visualização das principais lacunas na provisão de financiamento e consultoria de suporte. Ademais, a lacuna no conhecimento sobre os padrões comuns torna mais difícil para os próprios inovadores serem eficazes na implementação de ideias sustentáveis.

Ao considerar-se o estudo da inovação social no domínio das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (OSC), como problemática inicial apresenta-se a sua amplitude e diversidade, sendo as OSC observadas sob diferentes perspetivas, resultando numa multiplicidade de abordagens e em diferentes escolas de pensamento que buscam compreender a dinâmica destas organizações.

Procuramos, neste artigo, articular o debate sobre a delimitação dos construtos “terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”, por meio dos estudos dos principais pesquisadores da área e analisar como as organizações, projetos e atividades destes domínios podem estar vinculados ao desenvolvimento de inovações sociais. Com a incorporação do construto “inovação social”, este trabalho avança no debate apresentado por França-Filho (2002) e Lechat (2002) sobre as diferenças entre terceiro setor, economia social e economia solidária, ao questionar a articulação com uma nova categoria de análise.

## **1. O conceito de “terceiro setor” nos contextos norte-americano e europeu**

O debate sobre o chamado terceiro setor tem a sua génese nas ações assistenciais, como as desenvolvidas pelas Santas Casas de Misericórdia e por outras instituições criadas pelas igrejas e por várias OSC com finalidade pública. Foi a partir de mudanças estruturais que resultaram na ampliação das desigualdades sociais que o protagonismo dos movimentos sociais ganhou notoriedade (Manãs e Medeiros, 2012). Nos EUA, tal protagonismo tomou impulso nos anos de 1970 e acelerou-se na década seguinte, face ao crescimento do número de organizações voluntárias, o que desencadeou o interesse pela investigação das causas inerente à sua expansão, na tentativa de explicar as variações em seu número e porte em diferentes países (Kim, 2011). Assim, as análises sobre o terceiro setor foram fortemente influenciadas pelos “estudos sobre o setor voluntário da economia estadunidense como provedor de bens e serviços em situações inadequadas para uma coordenação pelo mercado” (Sobottka, 2002: 87).

Essa perspetiva internacionalizou-se nos anos de 1990, por meio do *The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, da *The John Hopkins University*. Com a crescente importância das organizações de carácter associativo e não lucrativo em áreas como Educação, Saúde, Serviços Sociais, Culturais e Recreativos, o *projeto da John Hopkins* surge numa versão tida como funcionalista, inspirada numa perspetiva económica do papel destas organizações nas sociedades atuais. Aplicado em vários países, possibilitou as primeiras comparações internacionais. Como contribuição, estes estudos permitiram maior visibilidade do setor em termos “económicos e políticos, na medida em que possibilitaram a quantificação do número de trabalhadores (remunerados ou voluntários), horas de trabalho, receitas e peso das diversas fontes de financiamento (governo, filantropia, vendas)” (Parente e Quintão, 2014: 15).

Porém, por mais que a expressão de terceiro setor seja herdeira de uma tradição anglo-saxónica fortemente ancorada na ideia de filantropia (França-Filho, 2002) e de ter sido cunhada

por Etzioni e Levitt (1973 *apud* Ferreira, 2009: 323) “para descrever iniciativas, entre o público e o privado, desde as organizações de caridade e associações populares até aos sindicatos e às organizações dos novos movimentos sociais”, a divisão da ordem social em três partes, na visão de Sobottka (2002), é uma tradição europeia antiga, que pode ser identificada na filosofia grega e na filosofia moral escocesa de Adam Smith, em Marx, Durkheim e Mauss, entre outros. A designação de terceiro setor na Europa surge também na década de 1970, como uma via alternativa para a teoria social de raiz marxista, permitindo-lhe conceber um projeto que não se reduz aos cenários do neoliberalismo e do estatismo social (Lopes, Parente e Marcos, 2014). Ainda que usada principalmente no mundo anglófono, a expressão também é adotada na Europa Continental e em outras partes do mundo como sinónimo de economia social (Campos e Ávila, 2012). Se, por um lado, o terceiro setor pode ser visto como resultante da redução da intervenção direta do Estado, por outro, a sua abordagem reflete o novo impulso nas atividades de missão social e de maior protagonismo da sociedade civil, que surge com um novo potencial promissor de resposta às necessidades sociais, no contexto da crise de regulação do final do século XX (Parente e Quintão, 2014). Deste modo, o conceito de terceiro setor tornou-se um ponto de encontro de diferentes conceitos, fundamentalmente, do conceito de setor sem fins lucrativos norte-americano e de economia social europeia, que, apesar de descreverem esferas com grandes áreas de sobreposição, não são exatamente coincidentes (Campos e Ávila, 2012).

Grande parte das abordagens sobre o terceiro setor segue a orientação norte-americana do setor não lucrativo (*non-profit sector*) e a delimitação apresentada por Salamon e Anheier (1992), que considera que são cinco as características essenciais das organizações deste campo (organizações formais, privadas, independentes, não distribuidoras de lucros e com certo nível de participação voluntária). Para Fernandes (1994), esta definição torna-se limitada para pensar a realidade latino-americana pela heterogeneidade que caracteriza a sua configuração, com destaque para a desconsideração do critério de informalidade que exclui uma diversidade de iniciativas não governamentais e não mercantis que desempenham um papel fundamental para amplas fatias da população que assim evitam a exclusão económica e social. O conceito de economia solidária afirma-se pela integração deste tipo de iniciativas de cariz individual, familiar e/ou comunitário orientados para a criação de rendimento económico, ausente de apropriação de forma privada e lucrativa.

Sobottka (2002) argumenta que, por ter um carácter residual, ao agrupar todas as organizações não mercantis que não estão sob o guarda-chuva do Estado, a expressão terceiro setor abarca uma infinidade de organizações heterogéneas, sendo esta uma limitação para que se defina o seu objeto de análise. Este é um dos motivos apontados por Kim (2011) para o facto de mesmo diante dos grandes esforços de pesquisa, os cientistas sociais não terem sido bem



sucedidos em obter maior conhecimento sobre as explicações causais do terceiro setor. Falta consenso sobre o tipo de organizações que deve ser considerado no seu seio, sendo as cooperativas umas das figuras mais contundentes. Assim, o tamanho do setor tem variado dependendo do tipo e do número de indicadores utilizados. Outro obstáculo é a falta de dados históricos comparáveis que permitam a pesquisa quantitativa ou qualitativa rigorosa, de modo a garantir comparabilidade.

Campos e Ávila (2012) observam que a essência da abordagem sobre o terceiro setor abrange apenas organizações privadas que não distribuem excedentes aos seus fundadores, membros ou financiadores. Tal orientação tem raízes históricas ligadas à ideia de filantropia e de caridade da Grã-Bretanha do século XIX e países por ela influenciados. Estas raízes deram origem a termos como *setor de caridade* e *setor do voluntariado*, que estão incluídos no conceito mais amplo do setor sem fins lucrativos. Além disso, os antecedentes citados resultam na exclusão das cooperativas, mutualidades ou das empresas sociais, por não serem consideradas sem fins lucrativos.

Investigadores europeus têm criticado a exclusão destas organizações como campo de pesquisa por considerarem que ficam negligenciados e excluídos tipos historicamente importantes de organizações sociais, como as cooperativas e as mutualidades focadas no benefício de seus membros (Kim, 2011). Campos e Ávila (2012) apontam uma importante corrente que na economia social considera as cooperativas e sociedades mútuas como sem fins lucrativos, por aplicar limites restritivos aos montantes de distribuição entre os seus membros e por prestar serviços aos seus membros sem objetivo de auferir lucro por meio deles. Como detalha Cançado, Souza, Carvalho e Iwamoto (2013), os resultados auferidos pelos atos cooperativos e redistribuídos após a aprovação do balanço financeiro não podem ser chamados de lucro, mas de sobra<sup>1</sup>, uma vez que não se trata de retorno sobre o capital investido, mas da devolução da contribuição dada antecipadamente para cobrir os custos e despesas operacionais e administrativas do empreendimento. Além disso, no caso de liquidação da organização, não recebem qualquer lucro referente às suas contribuições para o capital social. São reembolsados apenas pelo seu valor nominal, embora possivelmente atualizado para manter o seu valor e correlato poder de compra. Deste modo, a abordagem da economia social considera que as cooperativas e as mutualidades são corpos sem fins lucrativos, ou seja, eles são criadas para resolver necessidades e oferecer serviços a indivíduos ou famílias, em vez de remunerar os proprietários ou investidores.

---

<sup>1</sup> Maiores detalhes sobre as diferenças entre lucros e sobras (excedentes) podem ser obtidos em Chaves e Monzón (2001 apud Campos e Ávila, 2012) e em Cançado *et al.* (2013).

No entanto, diante das divergências sobre a natureza (não) lucrativa das organizações citadas, estas ora são incluídas, ora excluídas pela definição de terceiro setor. Este facto levou militantes e académicos europeus a adotarem um conceito mais adequado à realidade europeia - a economia social - que abarca as atividades desenvolvidas pelas cooperativas, associações e mutualidades, e ainda, na proposta desenvolvida no âmbito da *European Research Network* (EMES), as empresas sociais.

Outra contestação à expressão terceiro setor prende-se com a sua origem anglosaxónica, onde a solidariedade é pensada, sobretudo, em termos de filantropia. A crítica resulta do facto da filantropia ser considerada como apenas mais uma das formas de manifestação solidária, que abarca outras formas de autoajuda e de reciprocidade em diversos contextos (Lechat, 2002).

Parente e Quintão (2014) evidenciam, ainda, as limitações relacionadas ao facto de o terceiro setor pressupor uma hierarquia entre setores e de se prestar a equívocos, ao tender a confundir-se com o setor terciário entre a linguagem do senso comum em Portugal. No Brasil, a confusão dá-se com a noção de terceirização.

Apesar das limitações, a expressão terceiro setor é a que alcança maior consenso ao nível internacional, argumento reforçado desde 1992 com a criação, nos EUA, da *International Society for Third Sector Research* (ISTR) (Lechat, 2002). Além disso, por ter sido usado como fórmula genérica para uma realidade complexa, o termo tornou-se útil na investigação comparativa internacional (Ferreira, 2009). No entanto, em algumas regiões, como América Latina e Europa Continental, sob a influência de outras escolas de pensamento, os termos economia social e economia solidária também são adotados para delimitar o domínio das OSC.

## **2. A contribuição europeia para o conceito de economia social**

O termo economia social tem origem europeia no século XVIII, diante das condições de pauperização de parcelas da população como resultado da exploração do trabalho, estando associado diretamente às atividades desenvolvidas pelas associações populares, cooperativas, mutualidades e, mais recentemente, fundações (França-Filho, 2002; Campos e Ávila, 2012).

Além das experiências do movimento operário inglês da primeira Revolução Industrial, que resultaram na constituição da conhecida Cooperativa de Rochdale, o mesmo movimento foi intenso na Alemanha, em meados do século XIX; em Espanha,

com o associativismo popular, mutualismo e cooperativismo, influenciado por grupos de trabalhadores, tais como os tecelões de Barcelona; em Itália, com sociedades de assistência mútua; e, em França, com a manifestação de movimentos associativos populares que tiveram um papel central na constituição de cooperativas e sociedades mútuas durante a primeira metade do século XIX (Campos e Ávila, 2012).

Campos e Ávila (2012) afirmam que a designação economia social apareceu, provavelmente, na literatura económica pela primeira vez em 1830, num tratado sobre economia social publicado pelo economista liberal francês Charles Dunoyer, o qual defendia uma abordagem moral para os economistas. No período de 1820 a 1860, desenvolveu-se em França uma escola heterogénea de pensamento económico, constituída por “economistas sociais”. A maioria deles foi influenciada pelas análises de T. R Malthus e S. de Sismondi, no que se refere tanto à existência de falhas do mercado que podem levar a desequilíbrios quanto à delimitação do homem, ao invés da riqueza, como o verdadeiro sujeito da economia.

O modelo de crescimento na Europa Ocidental no período 1945 a 1975, caracterizado principalmente pelas atividades do setor capitalista privado tradicional e do setor público, foi a base do Estado Providência, que, ao reconhecer as falhas do mercado, implantou um pacote de políticas que provaram ser altamente eficazes em corrigi-las: redistribuição de rendimentos, alocação de recursos e políticas anticíclicas. Todas baseadas no modelo keynesiano, em que os grandes atores sociais e económicos eram as federações patronais e sindicatos, em conjunto com o governo (Campos e Ávila, 2012).

Entretanto, “à medida que o mercado e o Estado foram assumindo suas funções de geração de riqueza e de assistência social, a solidariedade de tipo associativo recuou para um papel subsidiário” (Gaiger, 2009: 83). A partir dos anos 1970, com o enfraquecimento do Estado Providência, há uma nova pujança de uma série de experiências da economia social que se renovam com as iniciativas locais no campo dos serviços sociais e de assistência a pessoas necessitadas, novas cooperativas, empresas de inserção, finanças solidárias, comércio justo e empresas em processo de falência transferidas para as mãos dos trabalhadores (Gaiger, 2009). O peso da economia social no desenvolvimento económico e social concedeu-lhe legitimidade nos círculos políticos e jurídicos europeus. No entanto, como observa França-Filho (2002: 12), se, de

um lado, o reconhecimento e o apoio legal garantiu a existência formal das organizações da economia social, de outro, refletiu uma tendência ao isolamento, ao se fecharem nos seus estatutos jurídicos, ao mesmo tempo que passam a integrar o sistema económico dominante. Em decorrência, as cooperativas inserem-se amplamente na economia de mercado, ocupando principalmente os espaços deixados pelas organizações mercantis. Aos poucos, “os militantes políticos, embalados pelos ideais de um vigoroso movimento operário, (...) são substituídos por profissionais de forte carácter tecnoburocrático, cuja presença passa a ser hegemónica nessas organizações” (França-Filho, 2002: 12). Passa-se a dar um maior valor à dimensão técnica, ou funcional, da organização em detrimento de um projeto político.

O conceito de economia social surge na Europa continental como alternativa ao conceito de terceiro setor. Ferreira (2009) argumenta que enquanto a abordagem do setor não lucrativo centra-se na lucratividade, a economia social centra-se nos direitos de propriedade, sendo esta coletiva, já que o conceito de terceiro setor exclui as cooperativas e associações mutualistas que admitem uma redistribuição de excedente dentro de determinados limites entre os membros cooperantes ou associados se assim por eles for decidido, características que se integram no conceito de economia social. Ancorada no trabalho de Lavelle et al. (2000), Ferreira (2009) considera que a linha de demarcação não se deve prender à separação entre organizações lucrativas e não lucrativas, mas sim, entre organizações capitalistas e organizações da economia social, uma vez que nestas últimas há a geração de riqueza coletiva em detrimento do rendimento de um investimento individual.

### **3. O conceito da economia solidária forjado entre a Europa do Sul e a América Latina**

A noção de economia solidária forjou-se de um contexto europeu mais geral, com destaque para a França, no último quarto do século XX e foi marcada pelas experiências associativas (sociedades de socorro mútuo, que posteriormente foram apropriadas pelo Estado) da primeira metade do século XIX, tendo em vista a proteção social dos envolvidos (França-Filho, 2002; Campos e Ávila, 2012). As noções de

economia social e de economia solidária têm como origem comum o movimento associativista operário europeu, “que foi traduzido numa dinâmica de resistência popular, fazendo emergir um grande número de experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação” (França-Filho, 2002: 11).

O termo economia solidária tornou-se mais utilizado em alguns países da América Latina, que a veem como uma força para a mudança social, no bojo de um projeto para uma sociedade alternativa à globalização neoliberal (Lechat, 2002). Em relação ao seu uso, Laville e Gaiger (2009) identificam-no na década de 1990, quando despontam inúmeras atividades económicas organizadas por iniciativas de cidadãos, produtores e consumidores, com suporte nos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática.

No caso europeu, a expressão complementa a designação da economia social, ao reforçar e dar visibilidade a novas formas de se fazer economia, tomando como base os princípios da solidariedade e da reciprocidade. Em países da América Latina, a expressão suplanta ou concorre com a da economia social (Parente e Quintão, 2014). Ao contrário de algumas das abordagens europeias, que consideram a economia solidária como compatível com o mercado e o Estado, como é o caso português, a abordagem latino-americana vê-a como uma alternativa global ao capitalismo (Campos e Ávila, 2012). Algumas experiências do sul da Europa seguem esta mesma tendência progressista e de rutura com o sistema capitalista vigente, onde assume especial destaque a Catalunha (Parente, 2017).

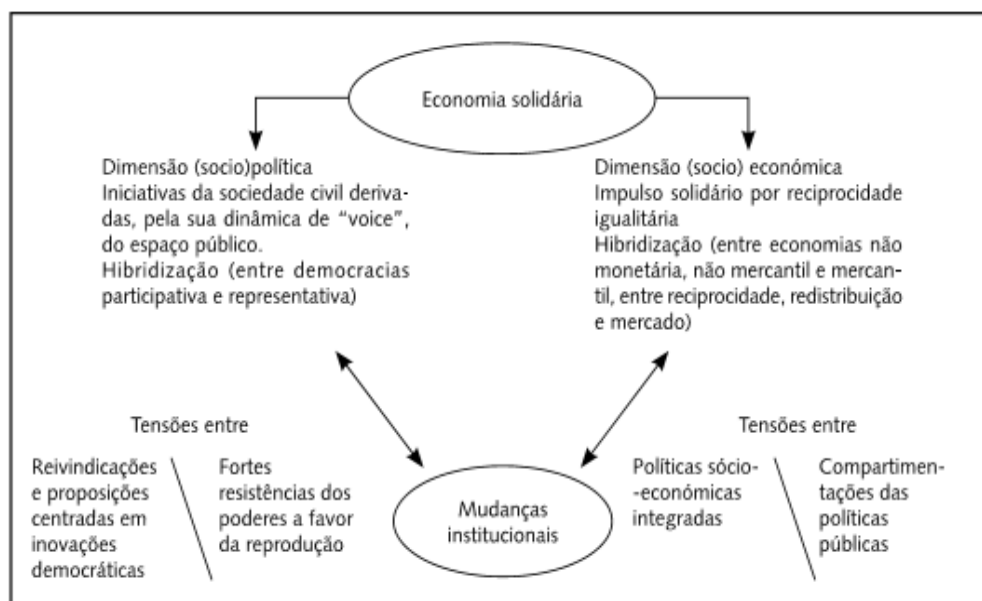
A economia solidária pode ser definida como um modo de produção que tem como característica central a igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que com eles trabalham. Outra característica central é a autogestão, sendo as organizações geridas pelos próprios trabalhadores de forma coletiva e democrática (Singer, 2008).

Considerada como uma hibridação de economias por França-Filho (2002) e Laville (2009), a economia solidária resultou da combinação de uma economia mercantil, não mercantil e não monetária. Nessas iniciativas, existe, em geral, ao mesmo tempo a venda de “um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação

organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não-monetário)” (França-Filho, 2002: 13). Nela é encontrada “uma pluralidade de princípios económicos, uma vez que os recursos são oriundos do mercado, do Estado e da sociedade, via uma lógica de dádiva” (França-Filho, 2002: 13).

São considerados como solidários apenas os empreendimentos que, além de possuírem relações de trabalho autogestionárias, solidárias e democráticas entre seus membros, envolvem a comunidade por meio da solidariedade, demonstrando uma vontade política de transformação das relações sociais e, por consequência, da sociedade (Arruda e Quintela, 2000: 325 citado por Lechat, 2002). Como é destacado por Laville (2009), além da dimensão socioeconómica, outro aspecto-chave está na sua dimensão sociopolítica.

**Figura 1- As duas dimensões da economia solidária**



Fonte: Laville (2009: 43).

Estão incorporados na economia solidária apenas os empreendimentos geradores de trabalho e rendimento ou aqueles ligados diretamente a esses, como as cooperativas de consumo e as de crédito solidário, ou, ainda, os clubes de troca. Excluem-se as associações sem fins lucrativos que não produzem renda para seus sócios e as organizações cujo objetivo se limita ao bem-estar deles, faltando-lhes a dimensão política para produzir novas relações na busca por mudanças sociais (Lechat, 2002) baseadas na capacitação e empoderamento das pessoas. Nesta

dimensão, excluem-se as chamadas “cooperativas tradicionais”, limitando-se às cooperativas populares<sup>2</sup>.

A economia solidária é formada por uma diversidade de organizações com destaque para as associações, cooperativas, empresas autogestionárias, movimentos sindicais, instâncias governamentais ligadas à Federação, Estado e Municípios, redes, ligas ou uniões, entidades de apoio e fomento, e fóruns (Lechat, 2002).

Apesar da mesma origem histórica, Campos e Ávila (2012) consideram que, quando comparada aos agentes clássicos da economia social, a economia solidária tem três características distintivas: a das necessidades sociais a que tenta responder; os atores que desenvolvem essas iniciativas; o desejo explícito de mudança social.

Nem todos os tipos de organizações da chamada economia social na Europa são consideradas como integrantes da economia solidária latino-americana, como é o caso das empresas sociais e cooperativas tradicionais, mas as organizações da economia solidária da América Latina compõem o que os francófonos chamam de “*économie sociale et ou solidaire*”. “A diferença situa-se nos conteúdos semânticos dos termos economia, social e político, usados pelos primeiros num sentido amplo e pelos segundos com um significado muito específico” (Lechat, 2002: 134). É a ausência da dimensão política na ação da economia social que a demarca da noção de economia solidária. Tais experiências apoiam-se no desenvolvimento de atividades económicas para a realização de objetivos sociais em consonância com o fortalecimento da cidadania, procurando o envolvimento dos cidadãos. Deste modo, a economia solidária pode ser vista como um movimento de renovação da economia social (França-Filho, 2002). Parente e Quintão (2014) destacam o facto de esta vertente ser mais politizada, ao enfatizar o princípio da autogestão, o que pode possibilitar a confiança e reciprocidade entre os membros da organização. No intento de gerar rendimentos para a população em situação de pobreza e exclusão social, reivindicam ao Estado condições propícias ao seu desenvolvimento económico, por meio de “políticas de apoio e medidas de discriminação positiva, e condições para a auto-organização da sociedade civil, bem como o reconhecimento das suas experiências bem sucedidas” (Parente e Quintão, 2014: 41).

---

<sup>2</sup> Maiores detalhes sobre as diferenças entre cooperativas tradicionais e populares podem ser obtidos em Cançado e Vieira (2013).

#### **4. A inovação social: o horizonte em foco nos três domínios**

A abordagem da inovação social adquiriu relevo na última metade do século XX. Foi reforçada pelas falhas e inconsistências do modelo de crescimento neoliberal, que se alargou a todo o mundo, desde 1980 (Klein, 2013), e pelas novas abordagens sobre o processo inovativo, tendo em vista o estímulo ao desenvolvimento social (Bignetti, 2011). A inovação social responde a um contexto de crise ou à incapacidade do quadro institucional para encontrar respostas satisfatórias para os problemas agudos ou para situações inteiramente novas (Klein *et al.*, 2012). Como resultado, o termo *inovação social* passou a fazer parte das agendas governamentais e de alguns investigadores/grupos de pesquisa, multiplicando-se hoje as abordagens à temática.

O aspecto distintivo do conceito de inovação social diz respeito às “novas formas de fazer as coisas com o fim explícito de rearranjar os papéis sociais ou de dar outras respostas para situações sociais insatisfatórias e problemáticas” (Rodrigues, 2006: 3). O foco de análise é nas ações que objetivam satisfazer as necessidades humanas ainda não supridas pelos sistemas públicos ou privados.

Observam-se duas principais vertentes na definição do construto inovação social. Autores como Mulgan (2007), Pol e Ville (2009) e Ezponda e Malilos (2011) centram-se na finalidade da inovação. O que define a adjetivação “social” da inovação é o seu fim - resolução de problemas coletivos - independentemente da forma que foi desenvolvida e da sua origem. Nesta perspectiva, há uma concentração em modelos e programas replicáveis. Por sua vez, autores como Klein (2013) e Moulaert, MacCallum e Hillier (2013) abordam o construto de forma diferente ao usarem o termo para se referirem, principalmente, a processos de inovação que, além do seu objetivo social, resultam de atividades desenvolvidas por redes colaborativas.

Inicialmente a noção de inovação social estava associada às ações dos domínios do terceiro setor, economia social e solidária, porém atualmente tem sido usada igualmente no setor público e, também, em empresas mercantis. Apesar das diferentes abordagens, de modo geral, acredita-se atualmente que em qualquer setor se pode gerar inovação social, principalmente quando os mesmos colaboram entre si (Ezponda e Malilos, 2011). Contudo, o conceito de inovação social remetendo para ações *bottom up*, por meio de grupos colaborativos, visando “encontrar soluções aceitáveis progressivas para toda uma gama de problemas de exclusão, privação, alienação, falta de bem-estar e também para aquelas ações que contribuam positivamente para o progresso e desenvolvimento humano significativo” (Moulaert,



MacCallum e Hillier, 2013: 16) encontra nas OSC um campo mais propício pelo menos no que se refere ao centramento no Homem e para o Homem.

Lévesque (2006) é um dos principais autores que buscam esclarecer o papel da “nova economia social” (entendida no sentido da economia solidária tal como a definimos) no desenvolvimento de práticas socialmente inovadoras. Na sua perspectiva, ela tem contribuído grandemente para suavizar a destruição causada pelas inovações de um modelo de crescimento baseado no esgotamento dos recursos, participando mais do que antes na reconfiguração do Estado Social e no surgimento de um modelo de desenvolvimento em que a inovação se torna permanente e sustentável.

Este argumento de Levesque (2006) é reforçado por Bouchard (2012) ao considerar que a economia social oferece oportunidades para atores excluídos ou relativamente dominados e estimula um conjunto de empreendedores sociais ou coletivos (novas organizações), contribuindo para a institucionalização de normas e regras no nível das práticas de cooperação intra e interorganizacional. Na medida em que a economia social se caracteriza pela inter-relação entre sujeitos e organizações no desenvolvimento de projetos sociais, otimiza a capacidade de inovação orientada para a transformação social.

A empresa social é segundo Levesque (2006) uma matriz onde a inovação pode surgir em pelo menos três direções: têm a capacidade de envolver o empreendedor em novos projetos sociais; desenvolver novas atividades ignoradas pelo mercado ou pelo Estado e, por fim, integrar novas regras de funcionamento. Considera que a economia social é um laboratório de inovação social, e Comeu, Favreau, Lévesque e Mendel (2001), bem como Laville, Levesque e Mendel (2005) enfatizam a proximidade dessas organizações com as comunidades locais, permitindo o agrupamento de pessoas, os ajustes constantes que levam à inovação contínua, a cogestão das externalidades sociais e a implementação de estratégias voltadas para o longo prazo, ao pensar-se conforme a lógica do desenvolvimento sustentável.

Campos e Ávila (2012) destacam o pioneirismo das organizações de ajuda mútua na oferta de respostas às necessidades da nova sociedade industrial ao cobrir riscos com saúde da população trabalhadora desprotegida. Essas profundas inovações sociais foram precursoras da criação de sistemas públicos de segurança social na Europa e da profusão destes modelos. Como factor-chave destaca-se a aliança entre os diferentes atores de uma região envolvida na promoção da economia social, como as lideranças, as universidades, as associações e o setor empresarial. São citados como exemplo as experiências associativas de Quebec (Canadá), a Corporação Cooperativa de Mondragon no País Basco e o sistema CEPES-Andaluzia, ambos em Espanha.

Segundo Bouchard (2012), dois tipos de factores explicam o potencial de inovação da economia social. O primeiro está associado à limitação ou proibição da distribuição de excedentes ou ativos financeiros. Esta restrição torna as organizações da economia social particularmente mais aptas a desenvolver produtos com forte componente de bem público no que diz respeito a qualidade, valor ou utilidade. O segundo está relacionado com o facto de as organizações da economia social serem mais capazes que o Estado de atender a certas necessidades, respondendo mais rapidamente a procuras específicas por mobilizarem recursos voluntários (trabalho voluntário, doações etc.) e por serem orientadas e governadas pelos *stakeholders* com essas necessidades. Além disso, elas criam espaços democráticos na busca pela defesa dos direitos sociais e da integração social. Assim, a economia social tem a tendência a repensar as instituições, em especial quando estas são incapazes de responder às novas exigências sociais.

Lévesque (2006: 32) entende que economia social também contribuiu para o acumular de experiências e para o desenvolvimento de mecanismos e abordagens que foram aplicados e replicados. “De forma mais ampla, a economia social, provavelmente, desempenhou um papel na redistribuição dos respectivos papéis de Estado, mercado e sociedade civil no domínio dos serviços sociais, incluindo o nível de benefícios”. No entanto, Lévesque (2006) aponta que, por vários motivos, deve-se admitir que é difícil identificar nessas pesquisas conclusões muito firmes sobre o potencial de inovação da economia social. É apontada a debilidade relacionada com o facto de poucos estudos terem tentado definir a inovação social de forma específica.

Identificam-se, todavia, estudos que questionam o potencial inovador das OSC (Meneses, 2010; Bouchard, 2012; Chalmers, 2012). Grande parte desses autores, na visão de Lévesque (2006), argumentam que este potencial é reduzido, pelo facto de as suas organizações não terem um proprietário (individual ou coletivo) capitalista, com a ausência de uma estrutura de propriedade que incentive a inovação e a tomada de risco; de não terem incentivos adequados para inovar e correr riscos, incluindo a maximização do lucro; e de surgirem em áreas negligenciadas pelo mercado ou pelo Estado, de modo que a maioria delas opera em setores de pouca rentabilidade ou nichos pouco competitivos.

Com maior ênfase no terceiro setor, Chalmers (2012) cita como obstáculo o facto das organizações não governamentais e filantrópicas serem avessas ao risco e, em grande medida, tenderem a rejeitar soluções disruptivas - ou seja, as inovações que irão alterar os sistemas sociais e as estruturas - em favor de melhorias incrementais.

Como resposta ao argumento de que as OSC têm sérias limitações à inovação social, apoiado nas ideias de Defourny (2000) e Laville e Nyssens (2001), Levesque (2006) afirma que do ponto de vista teórico é possível argumentar que ao empreendedor social e coletivo não

faltam incentivos à inovação, já que o que os motiva não é o retorno financeiro, mas sim a geração de valor social. Se a economia social pode ser considerada inovadora é porque é fundada na interação, desde sua criação, de um grupo de pessoas e uma organização capaz de mobilizar recursos financeiros e humanos para produzir bens ou serviços. Assim, as inovações marginais ou incrementais e ampliam-se com base na cooperação dos inúmeros *stakeholders*.

Se, de um lado, o financiamento das autoridades públicas e das instituições privadas continua a orientar-se preferencialmente para a inovação tecnológica, em vez de outras formas de inovação, de outro, podem-se identificar notáveis sistemas de inovação ligados a áreas geográficas específicas que alimentam as suas próprias cadeias de inovação, como os consórcios cooperativos italianos, as cadeias agroalimentares de cooperação em vários países da Europa ou o exemplo do grupo cooperativo de Mondragón. Este último modelo inovador de governança (mais participativa e democrática) permite aos trabalhadores maior compromisso com a organização. Como resultado da propriedade partilhada, têm sido mostradas experiências que ajudam a suportar melhor a crise económica (Campos e Ávila, 2012). Por influência da sua missão diferenciada, Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) afirmam que este campo tem maior facilidade de atuação de forma holística do que os demais no que diz respeito à defesa de interesses coletivos.

No entanto, situar a prática da inovação social no terceiro setor”, tomando como base a abordagem do setor não lucrativo, torna-se mais desafiante face às diferentes formas organizacionais que compõem este domínio. Do mesmo modo que pode ser identificado um conjunto de organizações cuja natureza está diretamente ligada ao desenvolvimento de ações com amplo impacto na melhoria da qualidade de vida de uma coletividade, como no caso das ONG voltadas para o desenvolvimento sustentável, são comuns organizações consideradas como não lucrativas, mas que desenvolvem ações voltadas pela defesa de interesses apenas de seus membros, como no caso das associações profissionais, sindicais e patronais. Além disso, muitas são as organizações cuja atividade se restringe ao desenvolvimento de ações filantrópicas e/ou de cunho reivindicatório, nem sempre propositivas, como no caso dos partidos políticos, movimentos sociais e associações comunitárias. Apesar da reivindicação se configurar como um patamar inicial para o desencadeamento de mudanças no âmbito societal, ficar apenas nesta etapa torna-se uma fragilidade em termos de práticas. Diante das especificidades apontadas resultantes da diversidade de organizações que integram o terceiro setor, considerações gerais sobre a prática de inovação social abarcando todas as organizações deste campo parecem prematuras e superficiais.

Ao situar a inovação social no domínio da economia solidária, as observações apontadas anteriormente sobre estas ações no campo da economia social também parecem válidas. No

entanto, as características que diferenciam a economia solidária da economia social permitem novas reflexões. No que diz respeito à característica de inovação social apontada por Hubert (2010: 7) - “cria novas relações sociais ou colaborações” – é possível destacar o envolvimento e a autogestão defendidos pela economia solidária, como de vinculação direta ao desenvolvimento de ideias, processos colaborativos e de replicação de inovações. Ademais, a afirmação da luta política, coloca como foco principal a procura de melhorias e ações com impacto na comunidade como um todo, indo além da defesa de interesses restritos aos seus associados. Este projeto político vincula-se diretamente à proposição e implementação de ações com impacto alargado. A ausência desta característica parece ser obstáculo para a prática da inovação social em parte das organizações da economia social (tais como as cooperativas de cariz mais tradicional), por, muitas vezes, se restringirem à obtenção de resultados económicos (apesar de não-lucrativo) para seus associados.

Além disso, se, de um lado, o desenvolvimento de inovações sociais requer parcerias entre organizações mercantis, Estado e sociedade civil organizada (Mulgan, 2007, Pol e Ville, 2009), de outro, a natureza híbrida da economia solidária destacada por França-Filho (2002) e Laville (2009), só reforça o quanto esses dois construtos estão imbricados, uma vez que este tipo de economia potencia a inovação social ao possibilitar a junção de esforços públicos e privados para o trabalho desenvolvido no âmbito comunitário. Do lado da economia social, reivindica-se uma parceria com o Estado assente numa verdadeira cooperação que ultrapasse a mera execução regulada e regulamentada pelo Estado. Propõe-se uma partilha da conducente a um novo modelo de governação no âmbito das políticas sociais, em que os actores da economia social são considerados como iguais e onde a transferência de responsabilidades e competências não se limita à implementação, mas estende-se do diagnóstico à conceção, bem como à própria definição da regulação num trabalho de médio e longo prazos que os problemas sociais complexos exigem (Parente, 2014a, p. 417 e ss; Parente, 2014b, p. 421 e ss).

## **Considerações finais**

Apesar de não ser consensual, observa-se que a teoria sobre o terceiro setor propõe a existência de três setores independentes, sendo as ações desenvolvidas pelo Estado voltadas para o público, as ações desenvolvidas pelo mercado voltadas para o privado e as ações desenvolvidas pelo terceiro setor, de ordem privada, mas voltadas para o público. Por sua vez, a abordagem da “economia social”, apesar de não abarcar organizações não lucrativas que não

possuem características como a gestão democrática e o desenvolvimento de atividades produtivas, incorporam as organizações cooperativas, associações produtivas e mutualidades, situadas pela maioria das pesquisas sobre o terceiro setor como parte do mercado. Já o domínio da economia solidária extrapola a noção de fronteiras entre setores específicos, por ser considerada como um campo de uma economia plural com ações desenvolvidas tanto pelo Estado, quanto pela sociedade civil organizada, como no mercado de trocas. Trata-se de um domínio mais restrito por abarcar apenas as organizações cujos objetivos são económicos, porém voltadas para a prática da gestão democrática e com forte apelo político. Observa-se que os três construtos dizem respeito a um espaço voltado para a geração de trabalho e renda e, em decorrência, fundamentais para o desenvolvimento social. Do mesmo modo, tratam-se de espaços férteis ao desenvolvimento de inovações voltadas para a resolução de problemas coletivos.

Em relação ao contexto geopolítico de desenvolvimento das teorias, observam-se claras distinções entre os construtos, estando o terceiro setor, apesar de não limitado, fortemente vinculado à realidade anglo-saxónica, o construto economia social à realidade europeia, a economia solidária à realidade latino-americana.

Como o impacto social é objetivado pelas ações que compõe todos os construtos analisados, a busca por ações inovadoras para o atendimento das necessidades coletivas coloca a inovação social como horizonte dos três construtos. É por isso que, recentemente, alguns autores têm procurado associar os principais contributos europeus e americanos ao estudo do empreendedorismo social, ressaltando, de um lado, a natureza dos elementos organizacionais e os princípios da economia social e, por outro, os contributos da inovação social americana, discernindo o espaço de uma nova organização socialmente empreendedora (Parente e Barbosa, 2011).

Não obstante a isto, algumas ponderações tornam-se necessárias quando se situa a inovação social nos campos analisados. Destaca-se o domínio da economia social como, por natureza, voltado para o desenvolvimento deste tipo de inovação. Tal deve-se ao facto das suas organizações realizarem articulações com empresários para a implementação de projetos, desenvolverem práticas inovadoras ignoradas pelo mercado ou pelo Estado e por estarem abertas a novas regras de funcionamento, já que são articuladas no âmbito local, diante de necessidades, recursos e interações sociais inerentes a cada território. Este quadro não pode ser generalizado para todas as organizações do chamado “terceiro setor” pela diversidade das organizações que o compõe, mas é reforçado no domínio da economia solidária, cujo projeto político torna a inovação social um dos seus principais objetivos.

VIEIRA, Naldeir dos Santos; PARENTE, Cristina; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz (2017), “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 100-121.

## Referências

- BIGNETTI, Luiz Paulo (2011), “As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa”, *Ciências Sociais Unisinos*, vol. XLVII, pp. 3-14.
- BOUCHARD, Marie J. (2012), “Social innovation, an analytical grid for understanding the social economy: the example of the Québec housing sector”, *Serv Bus.*, vol. VI, pp. 47–59.
- CAMPOS, José Luis Monzón; ÁVILA, Rafael Chaves (2012), *The Social Economy in the European Union*, Belgique, European Union.
- CANÇADO, Airton Cardoso; SOUZA, Maria de Fátima Arruda; CARVALHO, Jacqueline Elisa Furtado Barreto; IWAMOTO, Helga Midori (2013), “Desfazendo Um Mal Entendido: discutindo as Diferenças Entre Lucros e Sobras”, *APGS*, vol. V, pp. 56-69.
- CANÇADO, Airton Cardoso; VIEIRA, Naldeir dos Santos (2013), “Para a Apreensão de um Conceito de Cooperativa Popular: entendendo e discutindo as diferenças entre cooperativas tradicionais e populares”, *Bahia Analise & Dados*, vol. XXIII, pp. 23-40.
- CHALMERS, Dominic (2012), “Social innovation: an exploration of the barriers faced by innovating organizations in the social economy”, *Local Economy*, vol. XXVIII, pp. 17-34.
- COMEAU, Y.; FAVREAU, L.; LÉVESQUE, B.; MENDELL, M. (2001), *Emploi, économie sociale, développement local: les nouvelles fi lières*, Sainte-Foy, Presses de l’Université du Québec, 302 p.
- CST - Conseil de la Science et de la Technologie (2000), *Innovation Sociale et Innovation Technologique: l'apport de la recherche em sciences sociales et humaines*, Sainte-Foy Québec, CST, 82p, [Consult. a 20.08.2012]. Disponível em: <<http://www.cst.gouv.qc.ca>>.
- DEFOURNY, Jacques 2000, “Resocialiser l’économie?”, *Revue internationale de l’économie sociale*, vol. 275, pp. 184-192.
- DOWBOR, Ladislau (2007), “Inovação Social e Sustentabilidade”, in Daniele Farfus *et al.* (orgs.), *Inovação Social*, Curitiba, SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, vol. II, pp. 35-70.
- EZPONDA, Javier E.; MALILLOS, Lucía M. (2011), “Cambio de Paradigma en los Estudios de Innovación: el giro social de las políticas europeas de innovación”, *ARBOR - Ciencia, Pensamiento y Cultura*, vol. 187, pp. 1031-1043.
- FERNANDES, Rrubem C. (1994), *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- FERREIRA, Sílvia (2009), “Terceiro Setor”, in *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Gráfica de Coimbra Ltda, Coimbra, pp. 322-327.

- VIEIRA, Naldeir dos Santos; PARENTE, Cristina; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz (2017), “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 100-121.
- FRANÇA-FILHO, Genauto (2002), “Terceiro Setor, Economia Solidária, Economia Social e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais”, *Bahia análise & dados*, vol. XXII, pp. 9-19.
- FRAZÃO, Nuno; CARVALHO, Isabel L.; CARLOS, Filipa (2015), *Social Innovation in Cidadania Ativa Programme Projects*, Calouste Gulbenkian Foundation, Lisboa.
- GAIGER, Luiz Inácio (2009), “Antecedentes e expressões atuais da economia solidária”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. LXXXIV, pp. 81-99.
- HABERMAS, Jurgen (1984), *Mudança estrutural da esfera pública - investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- HUBERT, A. (2010), *Empowering people, driving change: SI in the European Union*, [Consult. a 20.08.2012]. <Disponível em: [http://ec.europa.eu/bepa/pdf/publications\\_pdf/social\\_innovation.pdf](http://ec.europa.eu/bepa/pdf/publications_pdf/social_innovation.pdf)>.
- KLEIN, Juan-Luis (2013), “Introduction: social innovation at the crossroads between science, economy and society”, in Frank Moulaert; Diana Maccallum; Abid Mehmood; Abdelillah Hamdouch, *The International Handbook on Social Innovation*, Cheltenham – UK, Edward Elgar, pp. 9-12.
- KLEIN, Juan-Luis; FONTAN, Jean-Marc; HARRISSON, Denis; LÉVESQUE, Benoît (2012), “The Quebec System of Social Innovation: a focused analysis on the local development field”, *Finisterra*, vol. XLIII, pp. 9-28.
- KIM, Seung Hyun (2011), “On the historical determinants of third sector strength: a qualitative comparative analysis”, *The Social Science Journal*, vol. XLVIII, pp. 641-650.
- LAVILLE, Jean-Louis (2009), “A economia solidária: um movimento internacional”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. XLIV, pp. 7-47.
- LAVILLE, Jean-Louis et al. (2000), “Third System: a european definition”, in CIRIEC (org.), *The Enterprises and Organisations of the Third System: A Strategic Challenge for Employment*, Liège, CIRIEC, pp. 1-38.
- LAVILLE, Jean-Louis; Gaiger, Luiz Inácio (2009), “Economia Solidária”, in *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Gráfica de Coimbra Ltda, Coimbra.
- LAVILLE, Jean-Louis; LÉVESQUE, Benoît; MENDELL, M. (2005), “The Social Economy. Diverse approaches and practices in Europe and in Canada”, in OCDE/LEED, *The Social Economy as a Tool of Social Innovation and Local Development*, Paris, OCDE/LEED, pp. 125-173.
- LAVILLE, Jean-Louis.; NYSENS, M. (2001), *Les services sociaux entre association: état et marché: l'aide aux personnes âgées*, Paris, La Découverte/Mauss/CRIDA, 286 p.
- LECHAT, Noëlle M. P. (2002), “Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?”, *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, vol. II, pp. 123-140.
- LÉVESQUE, Benoît (2006), *Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale: quelques éléments de problématique*, Quebec, Bibliothèque et Archives nationales du Québec.
- LOPES, Alexandra; PARENTE, Cristina; MARCOS, Vanessa (2014), “Entre o Estado e o Terceiro Setor: modos de regulação: o Terceiro Setor português em foco”, in *Empreendedorismo Social em Portugal*, Porto, Universidade do Porto, cap. 2, pp. 75-96.

- VIEIRA, Naldeir dos Santos; PARENTE, Cristina; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz (2017), “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 100-121.
- MANÃS, Antônio V.; MEDEIROS, Eptácio E. (2012), “Terceiro Setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socio-econômico”, *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, vol. II, pp. 15-29.
- MEHMOOD, Abid; PARRA, Constanza (2013), “Social innovation in an unsustainable world”, in *The International Handbook on Social Innovation*. Cheltenham-UK, Edward Elgar, cap. 4, pp. 53-79.
- MENESES, João W. (2010), “Liderança e Gestão de OSFL”, in Carlos Azevedo; Raquel C. Franco; João W. Menezes, *Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos: o desafio da inovação social*, Porto, Uniarte Gráfica s.a., pp. 135-162.
- MOULAERT, Frank; MACCALLUM, Diana; HILLIER, Jean (2013), “Social Innovation: intuition, precept, concept, theory and practice”, in Frank Moulaert; Diana Maccallum; Abid Mehmood; Abdelillah Hamdouch, *The International Handbook on Social Innovation*, Cheltenham – UK, Edward Elgar., cap. 1, pp. 13-24.
- MULGAN; Geoff (2006), “The Process of Social Innovation”, *Innovations/spring*, pp. 145-162.
- MULGAN; Geoff (2007), *Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*, London, The Basingstoke Press.
- (2010), “Inovação social”, in Carlos Azevedo; Raquel C. Franco; João W. Menezes, *Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos: o desafio da inovação social*, Porto, Uniarte Gráfica s.a, pp. 51-74.
- PARENTE, Cristina (ed.) (2014a), “Conclusões – refletir sobre os caminhos do empreendedorismo social em Portugal”, in *Empreendedorismo Social em Portugal*, Porto, Universidade do Porto, pp. 413-420.
- PARENTE, Cristina (ed.) (2014b), “Recomendações – agir nos caminhos para o empreendedorismo social em Portugal”, in *Empreendedorismo Social em Portugal*, Porto, Universidade do Porto, pp. 421-432.
- PARENTE, Cristina (2017), “Economia Social e Solidária: experiência sobre uma «outra» economia”, in Veloso et al. (org.), *Anarquismo, Trabalho e Sociedade: Livro em Homenagem a João Freire*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 469-502.
- PARENTE, Cristina; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz (2011), “Empreendedorismo Social: do Contexto Político às Práticas de Implementação – Um Estudo de Experiências no Brasil e sua Aproximação à Realidade de Portugal”, in *XXXV Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro.
- PARENTE, Cristina; QUINTÃO, Carlota (2014), “Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social”, in *Empreendedorismo Social em Portugal*, Porto, Universidade do Porto, cap. 1, pp. 11 – 70.
- POL, Eduardo; VILLE, Simon (2009), “Social innovation: Buzz word or enduring term?”, *The Journal of Socio-Economics*, vol. 38, pp. 878–885.
- RODRIGUES, Andrea L. (2006), “Modelos de Gestão e Inovação Social em Organizações Sem Fins Lucrativos: divergências e convergências entre Nonprofit Sector e Economia Social”, in *XXX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Salvador-Brasil.



VIEIRA, Naldeir dos Santos; PARENTE, Cristina; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz (2017), “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 100-121.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. (1992), “Search of the Nonprofit Sector II: The Problem of Classification”, in *Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, vol. 3, Baltimore, The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 38 p.

SINGER, Paul (2008), “Economia solidária: entrevista com Paul Singer”, *Estudos Avançados*, vol. 22, pp. 288-314.

SOBOTKA, Emil A. (2002), “Organizações civis: buscando uma definição para além de ONGs e “terceiro setor””, *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, vol. 2, pp. 81-95.

**Naldeir dos Santos Vieira** (autora de correspondência). Departamento de Administração. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, (Teófilo Otoni, Brasil). Endereço de correspondência: Campus do Mucuri - Rua do Cruzeiro, nº 01, Bairro Jardim São Paulo, Teófilo Otoni, Minas Gerais, CEP: 39803-371 Brasil. E-mail: naldeir.vieira@gmail.com

**Cristina Parente**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), (Porto, Portugal) Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto. Portugal. E-mail: cparente@letras.up.pt

**Allan Claudius Queiroz Barbosa**. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Belo Horizonte, Brasil). Endereço de correspondência: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 31270-901. E-mail: allan@ufmg.br

Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2017. Publicação aprovada em 1 de julho de 2017.

## **Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para a compreensão das ONGD portuguesas**

**Vanessa Marcos**

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

### **Resumo**

No âmbito do debate em torno da (in)eficácia da ajuda ao Desenvolvimento, este artigo procura discutir os modelos organizacionais e gestionários das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD) em termos da sua maior ou menor orientação para a profissionalização, enquanto estratégia de eficiência e eficácia organizacional. Neste sentido, e a partir dos dados de um inquérito por questionário, apresentamos uma tipologia de quatro perfis de profissionalização aplicada a 23 ONGD portuguesas intencionalmente selecionadas, problematizando os seus modelos organizacionais e gestionários para a profissionalização.

Palavras-chave: profissionalização; perfis; ONGD.

*Professionalization profiles: a sociological contribution to the understanding of Portuguese NGOs*

### **Abstract**

In the scope of the debate on the (in)effectiveness of development aid, this article seeks to discuss the organizational and management models of Non-Governmental Development Organizations (NGDOs) in terms of their higher and lower orientation towards professionalization as an organizational strategy of efficiency and efficacy. In this sense, and based on the data collected from a survey, we present a typology of four profiles of professionalization applied to 23 Portuguese NGDOs intentionally selected, therefore problematizing their organizational and management models towards professionalization.

Keywords: professionalization; profiles; NGDOs.

*Profils de professionnalisation: une contribution sociologique à la compréhension des ONG portugaises*

### **Résumé**

Dans le cadre du débat sur l '(in) efficacité de l'aide au développement, cet article traite des modèles d'organisation et de gestion des Organisation Non Gouvernementales de Développement (ONG) en termes de plus ou moins grande professionnalisation comme stratégie d'organisation efficace et efficace.

En ce sens, et sur la base des données recueillies dans le cadre d'un sondage, nous présentons une typologie de quatre profils de professionnalisation appliqués à 23 ONG portugaises sélectionnées intentionnellement, ce qui pose une problématisation de leurs modèles organisationnels et de gestion vers la professionnalisation.

Mots clés: professionnalisation; profils; ONG

*Perfiles de profesionalización: una contribución sociológica a la comprensión de las ONG portuguesas*

### **Resumen**

Dentro del debate sobre la (in)eficacia de la Ayuda para el Desarrollo, este artículo analiza los modelos de organización y gestión de las Organizaciones No Gubernamentales de Cooperación para el Desarrollo (ONGD) en función de su mayor o menor orientación para la profesionalización como estrategia de eficiencia y eficacia organizativa. En este sentido, y basados en datos de una encuesta, presentamos una tipología de cuatro perfiles de profesionalización aplicadas a 23 ONGD portuguesas seleccionadas intencionadamente, cuestionando sus modelos de organización y de gestión hacia la profesionalización.

Palabras clave: professionalización; perfiles; ONGD.

### **Introdução**

No quadro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e num contexto pautado pelo crescente descrédito na eficiência gestonária e na eficácia do desempenho das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), enquanto atores de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, urge refletir sobre as lógicas de funcionamento destas organizações e respetivas implicações na legitimação da sua ação. Considerando que estas organizações atuam num campo marcado pela complexidade e volatilidade conjuntural, por uma lógica de rivalidade, e revelam modelos organizacionais e gestonários de cariz funcionalista e imediatista, assumimos que o conceito de profissionalização abarca um leque de princípios e práticas organizacionais e gestonárias promotores de um desempenho eficaz. Este, aliado a uma prestação de contas transparente, legitimam, segundo Edwards e Hulme (2002), a ação das ONGD.

No seguimento desta arquitetura de relações problematizamos, no âmbito do projeto de investigação<sup>1</sup> realizado, os modelos organizacionais e gestonários das ONGD portuguesas em termos da sua maior ou menor orientação para a profissionalização, enquanto estratégia de eficiência e eficácia organizacional. Neste sentido, a partir de uma tipologia de quatro perfis de

---

<sup>1</sup> Trata-se da tese de doutoramento intitulada “Entre a Profissionalização e o Empreendedorismo Social: Uma abordagem sobre ONGD portuguesas”, realizada pela autora (Marcos, 2015) e financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), com a referência SFRH/BD/80677/2011, e no âmbito da qual assenta este artigo.

profissionalização aplicada a 23 ONGD portuguesas intencionalmente selecionadas<sup>2</sup>, procuramos discutir a profissionalização em função dos seus modelos organizacionais e gestionários, os quais se sustentam em sete dimensões analíticas assumidas como tacitamente interconectadas, a saber: estruturas de governação e modelos de liderança, gestão estratégica, prestação de contas, gestão de recursos humanos (GRH), modalidades de financiamento, redes e parcerias e comunicação externa.

Reconhecendo, desde logo, que estas dimensões não esgotam a análise do conceito de profissionalização, a sua combinação resultou na determinação de perfis de profissionalização, presumindo-se que as ONGD com uma configuração organizacional e gestionária profissionalizada revelam uma maior eficiência e eficácia organizacional. A construção dos perfis de profissionalização possibilitou, ainda, uma identificação preliminar das dimensões de análise que as ONGD nacionais tendem a (des)valorizar, em termos da definição de práticas organizacionais e gestionárias presumidas como indicativas de um menor ou maior grau de profissionalização, respetivamente, e cuja descrição apresentamos neste artigo.

## **1. Profissionalização: construção teórica de um conceito para aplicação empírica**

A exigência crescente por um desempenho eficaz tem alimentado o debate teórico-empírico em torno da profissionalização das ONGD, um conceito de *per se* controverso. Por um lado, associa-se à reprodução *tout court* de práticas gestionárias e, por conseguinte, à promoção de modelos gestionários estandardizados (Hwang e Powell, 2009) e a um maior grau de burocratização (Van de Poel, 2010), em detrimento da valorização das especificidades organizacionais. A profissionalização encara-se, neste âmbito, como um processo para a burocratização institucional e, simultaneamente, um reflexo da mesma. Por outro, a burocracia corresponde a uma estrutura organizacional considerada como condição intrínseca e subjacente à eficácia organizacional (Weber, 1964 [1922]).

Não obstante a inquestionável relação entre profissionalização e burocratização, as ONGD atuam num campo complexo e sujeito a uma grande imprevisibilidade, pelo que estruturas rígidas e verticalizadas parecem impedir o fomento de organizações profissionalizadas. Nesta linha de pensamento, é genericamente consensual que a

---

<sup>2</sup> A propósito da tipificação dos perfis de profissionalização, saliente-se o recurso à técnica do inquérito por questionário, o qual foi aplicado no âmbito do projeto “Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação”, liderado pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP), em parceria com a A3S - Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Setor e com o Dinâmia/CET do Instituto Universitário de Lisboa, e financiado pela FCT (PTDC/CS-SOC/100186/2008).

profissionalização envolve inevitavelmente o aumento da burocracia de uma organização, contudo o ónus da questão coloca-se no grau de burocratização (Anheier, 2005), não se opondo, por isso, a estruturas organizacionais descentralizadas e flexíveis, enquanto veículo para a eficácia organizacional. A profissionalização é, deste modo, encarada como um desafio à melhoria do desempenho organizacional, numa combinatória entre a sua eficiência (Salamon, 2000) e a sua eficácia (Pfeffer e Salancik, 1978).

No seguimento desta linha de argumentação, procuramos analisar os modelos organizacionais e gestionários das ONGD portuguesas, os quais perspetivamos como indicadores de profissionalização. Para a construção teórica do conceito de profissionalização mobilizamos duas matrizes analíticas, encaradas de forma heurística, designadamente as Diretrizes GRI - Suplemento relativo ao sector das ONG (GRI – G3, 2010) e o modelo de análise elaborado por Carreras e Sureda (2011), e que estão na base da abordagem empírica realizada.

Inspirados por estas duas matrizes, caracterizamos os modelos organizacionais e gestionários das ONGD portuguesas a partir de sete dimensões de análise (que sustentam o conceito de profissionalização construído), as quais assumimos como tacitamente interconectadas e com influência recíproca, em concreto: i) as estruturas de governação e os modelos de liderança; ii) a gestão estratégica; iii) a prestação de contas; iv) a GRH; v) as modalidades de financiamento; vi) as redes e parcerias e vii) a comunicação externa. Por conseguinte, trata-se de dimensões analíticas intrínsecas aos processos de profissionalização, e cuja combinação resultou na determinação de perfis de profissionalização das ONGD portuguesas, analisados sob um quadro teórico-analítico eclético e suficientemente abrangente face à complexidade da realidade empírica.

Neste sentido, as estruturas de governação são uma dimensão central na configuração dos modelos organizacionais, tendo em conta que traduzem “um exercício de poder, sendo representativa[s] de uma arquitetura mais ou menos hierárquica, de uma lógica de funcionamento mais ou menos burocrática e de processos de tomada de decisão mais ou menos democráticos” (Marcos, 2015: 78). Logo, a governação requer a definição e a implementação de estruturas e processos facilitadores de um desempenho organizacional eficaz (Tandon, 2002), o qual envolve, igualmente, uma liderança descentralizada, promotora do envolvimento e tomada de decisões participadas (Edwards e Fowler, 2002).

No processo da profissionalização, o planeamento e a gestão estratégica assumem também importância, devendo envolver os diversos *stakeholders* (Nicolau e Simaens, 2008; Carvalho, 2005) e podendo materializar-se num plano estratégico, ou seja, um documento formal, onde se encontra plasmada a orientação estratégica de uma organização (Nicolau e

Simaens, 2008). Considerando que muitas organizações confundem o plano estratégico com instrumentos de gestão operacional é relevante a formalização desta ferramenta (Carvalho, 2005).

Por sua vez, a implementação da estratégia organizacional envolve a definição de planos de ação em que se estabelecem objetivos de curto prazo vertidos em indicadores mensuráveis (Carvalho, 2005; Nicolau e Simaens, 2008). Importa, portanto, monitorizar e avaliar a estratégia organizacional enquanto práticas gestionárias essenciais a um desempenho eficaz (Nicolau e Simaens, 2008; Carvalho, 2005), em prol da coerência com os objetivos estratégicos definidos. No fundo, trata-se de legitimar a ação das ONGD, o que tem conferido gradual importância aos mecanismos de e para a autorregulação, em concreto os Códigos de Conduta e os sistemas de certificação e acreditação (Argandoña, 2007).

A legitimação da ação destas organizações exige, igualmente, a aplicação da prática de prestação de contas, a qual desdobra-se numa dimensão interna e externa (Ebrahim, 2003). Atenda-se que a prestação de contas remete genérica e primordialmente apenas para o reporte financeiro (Tandon, 2002), com recurso a instrumentos definidos e oficializados pelos financiadores (Jordan, 2005), revelando por isso um racional de funcionamento ascendente (representativo da relação de poder desigual por oposição ao envolvimento de diversos *stakeholders*), um nível externo de reporte (dirigida mormente aos financiadores) e uma natureza fundamentalmente funcional (por contraste a uma natureza estratégica) (Ebrahim, 2003). Logo, em que medida as ONGD portuguesas privilegiam uma abordagem instrumental ou estratégica da prestação de contas?

Nesta linha de pensamento, também uma GRH estratégica, ou seja, coerente com a estratégia organizacional, é central para a promoção da sua eficácia (Akingbola, 2006). Brown e Yoshioka (2002, citados por Akingbola, 2006) enfatizam os fatores intrínsecos de satisfação na GRH no sector não lucrativo, sobretudo nos processos de recrutamento, motivação e retenção dos recursos humanos. Trata-se de práticas representativas de uma GRH estratégica e, portanto, indicativas de desenvolvimento pessoal e profissional e alinhadas com a missão organizacional.

De igual modo, a gestão do voluntariado implica a combinatória entre as motivações, as expectativas e as competências dos voluntários, e as necessidades das organizações promotoras (Anheier, 2005). No âmbito deste debate, destaque para o Ciclo de gestão do voluntariado (Vidal, Villa, Sureda, Simon e Hernando, 2007; Salas, 2009), o qual contempla seis etapas sequenciais, em prol de uma gestão eficiente dos voluntários, designadamente: i) preparação; ii) definição; iii) acolhimento; iv) desenvolvimento; v) reconhecimento; vi) desvinculação. Note-se, ainda, que assumimos o Plano de Voluntariado como uma ferramenta de operacionalização do ciclo de gestão do voluntariado por parte das ONGD portuguesas.

Considerando que a dependência financeira das ONGD reflete uma relação de desigualdade de poder (ou seja, traduz uma dinâmica de subordinação aos financiadores), o que, por conseguinte, afirma-se como uma enorme ameaça à sua autonomia e legitimidade (Van de Poel, 2010; Mitchell, 2014), torna-se premente encontrar abordagens gestionárias alternativas. É, neste âmbito, que importa atender às estratégias de financiamento mais tradicionais destas organizações (designadamente, doações privadas individuais e institucionais, bem como fundos do sector público), e mais recentes e de gradual e significativa incidência (desenvolvimento de atividades ou iniciativas mercantis), embora alvo de alguma crítica e objeção (Froelich, 1999). Ainda que a diversidade de fontes de financiamento envolva acrescidas exigências gestonárias, tais como despesas administrativas, conciliação de diferentes objetivos e de instrumentos de prestação de contas (Froelich, 1999), constitui uma estratégia gestonária promotora de uma maior autonomia (Froelich, 1999), tendo em conta que aponta para uma redução da dependência económico-financeira das organizações (Froelich, 1999; Fowler, 2000).

Sob uma lógica de superação desta instabilidade financeira e, conforme sublinham Iglesias e Carreras (2013), de rutura com a atuação isolada, advoga-se o trabalho colaborativo entre atores institucionais. Com efeito, é genericamente aceite, na literatura, a relevância do estabelecimento de relações de colaboração intra e intersectoriais enquanto racional de funcionamento das ONGD (Iglesias e Carreras, 2013), cujas potencialidades resultam num desempenho eficiente e eficaz. No sentido de identificar o maior ou o menor foco colaborativo das ONGD portuguesas, tomamos como referência a matriz de análise de Iglesias e Carreras (2013), em que num polo encontram-se as ONG de natureza colaborativa e no polo contrário situam-se as ONG em que o princípio da colaboração é encarado de forma suplementar ou secundário.

De referir, ainda, a dimensão da comunicação no processo de legitimação da ação de uma organização. A este respeito, atenda-se a importância do uso combinado de ferramentas e canais de comunicação *offline* e *online*, considerando que os meios de comunicação tradicionais refletem uma relação unilateral, condicionando o nível de influência dos atores envolvidos (Kylander e Stone, 2012). Não obstante os *media* sociais simbolizarem ferramentas de comunicação recíproca e, por conseguinte, um veículo com um enorme potencial de obtenção de diversos tipos de capitais e de aumento da esfera de influência das organizações, encaram-se como complementares às ferramentas mais tradicionais (Dixon e Keyes, 2013), pelo que uma comunicação externa estratégica parece requerer a aplicação de diversas ferramentas.

## **2. Considerações em torno da estratégia metodológica e dos perfis de profissionalização construídos**

A problematização dos modelos organizacionais e gestionários, das ONGD portuguesas, para a profissionalização foi operacionalizada a partir de uma estratégia metodológica mista.<sup>3</sup> Atenda-se, a este propósito, que a abordagem quantitativa da pesquisa empírica realizada, e que sustenta este artigo, envolveu a aplicação presencial, entre maio e julho de 2011<sup>4</sup>, de um inquérito por questionário à direção estatutária, aos diretores executivos e a outros interlocutores destacados pelas 23 ONGD portuguesas intencionalmente selecionadas<sup>5</sup>, com o objetivo de tipificar perfis de profissionalização. De salientar que a tipificação dos perfis de profissionalização resultou de um processo de duas etapas intrinsecamente articuladas, e assente numa forte componente interpretativa, em que os dados obtidos assumem um cariz indicativo e exploratório.

A primeira etapa de tipificação consistiu na construção, teoricamente enquadrada, de indicadores intermédios (Quadro 1), a partir da classificação das variáveis originais do inquérito por questionário, em que definimos um gradiente de progressão indicativo do grau de orientação para a profissionalização. Este gradiente traduziu-se, então, na seguinte escala: «1 – Ausência de orientação para a profissionalização»; «2 – Baixa orientação para a profissionalização»; «3 – Moderada orientação para a profissionalização» e «4 – Elevada orientação para a profissionalização». Portanto, para trabalharmos as dimensões de análise enformadoras do conceito de profissionalização assumido no estudo tomamos como referência as variáveis originais do inquérito por questionário e construímos 23 indicadores intermédios, aos quais associamos uma escala de progressão que variou de «1 a 4» em que o valor máximo correspondeu a uma elevada orientação para a profissionalização.

---

<sup>3</sup> Neste sentido, utilizamos diferentes métodos e técnicas de pesquisa. De referir que a investigação efetuada traduz um desenho de pesquisa em que a abordagem quantitativa constituiu uma pré-condição à segunda fase da pesquisa, de carácter qualitativo.

<sup>4</sup> Note-se que definimos dezembro de 2010 como o horizonte temporal de referência para as questões que o exigiam.

<sup>5</sup> Esta seleção intencional decorreu de um conjunto de critérios, a saber: i) registo no, então, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), entidade que confere o estatuto jurídico de ONGD às organizações que o requerem; ii) representação pela instituição de cúpula - a Plataforma Portuguesa das ONGD; iii) obtenção de cofinanciamento entre 2008 e 2010 pelo então IPAD, no âmbito das Linhas de Financiamento de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento e/ou de Educação para o Desenvolvimento; iv) cotação de projetos das ONGD na Bolsa de Valores Sociais. O primeiro critério remete para um tipo de subfamília de organizações que integram o amplo sector da economia social em Portugal e que constituiu o foco analítico do estudo e os restantes assumimos como indicativos de uma orientação para a profissionalização.



**Quadro 1**  
**Identificação dos indicadores intermédios de profissionalização relativos às sete dimensões analíticas**

	Dimensão analítica	Indicadores intermédios	Variáveis originais no inquérito por questionário
1	Estrutura de governação e modelos de liderança	Grau de autonomia no processo de decisão entre a direção técnica/executiva e a direção estatutária	Grau de independência no processo de tomada de decisão entre a direção estatutária e a direção técnica
		Grau de autonomia no processo de decisão técnica	Grau de independência no processo de tomada de decisão entre a direção técnica e os RH envolvidos na atividade/projeto
		Coordenação de projetos	Coordenador dos projetos
2	Gestão estratégica	Definição de plano estratégico e registo	Definição dos planos de ação
			Horizonte temporal dos planos de ação
			Documento de registo
		Participação no plano estratégico	Atores participantes na elaboração dos planos de ação
		Definição de indicadores quantitativos	Definição de objetivos que se traduzem em indicadores quantitativos
		Uso de instrumentos de monitorização/avaliação dos planos de ação	Uso de instrumentos de monitorização/avaliação dos planos de ação
		Práticas ambientais	Práticas ambientais aplicadas na organização/projetos
3	Prestação de contas	Prestação de contas aos <i>stakeholders</i>	Existência de certificação de produtos/atividades
			Plano em curso para obter certificação
4	Gestão de Recursos Humanos	Responsabilidade pela GRH assalariados	Responsável pela GRH
		Recrutamento de RH locais	Recrutamento de RH residentes na área de intervenção da organização
		GRH assalariados	Ferramentas de GRH
		Gestão dos voluntários	Existência de voluntariado
			Definição de um plano de voluntariado
		Responsabilidade pela gestão dos voluntários	Etapas do ciclo de gestão do voluntariado operacionalizadas
5	Modalidades de financiamento	Recursos financeiros	Membros da organização envolvidos na definição do plano de voluntariado
			Duas principais fontes de financiamento
6	Redes e parcerias	Integração em redes	Participação em três redes principais
		Estabelecimento de parcerias	Participação em três parcerias principais
		Relações interinstitucionais	Intensidade das relações institucionais
7	Comunicação externa	Distribuição da <i>newsletter</i> / boletim informativo	Existência de <i>newsletter</i>
			Destinatários da <i>newsletter</i>
		Aplicação de plataformas digitais	<i>Website</i> institucional
			Blogue
		Uso da <i>mailing list</i>	Plataforma em redes sociais
Divulgação dos projetos	Manutenção de <i>mailing list</i> actualizada		
			Usos mais frequentes da <i>mailing list</i>
			Meios de divulgação dos projetos

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

Atenda-se que a construção dos indicadores intermédios se sustenta num conjunto de pressupostos teóricos que refletem traços indicativos de uma maior ou menor orientação para a profissionalização. Com efeito, presumimos que:

i) estruturas de governação hierárquicas e modelos de liderança centralizados limitam processos de tomada de decisão participados e democráticos. Logo, assumimos que ONGD promotoras de autonomia no processo de tomada de decisão, e de uma coordenação descentralizada dos projetos representativos da sua área prioritária de intervenção, são indicativas de um perfil elevado de profissionalização;

ii) a definição e a formalização de um planeamento estratégico num documento de registo escrito indiciam uma gestão estratégica profissionalizada. De igual modo, presumimos o envolvimento de diversos *stakeholders* na formulação da estratégia, a definição de indicadores quantitativos no planeamento e a utilização de instrumentos de monitorização e avaliação dos planos de ação, a aplicação de práticas ambientais (influenciadoras de uma utilização mais eficiente de recursos reduzindo, assim, o seu impacto no ambiente) e a certificação de atividades, de produtos e/ou serviços como traços indicativos de profissionalização;

iii) os mecanismos estratégicos de prestação de contas assentam na implementação de processos e ferramentas promotores do envolvimento dos *stakeholders* internos e externos e de uma avaliação do desempenho no longo-prazo, indiciando uma maior orientação para a profissionalização. Por conseguinte, assumimos que as ONGD que aplicam mecanismos de prestação de contas de carácter estratégico, encarado como o uso cumulativo de ferramentas de cariz funcionalista e a adoção de processos de monitorização e de avaliação do desempenho gestor, apresentam um elevado grau de profissionalização;

iv) a descentralização de processos gestórios, a aplicação de ferramentas de gestão dos trabalhadores assalariados e voluntários, bem como o recrutamento de RH residentes na área de intervenção da organização refletem traços indicativos de uma maior profissionalização. Com efeito, assumimos que as diferentes etapas do ciclo de gestão do voluntariado (Vidal *et al.*, 2007; Salas, 2009) enformam um plano de voluntariado, o qual consideramos como uma ferramenta gestória dos voluntários, no domínio organizacional, e cujo envolvimento dos diferentes *stakeholders* internos na sua definição reflete uma maior orientação para a profissionalização. De igual modo, estabelecemos uma correspondência entre a aplicação do maior número de etapas gestórias e uma orientação de grau elevado para a profissionalização;

v) a aposta de uma ONGD na diversificação de financiamento, quer em termos geográficos quer ao nível institucional e de pertença sectorial, e no autofinanciamento evidencia uma orientação profissionalizada, considerando a diversificação de fontes de financiamento

enquanto estratégia gestonária, relativamente consensualizada na literatura, para uma maior autonomização e estabilidade financeira (cf. Froelich, 1999; Fowler, 2000; Mitchell, 2014). Nesta linha de pensamento, definimos quatro modalidades combinadas de fontes de financiamento<sup>6</sup> e estabelecemos a respetiva correspondência com uma maior ou menor orientação para a profissionalização. Com efeito, a modalidade um é concernente a organizações que se financiam apenas com subvenções estatais, o que revela uma tendência para apostar numa fonte única de financiamento, pelo que assumimos que apresenta uma orientação para a dependência financeira. A modalidade dois engloba organizações que se financiam com subvenções do Estado, e/ou com quotas e donativos, campanhas de angariação de fundos e/ou com rendimentos do património e, portanto, aventa uma orientação de financiamento genericamente mais passiva. A modalidade três agrega as diretivas das modalidades anteriores e combina os financiamentos institucionais (europeus, fundações e institutos), cujo acesso assumimos que indicia uma configuração organizacional e gestonária com algum grau de profissionalização. A modalidade quatro abarca as organizações que se financiam através das fontes respeitantes às modalidades anteriores e às quais acresce o autofinanciamento através de produtos ou serviços prestados no mercado. A conjugação de diversas fontes de financiamento e inclusive a operacionalização de uma estratégia gestonária de autofinanciamento confere o gradiente máximo de profissionalização à modalidade quatro;

vi) as redes e parcerias, enquanto duas modalidades de relações de colaboração, arrogam um potencial de promoção do capital social de uma organização. Neste sentido, assumimos a integração, das ONGD analisadas, em redes e o estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais e, ainda, o grau de intensidade (elevado) de relações interinstitucionais, como fatores indicativos de uma maior profissionalização;

vii) a comunicação externa pode promover o envolvimento dos (potenciais) *stakeholders* da organização e, por conseguinte, favorecer a obtenção de recursos de natureza diversa. Logo, assumimos a elaboração de uma *newsletter*, a pertença a plataformas digitais (enquanto ferramentas de comunicação direcionadas a diversos *stakeholders*) e o carácter multifuncional da *mailing list* como elementos indicativos de elevada profissionalização. De igual modo, presumimos que a aplicação de diversos instrumentos de divulgação dos projetos desenvolvidos pelas ONGD analisadas, apresentam uma orientação de cariz elevado para a profissionalização.

De salientar, que as dimensões estruturas de governação e modelos de liderança foram agregadas no tratamento empírico realizado e que as dimensões relativas à prestação de contas e às modalidades de financiamento sustentam-se apenas num indicador, pelo que se ressalva o

---

<sup>6</sup> Com base nas duas principais fontes de financiamento identificadas pelas ONGD inquiridas.

carácter exploratório das mesmas. Ainda assim, retenha-se que contemplamos o princípio da proporcionalidade entre todas as dimensões de análise, conferindo-lhes um peso teórico e empírico idêntico. A este propósito, note-se que a pontuação final das organizações analisadas por dimensão de análise (Quadro 2) foi calculada a partir do somatório da pontuação que obtiveram em cada indicador intermédio, cujo resultado foi, depois, dividido pela pontuação máxima que as organizações podiam alcançar em cada dimensão de análise.

A segunda etapa de tipificação correspondeu, por sua vez, à pontuação final obtida por cada organização no total das sete dimensões analíticas, o que nos permitiu, por conseguinte, identificar o correspondente perfil de profissionalização.

**Quadro 2**  
**Ordenação das organizações, segundo o correspondente perfil de profissionalização**

Identificação da ONGD	Dimensões de análise							Total ONGD	Perfil de profissionalização
	1	2	3	4	5	6	7		
	Estruturas governação e modelos de liderança	Gestão estratégica	Prestação de contas	GRH	Modalidades de financiamento	Redes e parcerias	Comunicação externa		
O1	0,75	0,75	0,75	0,80	0,50	0,75	0,88	5,18	Moderado
O2	0,50	0,83	0,75	0,70	0,50	0,83	0,94	5,05	Moderado
O3	0,58	0,71	0,75	0,75	0,50	0,75	0,75	4,79	Moderado
O4	0,08	0,13	0,75	0,20	0,75	0,58	0,50	2,99	Baixo
O5	0,50	1,00	0,75	0,50	0,75	0,83	0,81	5,15	Moderado
O6	0,92	0,17	0,75	0,55	0,75	0,92	0,81	4,86	Moderado
O7	0,75	0,71	1,00	0,50	1,00	0,92	0,75	5,63	Elevado
O8	0,83	0,79	0,75	0,65	0,75	0,83	0,88	5,48	Elevado
O9	0,83	0,79	0,75	0,50	0,75	0,92	0,88	5,42	Elevado
O10	0,50	0,17	0,75	0,25	0,75	0,50	0,63	3,54	Moderado
O11	0,92	0,21	0,75	0,75	0,50	0,83	0,75	4,71	Moderado
O12	0,75	0,29	0,75	0,50	0,75	0,83	0,69	4,56	Moderado
O13	0,83	0,29	0,75	0,55	0,75	0,83	0,56	4,57	Moderado
O14	0,83	0,79	1,00	0,90	0,50	0,67	0,69	5,38	Elevado
O15	1,00	0,21	0,50	0,60	1,00	0,92	0,75	4,98	Moderado
O16	0,83	0,88	0,75	0,60	0,75	0,92	0,81	5,54	Elevado
O17	0,50	0,79	0,75	0,45	0,50	0,67	0,88	4,53	Moderado
O18	0,83	0,96	0,75	0,65	1,00	0,92	0,81	5,92	Elevado
O19	0,75	0,21	0,75	0,40	0,50	0,67	0,69	3,96	Moderado
O20	0,67	0,21	0,25	0,90	0,50	0,42	0,81	3,75	Moderado
O21	0,50	0,25	0,75	0,45	0,50	0,50	0,81	3,76	Moderado
O22	0,33	0,88	0,75	0,70	1,00	0,33	0,63	4,62	Moderado
O23	0,92	0,21	0,25	0,50	0,50	0,58	0,50	3,46	Baixo
Total por dimensão analítica	15,92	12,21	16,50	13,35	15,75	16,92	17,19		

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

Considerando que as organizações podiam pontuar um total máximo de «7» valores («1» valor por cada uma das sete dimensões analíticas), construímos quatro escalões referentes aos quatro perfis de profissionalização previamente definidos (Quadro 3), com o intuito de posicionar as 23 ONGD analisadas consoante a respetiva pontuação final. Com efeito, a escala de progressão definida permitiu, por um lado, distribuir as 23 ONGD precisamente segundo os quatro perfis de profissionalização tipificados (elevado, moderado, baixo ou ausente) e, por outro, identificar as dimensões analíticas em que se verificam maiores ou menores tendências de profissionalização.

**Quadro 3**  
**Escalões indicativos dos perfis de profissionalização**

Perfil de profissionalização	Pontuação
Elevado	[5,26 - 7,00]
Moderado	[3,51 - 5,25]
Baixo	[1,76 - 3,50]
Ausente	[0,00 - 1,75]

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

### **3. Perfis de profissionalização: tendências por dimensão analítica**

A tipificação de perfis de profissionalização sustenta-se intrinsecamente nos pressupostos teóricos assumidos na pesquisa, pelo que não esgota a análise em torno das práticas organizacionais e gestionárias destas organizações. Tomando como referência os quatro perfis de profissionalização tipificados (elevado, moderado, baixo, ausente), decorrentes da classificação das ONGD inquiridas segundo traços indicativos de maior ou menor orientação para a profissionalização, apuramos uma maior incidência de ONGD com o perfil moderado de profissionalização (65,2% - 15), conforme ilustrado no Quadro 4. De salientar que a inexistência de ONGD com um perfil ausente de profissionalização pode ser explicado pelos critérios definidos para a seleção intencional das ONGD alvo de análise, os quais assumimos como indicativos de uma orientação para a profissionalização.

**Quadro 4**  
**Distribuição das organizações, segundo os perfis de profissionalização tipificados**

Perfil de profissionalização	N	%
Elevado	6	26,1
Moderado	15	65,2
Baixo	2	8,7
Ausente	0	0,0
Total	23	100,0

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

No que diz respeito às dimensões de análise, observamos, tendo em conta os totais ponderados e obtidos por dimensão (Quadro 5), uma maior incidência de profissionalização relativamente à comunicação externa (dimensão 7), seguindo-se a integração em redes e o estabelecimento de parcerias (dimensão 6). De igual modo, apuramos uma menor orientação para a profissionalização em termos de gestão estratégica (dimensão 2) e de GRH (dimensão 4). Este cenário evidencia, à luz dos pressupostos teóricos assumidos, um posicionamento organizacional e gestor, por parte das ONGD analisadas, direcionado para o exterior, possivelmente enquanto estratégia de obtenção de recursos de natureza diversa, sob um racional de funcionamento funcionalista e focado no curto-prazo.

**Quadro 5**  
**Incidência de profissionalização, segundo a dimensão analítica**

Dimensão analítica	Estruturas governação e modelos de liderança	Gestão estratégica	Prestação de contas	GRH	Modalidades de Financiamento	Redes e Parcerias	Comunicação externa
Somatório das 23 ONGD	15,92	12,21	16,50	13,35	15,75	16,92	17,19

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

Curiosamente, a distribuição das 23 ONGD analisadas segundo o seu perfil de profissionalização por dimensão analítica (Quadro 6) revela que a maioria destas organizações apresenta um perfil de elevada profissionalização na dimensão das redes e parcerias (52,2 % - 12), seguindo-se a comunicação externa (47,8% - 11). Por sua vez, a gestão estratégica surge como a dimensão de análise em que um maior número das ONGD analisadas apresenta uma ausência de profissionalização (39,1% - 9).

**Quadro 6**  
**Distribuição das organizações, segundo o perfil de profissionalização e as dimensões analíticas**

Dimensões analíticas	Perfil de Profissionalização				Total
	Elevado	Moderado	Baixo	Ausente	
<b>1 – Estruturas de governação e modelos de liderança</b>					
	O6, O8, O9, O11, O13, O14, O15, O16, O18, O23	O1, O3, O7, O12, O19, O20	O2, O5, O10, O17, O21, O22	O4	
N	10	6	6	1	23
% em linha	43,5	26,1	26,1	4,3	100,0
<b>2 – Gestão estratégica</b>					
	O2, O5, O8, O9, O14, O16, O17, O18, O22	O1, O3, O7	O12, O13	O4, O6, O10, O11, O15, O19, O20, O21, O23	
N	9	3	2	9	23
% em linha	39,1	13,0	8,7	39,1	100,0
<b>3 – Prestação de contas</b>					
	O7, O14	O1, O2, O3, O4, O5, O6, O8, O9, O10, O11, O12, O13, O16, O17, O18, O19, O21, O22	O15	O20, O23	
N	2	18	1	2	23
% em linha	8,7	78,3	4,3	8,7	100,0
<b>4 – Gestão de recursos humanos</b>					
	O1, O14, O20	O2, O3, O6, O8, O11, O13, O15, O16, O18, O22	O5, O7, O9, O12, O17, O19, O21, O23	O4, O10	
N	3	10	8	2	23
% em linha	13,0	43,5	34,8	8,7	100,0
<b>5 – Modalidades de financiamento</b>					
	O7, O15, O18, O22	O4, O5, O6, O8, O9, O10, O12, O13, O16	O1, O2, O3, O11, O14, O17, O19, O20, O21, O23		
N	4	9	10	0	23
% em linha	17,4	39,1	43,5	0,0	100,0
<b>6 – Redes e parcerias</b>					
	O2, O5, O6, O7, O8, O9, O11, O12, O13, O15, O16, O18	O1, O3, O4, O14, O17, O19, O23	O10, O20, O21, O22		
N	12	7	4	0	23
% em linha	52,2	30,4	17,4	0,0	100,0
<b>7 – Comunicação externa</b>					
	O1, O2, O5, O6, O8, O9, O16, O17, O18, O20, O21	O3, O7, O10, O11, O12, O13, O14, O15, O19, O22	O4, O23		
N	11	10	2	0	23
% em linha	47,8	43,5	8,7	0,0	100,0

Fonte: Adaptado de Marcos (2015).

Tomando, ainda, como referência o Quadro 6, destaque para algumas tendências relativas quer à globalidade das sete dimensões de análise, que configuram os modelos organizacionais e gestionários das ONGD analisadas, quer a cada dimensão de análise, em específico, e as quais explanamos de seguida:

i) uma maior incidência de ONGD com um perfil elevado de profissionalização no que concerne a prática gestionária de integração em redes e do estabelecimento de parcerias, seguindo-se a comunicação externa, indicando a primazia conferida pelas organizações inquiridas a estas duas dimensões analíticas. No âmbito da dimensão das redes e parcerias, observamos que as ONGD analisadas tendem para um foco colaborativo (Iglesias e Carreras, 2013), ou seja, promovem o desenvolvimento e a intensidade das suas relações de colaboração, refletindo, à luz dos pressupostos assumidos na pesquisa, traços indicativos de profissionalização. De acordo com os resultados obtidos, as parcerias das ONGD analisadas veiculam-se, sobretudo, no domínio nacional, verificando-se uma intensidade significativa das relações com as organizações congéneres. Relativamente à comunicação externa, os resultados apurados revelam uma distribuição destas organizações pelo perfil de profissionalização de grau elevado (47,8% - 11) e moderado (43,5% - 10). Por conseguinte, e com base nos quatro indicadores definidos, as ONGD analisadas tendem a apostar, no âmbito da sua estratégia gestionária, na aplicação de diversas ferramentas de comunicação, cujo envolvimento de diferentes públicos e o reconhecimento público da organização é passível de se traduzir na obtenção de diferentes tipos de capitais.

ii) a reduzida valorização conferida, pelas ONGD analisadas, à dimensão da gestão estratégica, tendo em conta a marcada distribuição destas organizações nos polos da classificação definida, ou seja, com um perfil elevado e ausente de profissionalização. Relembre-se a propósito, o pressuposto assumido relativamente a esta dimensão analítica, designadamente que a ausência de planeamento e de gestão estratégica constituem um obstáculo à profissionalização das organizações. Logo, as ONGD apuradas com um perfil elevado de profissionalização denotam práticas de planeamento e de gestão (à luz dos indicadores definidos) de carácter estratégico e, portanto, classificadas, no estudo, com uma orientação elevada para a profissionalização, contrastando com as organizações posicionadas no polo oposto, as quais evidenciam uma gestão imediatista e funcionalista. Perante este cenário, a gestão estratégica não parece tratar-se, genericamente, de uma dimensão central ou prioritária em termos de fator crítico de sucesso para a profissionalização das ONGD portuguesas.

iii) a maioria das ONGD inquiridas apresenta um perfil destacadamente moderado para a profissionalização em termos de prestação de contas (78,3% - 18), denotando que aplicam cumulativamente ferramentas de prestação de contas funcionalistas (e.g. relatório e contas, e/ou



através dos meios de comunicação social) e outras que embora assumam uma natureza ascendente, exigem um grau de aprofundamento e de estruturação da informação reportada (e.g. relatórios em formulário próprio às entidades de tutela, financiadores e sócios). Não obstante o facto da maioria das ONGD prestar contas, recorre a ferramentas de cariz obrigatório e previamente definidas, as quais se traduzem num reporte ascendente (sobretudo direccionado para os financiadores), funcional e de aplicação exterior, segundo a matriz analítica de Ebrahim (2003). No global, este cenário revela uma estratégia de prestação de contas instrumentalizada e imediatista, condicionadora de um desempenho eficaz. Atenda-se, todavia, que se trata de uma dimensão sustentada somente num indicador, pelo que estas interpretações assumem um cariz meramente indicativo e exploratório.

iv) as ONGD analisadas tendem para um perfil de profissionalização moderado (43,5% - 10) em termos de GRH e com uma orientação de sentido descendente, o que evidencia uma dimensão menos valorizada por parte destas organizações, logo a seguir à gestão estratégica. Com efeito, as ONGD analisadas evidenciam, a partir dos indicadores intermédios construídos, uma tendência para a descentralização da responsabilidade pela gestão dos trabalhadores assalariados e voluntários, bem como para o recrutamento local, assumidos como traços indicativos de elevada profissionalização. No entanto, apresentam um perfil de profissionalização de grau moderado em termos da aplicação de ferramentas gestionárias de capacitação e valorização profissional dos trabalhadores assalariados e um perfil de baixa profissionalização relativamente à gestão dos voluntários. A este respeito importa, então, salientar que um número reduzido de ONGD elabora planos de voluntariado, sendo que quando o fazem revelam uma orientação para a descentralização e, portanto, indicativa de traços de profissionalização, à luz dos pressupostos teóricos assumidos. Ainda assim, tendem a privilegiar as etapas iniciais do ciclo de gestão do voluntariado (particularmente o acolhimento), bem como algumas ferramentas atinentes à etapa intermédia, apontando para uma gestão funcional e de curto-prazo.

v) um número significativo de ONGD evidencia um perfil de baixa profissionalização (43,5% - 10) em termos de modalidades de financiamento, bem como de moderada profissionalização (39,1% - 9), ou seja, uma tendência para operacionalizar, segundo a classificação assumida na pesquisa realizada, as modalidades dois e três de financiamento, respetivamente. Estes resultados revelam que as ONGD inquiridas implementam uma estratégia gestonária que combina fontes de financiamento classificadas, no estudo, como passivas. Tomando como referência as incidências apuradas relativamente às quatro modalidades de financiamento definidas e explanadas no ponto 1 do presente artigo, os resultados obtidos sugerem, portanto, que o Estado é o principal financiador das ONGD portuguesas. Não obstante

a expressiva dependência destas organizações face ao financiamento público nacional e, portanto, representativa de uma lógica de desigualdade de poder, conforme debatido teoricamente, observamos uma tendência para diversificarem as suas fontes de financiamento (sem contemplar uma estratégia de autofinanciamento), indiciando traços de uma maior orientação para a profissionalização, segundo o pressuposto assumido. De salientar, contudo, que esta dimensão de análise assenta num único indicador, pelo que assume um carácter indicativo.

vi) um número significativo de ONGD apresenta um perfil de profissionalização elevado (43,5% - 10) e moderado (26,1% - 6) em termos de estruturas de governação e modelos de liderança, evidenciando tratar-se de uma dimensão em que estas organizações tendem a promover uma coordenação descentralizada dos projetos representativos da sua área prioritária de intervenção e uma orientação de, pelo menos, grau moderado para processos de tomada de decisão autónomos.

## **Notas conclusivas**

Este artigo problematiza os modelos organizacionais e gestionários das ONGD portuguesas em termos da sua maior ou menor orientação para a profissionalização, enquanto estratégia de eficiência e eficácia organizacional, procurando contribuir para o debate teórico-empírico em torno da (in)eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Reconhecendo, desde logo, o carácter controverso do conceito de profissionalização, importa referir que é encarado, no presente artigo, em função dos modelos organizacionais e gestionários das ONGD portuguesas, os quais procuramos configurar a partir de uma tipologia de quatro perfis de profissionalização aplicada a 23 ONGD intencionalmente selecionadas.

A tipificação dos perfis consistiu na construção de indicadores intermédios, ancorados em pressupostos teóricos, subjacentes a sete dimensões de análise e os quais nos permitiram classificar as 23 ONGD inquiridas segundo traços indicativos de maior ou menor orientação para a profissionalização. Os resultados obtidos evidenciam que 15 ONGD apresentam um perfil moderado de profissionalização, seis organizações classificaram-se com um perfil elevado e duas organizações com um perfil baixo de profissionalização.

De igual modo, a construção dos perfis de profissionalização permitiu identificar, a título preliminar, as dimensões analíticas que as ONGD inquiridas tendem a (des)valorizar em termos da aplicação de práticas organizacionais e gestionárias assumidas como indicativas de um menor ou maior grau de profissionalização, respetivamente. A este respeito, apuramos que

as ONGD analisadas tendem a valorizar principalmente as dimensões de comunicação externa e de redes e parcerias, ou seja, a maioria apresenta um perfil de profissionalização elevado nestas dimensões de análise. Este cenário revela, portanto, o uso diversificado de ferramentas de comunicação, a promoção do seu capital social (traduzido na integração em diversas redes e no estabelecimento de relações de parceria nos domínios nacional e internacional), bem como uma relação de intensidade significativa com as organizações congéneres. No seguimento desta linha de pensamento, estaremos perante uma nova abordagem gestonária de superação da lógica de competição comumente associada às ONGD portuguesas?

Os dados obtidos permitiram, igualmente, identificar a gestão estratégica como a dimensão de análise menos valorizada pelas organizações analisadas. Atenda-se, contudo, que estas se distribuem pelos polos da escala tipificada, o que sugere, por um lado, a tendência de algumas ONGD para a adoção de práticas de planeamento e de gestão estratégica e, por outro, uma incidência de organizações com uma lógica de funcionamento imediatista e funcionalista.

Acresce que a prestação de contas surge como uma dimensão com um grau de profissionalização predominantemente moderado, sendo que as ONGD analisadas parecem aplicar sobretudo mecanismos de carácter ascendente (dirigidos preponderantemente para os financiadores e, portanto, ancorados, numa relação de poder desigual), funcionalista e de reporte externo, segundo a proposta analítica de Ebrahim (2003). Trata-se da primazia do reporte financeiro, com recurso a ferramentas definidas e oficializadas pelos financiadores, indicando, por conseguinte, uma abordagem gestonária imediatista da prestação de contas. Considerando que a prestação de contas promove a consolidação das estruturas de governação, importa ainda referir que um número significativo de ONGD revela estruturas de governação descentralizadas e modelos de liderança democráticos e promotores de autonomia no processo de tomada de decisão, evidenciando, a respeito desta dimensão analítica, um perfil elevado de profissionalização.

Outro resultado apurado, junto das 23 ONGD inquiridas, indica a tendência generalizada para a sua dependência de financiamento estatal, embora com uma estratégia gestonária de diversificação de fontes de financiamento, indicativa do perfil entre o grau baixo e moderado de profissionalização que apresentam. De facto, a dependência de financiamento por parte das ONGD acarreta condicionamentos gestonários que se traduzem numa fragilidade identitária e no risco da perda da sua legitimidade, conforme debatido teoricamente, o que porventura pode explicar a tendência para a diversificação das fontes de financiamento, bem como para o estabelecimento de parcerias entre si.

Em termos de GRH, a maioria das ONGD nacionais inquiridas apresenta um perfil moderado de profissionalização, com uma tendência para a baixa profissionalização, o que

traduz, genericamente, práticas gestionárias imediatistas, pouco focadas na motivação, na satisfação e na retenção dos recursos humanos. Neste âmbito, podemos aventar que a reduzida tendência das ONGD analisadas para a definição de práticas profissionalizadas de GRH poderá decorrer, até certo ponto, dos custos financeiros inerentes ao investimento efetivo na GRH, o que constitui, desde logo, um constrangimento para as organizações que apresentam uma instabilidade financeira.

No global e não obstante o carácter indicativo e exploratório dos resultados obtidos, importa relembrar que a seleção intencional das ONGD a inquirir apoiou-se em três critérios que assumimos como indicativos de profissionalização, o que permite, desde logo e em parte, explicar o perfil de profissionalização preponderantemente moderado apurado. Retenha-se, ainda, que as ONGD analisadas parecem valorizar e investir, sobretudo, na comunicação externa, bem como na integração em redes e no estabelecimento de parcerias. Este cenário sugere a adoção de práticas gestionárias direcionadas para o exterior da organização, o que podemos encarar, por um lado, como uma estratégia para a sua autonomia gestonária e, por outro, como uma aposta num racional de funcionamento que secundariza a aprendizagem e a consolidação organizacional. Neste processo, as ONGD analisadas revelam, genericamente, modelos organizacionais e gestonários focados numa gestão operacional quotidiana, fatores impeditivos de um desempenho eficiente e eficaz e, por conseguinte, de legitimação da sua ação.

### **Referências bibliográficas**

- AKINGBOLA, Kunle (2006), “Strategy and HRM in nonprofit organizations: evidence from Canada”, *The International Journal of Human Resource Management*, 17 (10), pp. 1707-1725.
- ANHEIER, Helmut (2005), *Nonprofit organizations: Theory, management, policy*, London, Routledge.
- ARGANDOÑA, Antonio (2007), “Ethical Management Systems for Not-for-Profit Organizations”, *IESE Business School Working Paper No. 693*, [Consult. a 15.07.2013]. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1026231>>.
- CARRERAS, Ignasi; SUREDA, Maria (2011), *Evolución de la "profesionalización" en las ONG*, Barcelona, ESADE-Instituto de Innovación Social.
- CARVALHO, João (2005), *Organizações não lucrativas*, Lisboa, Edições Sílabo.
- DIXON, Julie; KEYES, Denise (2013), “The Permanent Disruption of Social Media”, *Stanford Social Innovation Review*, pp. 24-29.
- EBRAHIM, Alnoor (2003), “Accountability in Practice: Mechanisms for NGOs”, *World Development*, 31 (5), pp. 813–829.

MARCOS, Vanessa (2015), “Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para a compreensão das ONGD portuguesas”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 122-142

EDWARDS, Michael; FOWLER, Alan (2002), “Introduction: Changing Challenges for NGDO Management”, in Michael Edwards; Alan Fowler (eds.), *The Earthscan Reader on NGO Management*, London, Earthscan Publications Ltd., pp. 1-10.

EDWARDS, Michael; HULME, David (2002), “NGO Performance and Accountability: Introduction and Overview”, in Michael Edwards; Alan Fowler (eds.), *The Earthscan Reader on NGO Management*, London, Earthscan Publications Ltd, pp. 187-203.

FOWLER, Alan (2000), *The Virtuous Spiral – A Guide to Sustainability for NGOs in International Development*, UK, Earthscan Publications Ltd.

FROELICH, Karen (1999), “Diversification of Revenue Strategies: Evolving Resource Dependence in Nonprofit Organizations”, *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 28 (3), pp. 246-268.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI) – G3, (s.d.), *Information*, [Consult. a 06.09.2011]. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>.

HWANG, Hokyuu; POWELL, Walter (2009), “The Rationalization of Charity: The Influences of Professionalism in the Nonprofit Sector”, *Administrative Science Quarterly*, 54 (2), pp. 268–298.

IGLESIAS, Maria; CARRERAS, Ignasi (2013), *La colaboración efectiva en las ONG - Alianzas estratégicas y redes*, Barcelona, Instituto de Innovación Social de ESADE e Fundación de PwC.

JORDAN, Lisa (2005), “Mechanisms for NGO Accountability”, *Global Public Policy Institute Research Paper*, 3, pp. 1-20.

KYLANDER, Nathalie; STONE, Christopher (2012), “The Role of Brand in the Nonprofit Sector”, *Stanford Social Innovation Review*, pp. 37-41.

MARCOS, Vanessa (2015), *Entre a Profissionalização e o Empreendedorismo Social: Uma abordagem sobre ONGD portuguesas*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MITCHELL, George (2014), “Strategic Responses to Resource Dependence Among Transnational NGOs Registered in the United States”, *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 25 (1), pp. 67-91.

NICOLAU, Isabel; SIMAENS, Ana (2008), “Strategic Management in Social Economy – an overview of Social Solidarity Cooperatives in Portugal”, *Centre International de Recherches et d’Information sur l’Economie Publique, Sociale et Coopérative, Working paper n° 2008/06*, [Consult. a 11.07.2013]. Disponível em: <[www.ciriec.ulg.ac.be/wp-content/uploads/2015/11/WP08-06.pdf](http://www.ciriec.ulg.ac.be/wp-content/uploads/2015/11/WP08-06.pdf)>.

PFEFFER, Jeffrey; SALANCIK, Gerald (1978), *The external control of organizations – A Resource Dependence Perspective*, New York, Harper & Row.

SALAMON, Lester (2000), “Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Sector”, in Evelyn Ioschpe (ed.), *Terceiro Sector – Desenvolvimento social sustentado*, Brasil, Paz e Terra S.A, pp. 89-111 (2ª edição).

SALAS, Emilio (2009), *Claves para la Gestión del Voluntariado en las Entidades no Lucrativas*, Madrid, Fundación Luis Vives.

MARCOS, Vanessa (2015), “Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para a compreensão das ONGD portuguesas”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 122-142

TANDON, Rajesh (2002), “‘Board Games’: Governance and Accountability in NGOs”, in Michael Edwards; Alan Fowler (eds.), *The Earthscan Reader on NGO Management*, London, Earthscan Publications Ltd., pp. 214-222.

VAN DE POEL, Jan (2010), “Should there still be an ‘N’ in NGDO? NGDO-State relationships in the field of development co-operation. The Flemish case, 1960-1991”, in *IX ISTR International Conference - Facing crises: Challenges and opportunities confronting the Third Sector and Civil Society*, Istambul, Universidade Kadir Has, 7-10 Julho 2010.

VIDAL, Pau *et al.* (2007), *Buenas Prácticas en la Gestión del Voluntariado*, Barcelona, Fundación “la Caixa”.

WEBER, Max (1964 [1922]), *Economia y Sociedad – esbozo de sociologia comprensiva*, México D.C. e Buenos Aires, Ed. Fondo de Cultura Econômica (2ª edição).

**Vanessa Marcos.** Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. *E-mail:* vanessa.c.marcos@gmail.com.

Artigo recebido em 3 de dezembro de 2016. Publicação aprovada em 15 de maio de 2017

## ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

### **Responsabilidade dos autores:**

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;

- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;
- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

#### **Responsabilidade dos avaliadores:**

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.



**Responsabilidade do editor:**

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

# SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXXI, JANEIRO - JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

*Augusto Santos Silva*

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

*João Queirós*

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

*Mauro Serapioni*

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

*João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia*

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

*Adilson Filomeno Carvalho Semedo*

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd’hui “la” maladie mentale?

*Caroline Guibet Lafaye*

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

*Marcello Felisberto Morais de Assunção*

**N.º XXXII, JULHO - DEZEMBRO DE 2016**

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

**Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro**

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

**Isabel Silva Cruz**

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

**Vanessa Marcos**

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

**Cristina Cunha Mocetão**

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

**Mónica Santos**

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

**Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça**

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

**Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski**

RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

**Carolina Pimentel Corrêa**

N.º XXXIII, JANEIRO – JUNHO DE 2017

Dulce Magalhães: marcas de um percurso

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra  
(I Parte)

**Jordi Estivill**

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education  
to the labor market

**Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves**

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho  
por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

**Ana Isabel Couto**

Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de  
cibersegurança e cibercrime

**Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos,  
João Abreu de Faria Bilhim**

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

**Rita Espanha, Tiago Estêvão**

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um *evento* musical/social

**Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz**

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas  
contemporâneas

**Pedro Quintela, Paula Guerra**

# NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

## – INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respectivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).

9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.

11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.

b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’ Água, pp. 99-107.

e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.

f) Artigo em publicação periódica *online*: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras*

da *Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.

g) Publicações *online*: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <[http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa\\_gc19.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf)>.

h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:  
revistasociologia@letras.up.pt